



ANAIS DO II DIÁLOGOS CONVERGENTES

DO



X EDIÇÃO

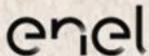
Curt a Gênero

Edição 2022

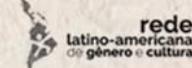
Coordenadores:

Christiane Ribeiro Gonçalves
e Marcos Rocha

Agradecimento:



Apoio:



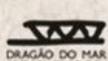
Produção:



Realização:



Apoio institucional:



"ESTE PROJETO É APÓIADO PELA
SECRETARIA ESTADUAL DA CULTURA
LEI Nº 13.811, DE 16 DE AGOSTO DE 2006"



X EDIÇÃO Curta o Gênero

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Ficha Elaborada por Cainã Maria Viana dos Santos CRB 010/2022

D537 Diálogos Convergentes (2. : 2022, Fortaleza, CE)

Anais do II Diálogos Convergentes do X Curta o Gênero, 2022 em Fortaleza, CE [recurso eletrônico] / Organizadores: Christiane Ribeiro Gonçalves e Marcos Rocha. Fortaleza: ONG Fábrica de Imagens: ações educativas em Cidadania e Gênero, 2023.

204 p. ; 1 PDF.

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN: 978-65-997285-1-8

1. Anais - eventos. 2. Gênero. 3. Sexualidades. 4. Feminismos. I. Título.

CDU 305

COORDENAÇÃO GERAL

Christiane Ribeiro Gonçalves
Marcos Rocha

Assistentes

Andrezza Queiroz
Stefany Coelho

COORDENADORAS DOS EIXOS

Ana Maria Veloso
Bárbara Alves
Carmen Hein de Campos
Danielle Tega
Emília Santos
Felipe Fernandes
Jaqueline Gomes de Jesus
Karla Bessa
Luciane Soares da Silva
Marcos Rocha
Maria Eulina Carvalho
Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa
Roxana Longo
Salete Maria da Silva
Sandra Raquew dos Santos Azevedo
Silvana Mariano
Simone Becker
Thiago Barcelos Soliva

PRODUÇÃO

Caroline Carneiro
Flávio Gabriel Alves
João Arthur Ribeiro
João Carlos Santos Neto
Virginia Xavier Carneiro

REALIZAÇÃO

Fábrica de Imagens: ações educativas em cidadania e gênero

DIAGRAMAÇÃO

Italo Teixeira Chaves

APOIO

Ponto de Cultura Outros Olhares
Rede Cearense Cultura Viva de Gênero e Sexualidades
Rede Cearense Cultura Viva: Cultura, Educação e Cidadania
Rede Latino-americana de Gênero e Cultura

X EDIÇÃO **Curta Gênero**

AGRADECIMENTO
ENEL

APOIO INSTITUCIONAL
Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Cultura do Estado do Ceará

SUMÁRIO

EIXO I: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE

De Michel Foucault a Judith Butler: a gênese do conceito de performatividade	8
Atravessamentos subjetivos na experiência de uma artista brasileira causados pela misoginia e discurso de ódio na internet	13
Corpos negros LGBTQIA+: relações, afetos e objetificação	18
Boi Neon: reflexões sobre masculinidade em solo nordestino	23
“Um corpo no mundo”: experiências epidérmicas de uma jornada transnacional	29
As travestis são felizes: uma análise qualitativa do instagram de Érika Hilton	35
Gênero e raça: condicionantes da desumanização dos corpos	40

EIXO II: GÊNERO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Formação de educadores em saúde na prevenção do Hiv/Aids na juventude	47
Igualdade de gênero: uma breve análise do Ensino Municipal de Chopinzinho	53
Reflexões sobre bixanikas e suas experimentações (des)viadas em arte-educação	58

EIXO III: VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Arquitetura Silenciosa da Violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências	64
A Teoria Crítica da tributação: a renda, o gênero e a cor dos tributos e da sua desoneração	70
Sozinha e responsável pelos afetos incompreensíveis pela sociedade: violação e a solidão (política) da bixa preta	77
Prisão domiciliar de mulheres gestantes e mães de crianças: incidência da dupla punição e estereótipos de gênero	82
Por detrás da porta: um estudo de caso sobre a violência doméstica em turmalina a partir da escuta das mulheres agredidas	87
Tecnologia e o enfrentamento à violência doméstica na pandemia do covid-19	93
Violência psicológica como forma de opressão ao ser e estar mulher	98
Violência de gênero: um olhar crítico sobre a atuação do Poder Judiciário em crimes de violência sexual	104

EIXO IV: GÊNERO, FEMINISMOS, POLÍTICA E DEMOCRACIA

Dilma Rousseff, uma discussão antropológica de política e gênero	110
Nem serva, nem objeto: a narrativa das mulheres que (re)existem aos papéis de gênero no	118

cenário da prática do futebol feminino no município de Fortaleza-Ce

Conservadorismo e colonialidade: breve aproximação entre os dois debates a partir da análise da PL 2578/2020 125

Tensões e aproximações entre o pensamento iluminista e à Teoria Feminista Liberal 130

A atuação do parlamento evangélico na assembleia legislativa do Ceará e a resistência dos movimentos feministas em Fortaleza 135

EIXO V: GÊNERO, CULTURA E ARTE

Carolina de Jesus em quadrinhos: representações sobre a mulher negra na graphic novel 141
Carolina

Mediação da leitura e discussões sobre gênero a partir do instagram Cais da Leitura 148

Não olhe para cima: um corpo feminino em movimento 153

Fundamentos gerais acerca das religiões na sociedade: os impactos e práticas espaciais do movimento religioso umbandista no sudeste paraense 160

Agricultoras de si e do mundo 166

Reflexões sobre autorias feministas e regimes de representação de gênero em narrativas visuais autobiográficas 173

insurgências micropolíticas ecossomáticas e de gênero no pensamento em artes 180

EIXO VI: GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A política nacional de assistencia social (PNAS/2004) e à execução das políticas de proteção social para a população trans em Fortaleza 186

Embates e resistências da pauta LGBTQIA+ nas entidades sindicais – o caso da app/sindicato 193

Rede aquarela presente?: análise orçamentária do programa entre 2014 e 2022 199

**EIXO I:
GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE**

EIXO I: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADES

DE MICHEL FOUCAULT A JUDITH BUTLER: A GÊNESE DO CONCEITO DE PERFORMATIVIDADE

Pedro Henrique Almeida Bezerra
pedroalmeidaseso@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Apresento uma revisão de literatura aprofundando algumas facetas das teorias de Michel Foucault e Judith Butler buscando a compreensão da gênese do conceito de *performatividade*. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é proporcionar uma interlocução entre os dois autores tendo como epicentro o conceito de *performatividade*, principalmente no que diz respeito aos usos que esse conceito tem para as teorias de gênero. Justifica-se essa reflexão pela sua relevância e pela centralidade do conceito destacado acima para a academia, o movimento feminista e o ativismo LGBTQIA+¹. Na primeira parte do texto faço uma exposição a cerca da história da sexualidade de Foucault. Na segunda parte reflito sobre os pressupostos de Judith Butler. Em um terceiro momento é apresentado a interlocução entre as teorias e a contribuição do primeiro para com a segunda.

2 METODOLOGIA

A abordagem utilizada para o desenvolvimento dessa revisão de literatura é de cunho qualitativa, ou seja, preza pela compreensão e aprofundamento dos sentidos possíveis, levando em consideração os aspectos subjetivos. A pesquisa utilizou como procedimentos o resgate bibliográfico dos autores em questão e as potencialidades de diálogos entre eles. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 6) “[...] a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias [...].

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Michel Foucault (2014), o sexo – que vinha passando por sérias restrições –, a partir do século XVI foi incitado enquanto discurso. Três marcos

¹ Refere-se a uma sigla que denomina toda uma comunidade que escapa aos desígnios do gênero e sexualidade binários e heteronormativos. A rigor: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intergênero, assexuados e outras expressões de gênero e sexualidade dissidentes.

codificaram o discurso sobre as práticas sexuais até o final do século XVIII, foram eles: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Em suma eles falavam sobre a importância do matrimônio e a ameaça de condenação caso houvesse a procura por prazeres dissidentes desse valor. A proliferação dos discursos sobre o sexo manifestou-se, sobretudo nas instituições de exercício do poder. Considera-se também a tradição católica e o estabelecimento do sacramento da confissão como um vetor coercitivo que ensejava o falar sobre o sexo e os desejos. O confessionário seria o lugar onde tudo deveria ser dito.

Foi no processo de incitação ao discurso através das instituições de poder que a irregularidade sexual foi ligada a doença mental. Estabeleceu-se uma definida norma de controle do sexo que perpassava todas as idades ao passo que foram mapeados todos os desvios possíveis a esses padrões. A partir disso criaram-se controles dos mais diversos, desde o pedagógico até o médico.

O discurso do sexo e suas teorias científicas constituíram-se como uma ação esquiva, pois não falavam do sexo em si, mas dos seus desvios: aberrações, perversões, anulações patológicas e exasperações mórbidas. O conhecimento científico focado em uma biologia da reprodução e em uma medicina do sexo, além de problematizar os prazeres, discutia imperativos de higiene impulsionados pelos temores do “mal venéreo” aliado aos novos discursos sobre assepsia. Nesse sentido, as instituições modernas de saúde pública encarregaram-se de garantir o “vigor físico” e a “pureza moral” do corpo social.

Em algumas sociedades, sobretudo as orientais, a verdade do sexo é proveniente da experiência do prazer segundo sua qualidade, duração e reverberações no corpo e na alma. Na sociedade ocidental há outra forma de verdade do sexo. Trata-se de um discurso científico (*scientia sexualis*). Nesse caso, o poder está rigorosamente relacionado ao saber que é incitado através dos segredos entregues em confissão.

O poder estaria para além de um conjunto de instituições e aparelhos para subjugar os cidadãos em um determinado Estado. Ele se exerceria em inúmeros pontos através de relações desiguais e móveis. Para toda forma de poder haveria também uma forma de resistência. Nesse aspecto, o poder se manifestaria de maneira relacional, ou seja, de tal modo que não pode existir se não em relação a uma multiplicidade de focos de resistência. Um foco-local de poder-saber estaria associado à normatização do sexo veiculada por parentes, babás, pedagogos,

médicos entre outros. Nesse sentido, haveria uma medicalização do sexo e uma *psiquiatrização* de suas formas não genitais.

O sexo estaria em uma posição central ao revelar-se como foco de disputa política na articulação entre: a parte disciplinar do corpo e o sexo regulador das populações. Ele seria, portanto, uma via de acesso à vida, ao corpo e à existência da espécie.

Butler (2003), por sua vez, coloca em cheque a possibilidade da existência de um corpo pré-concebido ou de uma materialidade inata. Ela supõe que não existe um sujeito por trás do ato, ou algo que preceda a linguagem em si. Nesse sentido, o corpo e o gênero seriam produzidos por discursos. Considerá-los como atos de performatividade abre margem para pensar a possibilidade de reinventá-los ou reencená-los de maneira a evidenciar seu caráter fictício e não natural. É nesse potencial que Butler (2003) repousa sua ideia de agência subversiva. Para ela, a possibilidade de reinvenção e recriação dentro da lei coloca em choque o próprio discurso que a cria e regula, fazendo a lei voltar-se contra si mesma.

A autora preocupa-se em desfazer aparentes dissociações entre sexo e gênero. Para ela a categoria sexo é tão construída quanto o gênero. Nesse sentido não existiria um corpo natural pré-existente a sua condição cultural. “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2003, p. 59).

A noção de performatividade, explicitada por ela, questiona a existência de um sujeito que preceda ao ato, citando as formulações de Nietzsche de que “não existe ‘ser’ por trás do fazer, do atuar, do devir; ‘o agente’ é uma ficção acrescentada à ação – a ação é tudo” (BUTLER, 2003, p. 48). Nesse sentido: *não haveria uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero; a identidade é performativamente constituída pelas próprias “expressões” que supostamente são seus resultados.*

Esse argumento reforça a ideia de que não existe uma realidade essencial do gênero, uma materialidade inata ou natural. O gênero é um constante fazer situado no corpo, nunca totalmente internalizado, mas sim incorporado. Portanto, seria nos corpos que a lei se localiza e se expressa. O gênero como a aparência de uma substância, significa que ele em si não carrega algo de original ou natural. Ele é o simulacro de uma substância cristalizada através do tempo por atos

repetidos, esses por sua vez evidenciam a não originalidade das identidades de gênero, sejam elas hegemônicas ou não. Portanto:

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (BUTLER, 2003, p. 195).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Butler (2003) salienta que o gênero é uma criação social, evolui ao acrescentar que ele é *performativo*, ou seja; que constitui atos, imagens, formulações que consolidam uma determinada percepção social sobre ele mesmo. Ser homem ou mulher é representar em um esquema *performativo* as características atribuídas à masculinidade ou a feminilidade. O gênero enquanto performatividade assegura-nos que ele em si não é algo natural, ou divinamente concebido (como pensam diversos segmentos da sociedade), mas é uma formulação, um pensamento, uma fantasia (como afirma a autora). Essa constatação confere-nos bases para desconstruir o gênero, ou quem sabe, reformulá-lo.

Assim como Foucault (2014), Butler (1990) acredita que “*falar sobre sexo é um modo de simultaneamente, produzi-lo e controlá-lo, [...] uma vez que não existe nenhuma posição que possa ser assumida fora da lei, a subversão deve ocorrer no interior das estruturas discursivas existentes.*” (SALIH, 2013, p. 84-85, grifos meus). A agência, dessa forma, deverá ocorrer dentro das margens que a própria norma institui. Um modo de encontrar brechas na lei, pontos de escape que possibilitem através de uma ação paródica o reconhecimento da “parodicidade” do gênero como um todo.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. Tradução Guaciara Lopes Louro. 1ª ed. Nova York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CYFER, Ingrid C. **A tensão entre modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão no feminismo**. Tese de doutorado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Resenha de: JÚNIOR, José de Souza. **História da Sexualidade [I] A Vontade de Saber (Michel Foucault)**. Disponível em: <http://resenhasexertos.blogspot.com.br/2010/02/historia-da-sexualidade-i-vontade-de.html>. Acesso em: 02 ago. 2014

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

GADELHA, José Juliano Barbosa. **Masculinos em Mutação**: a performance drag queen em Fortaleza. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza: UFC, 2009.

JUDITH BUTLER – Seu comportamento cria seu gênero. Big Think – Smarter Faster. Estados Unidos: Big Think, 2013. 3'00". Disponível em: <http://youtu.be/9MlqEoCFtPM>. Acesso em: 03 ago. 2014.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Quem é e o que pensa Judith Butler** – um brevíssimo esforço de apresentar o vigor de sua filosofia. Fortaleza: UECE, 2013.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução e notas Guaciara Lopes Louro. 1ª ed. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 235p.

EIXO I: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADES

ATRAVESSAMENTOS SUBJETIVOS NA EXPERIÊNCIA DE UMA ARTISTA BRASILEIRA CAUSADOS PELA MISOGINIA E DISCURSO DE ÓDIO NA INTERNET

Anderson Moraes Pires
andeersonpires@gmail.com

Keilane Ferreira de Araujo
keifrr13@gmail.com

Juliana Fernandes-Eloi
julianafernandeseloi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O preconceito e discriminação baseados na identidade de gênero são anteriores ao advento da internet. Isso foi construído através da naturalização do orgulho em excesso dos homens cisgêneros em relação ao gênero, levando a expressões deste orgulho com comportamentos, muitas vezes, nocivos (PÉREZ; FIOL, 2000). O gênero feminino, sendo uma construção social, então, teve gênese a fim de estabelecer diferenças que valorizavam o masculino. Dessa maneira, a misoginia é conceituada como uma oposição ao feminino, que se manifesta como difamação e violência.

Atualmente, nos espaços virtuais de sociabilidade, nos deparamos com um fluxo contínuo de dados sobre variados temas, incluindo os ataques ao que não é agradável (SILVA *et al.*, 2011). Sabendo que as sociedades ocidentais valorizam tudo aquilo que se afasta do feminino (PÉREZ; FIOL, 2000), os estereótipos de gênero se apresentam nos dispositivos tecnológicos e digitais como uma ameaça aos direitos humanos porque eles podem se expressar como discriminação sexual, objetificação das mulheres, discriminação, exclusão social e difamação.

Podemos dizer que as redes sociais, como descritas por Silva *et al.* (2011), são arenas de insultos em decorrência de pertencimento racial, religioso, condição financeira e da própria identificação de gênero. De outro modo, as redes sociais são arenas de discurso de ódio, este como uma expressão que engloba um conjunto de palavras de insultos contra a diversidade humana, caracterizado como qualquer expressão que desvalorize, menospreze, desqualifique ou inferiorize os indivíduos por motivos de raça, cor, sexo, religião, orientação sexual, etc. (SANTOS, 2016).

Frente a essa exposição de mulheres ao discurso de ódio na internet, no ciberespaço, e como profissionais da Psicologia, nos preocupamos com os atravessamentos subjetivos causados pela misoginia nas experiências de mulheres. A consolidação e expansão da internet gera impacto nos setores político e econômico, bem como na subjetividade humana (HASKY; FORTES, 2022). Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar os discursos de ódio no ciberespaço dirigidos à uma cantora brasileira. Para mais, também pretendemos discutir os impactos de tais elaborações para a constituição e desenvolvimento da subjetividade.

2 METODOLOGIA

Este presente trabalho foi elaborado a partir das nossas vivências nas redes sociais, onde nos deparamos com comentários sobre a carreira e vida pessoal de uma cantora brasileira, Luísa Sonza. Podemos dizer, em razão disso, que este texto tem base na compreensão experencial, com uma abordagem qualitativa, com objetivos descritivos e discursivos.

Por se tratar de uma investigação que tem seus materiais retirados da internet, escolhemos o método de etnografia de tela. Este método preconiza que as pesquisadoras tenham um longo período de exposição com o material a ser analisado e discutido; que nossa observação seja sistematizada a ponto de ver os possíveis quadros que deixamos passar numa leitura apressada; e que as cenas da problemática recebam olhares aprofundados (RIAL, 2005).

Dessa maneira, fizemos um levantamento na *Buzzmonitor Trends*, plataforma para gestão de redes sociais, a partir do nome “Luísa Sonza”. O período selecionado compreendeu de 18 de novembro até 18 de dezembro de 2021. Visto que o Twitter foi o local de maior repercussão, decidimos analisar os conteúdos disponíveis nessa plataforma. Assim, escolhemos a análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006) como método, pois este tipo de análise nos ajuda com a familiarização com os dados, busca, revisão e definição dos temas, e produção final da análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado da busca na *Buzzmonitor Trends* classificou quatro top posts sendo que os dois primeiros são publicações do perfil *G1*, a terceira publicação é da

TV *Globo* e a última publicação foi realizada pela *Folha de São Paulo*, considerados uns dos principais veículos de informações e notícias sobre arte, cultura pop e política.

O termo “Luísa Sonza”, considerando todas as variações de uso com acento gráfico e letras maiúsculas e minúsculas, foi publicado 9.559 vezes nas redes sociais Instagram (361 publicações; 3,78%), Facebook (541 publicações; 5,66%) e Twitter (8.657 publicações; 90,56%), no período selecionado; por 2.733, 2.861 e 3.965 contas cadastradas com, respectivamente, o gênero masculino, feminino e não indicado; e, conforme os indicadores da *Buzzmonitor Trends*, 51,85%, 24,91% e 23,24% das publicações tiveram conotações neutras, negativas e positivas.

Quando a conta oficial do *G1* fez uma publicação no dia 16 de dezembro de 2021, na qual se perguntava “Por que 2021 foi o ano de Luísa Sonza?”, seguida de um endereço eletrônico direcionado à matéria completa e uma foto da cantora. É possível ler comentários que concordam e parabenizam a cantora, a exemplo de “Maravilhosa, merece muito a carreira que construiu” e “Porque ela tem uma voz incrível, é uma artista brilhante, uma mulher linda e mereceu muito ter seu trabalho aplaudido, depois de tanta perseguição”, mas os que se destacam, devido a repetição e quantidade, são os contrários à ideia de que Luísa fora considerada uma pessoa importante para o cenário musical brasileiro.

A matéria apresenta a visão de Luísa sobre o processo de produção e divulgação do mais recente álbum de estúdio, chamado *Doce 22*, que a impulsionou para o gosto popular nacional, em que se tornou a cantora pop mais ouvida no Brasil no ano de 2021 no *Spotify*, um serviço de streaming de música, podcast e vídeo. Ou seja, “se por muito tempo Luísa Sonza foi notícia por ataques *haters* ou relacionamentos amorosos, 2021 foi o ano em que a cantora gaúcha de 23 anos se destacou pela música” (SARMENTO, 2021, *on-line*). E, inserida em uma nova fase da carreira, a cantora ainda destacou que “não quero que a galera me odeie de novo”, relato que demonstra que não quer ser odiada.

Esse ódio mencionado pela artista diz respeito à sua experiência nos espaços midiáticos de sociabilidade e aproximação dos sujeitos desde o início de sua carreira, com vídeos no *YouTube*, que ganhou uma repercussão negativa, principalmente, quando se relacionou afetivamente com Whindersson Nunes, outro artista brasileiro, que, em relação aos números, era mais famoso. Assim, os

discursos de ódio proferidos à cantora sempre foram de palavras com a intenção de insultar, intimidar e assediá-la, e inclusive de ameaçá-la de morte.

Ainda na publicação no twitter do G1 sobre a matéria mencionada, muitos comentários públicos podem ser encontrados, a exemplo de: “Pois fora o ano em que a imbecilidade atingiu o seu ápice, eu creio”, “Porque o pacto com satanás foi aprovado” e “porque ficou entre ela e a morte?”, revela como cada vez mais pessoas se expressam com violência e misoginia nas redes sociais. Por isso, quando alguém comenta que “A Globo quando cisma de enfiar uma coisa goela abaixo não há quem consiga parar. Fala uma música dessa mulher. Ela é cantora, não é?” já se tem muitas ideias formadas sobre um determinado contexto, como é no caso de já se ter uma imagem, ou várias, formada sobre uma empresa/emissora e uma artista.

Estudo de Silva *et al.* (2011) pontua que a definição de discurso de ódio tem chances de ser reduzida pela aparente restrição das características que podem ser consideradas objeto de discriminação, porém as pessoas são capazes de “manifestar numerosas características, concretas ou abstratas, passíveis de reconhecimento, diferenciação e, malgrado seu, discriminação” (p. 448). E de maneira correlata, esses discursos de ódio estão imbuídos com o sentimento de repulsa e/ou aversão à mulher, o que caracteriza a misoginia. Assim, coloca-se em evidência o quanto a misoginia se refere ao ódio, rejeição e desprezo às mulheres e tudo relacionado ao feminino (PÉREZ; FIOL, 2000). A misoginia, mas não somente, é o que faz, por exemplo, pessoas criticarem a Luísa Sonza através de seu trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Percebemos, de antemão, o alto engajamento *on-line* das pessoas que usam as redes sociais para falar com e sobre a artista Luísa Sonza. No entanto, mesmo com os desdobramentos positivos que a internet pode gerar, a cantora tem um histórico de comentários e menções negativas. Consideramos, parcialmente, que isso ocorre devido à misoginia e ao mais recente movimento de naturalização do discurso de ódio no ciberespaço. Esperamos, de modo geral, que este trabalho de análise seja um artefato que problematize a exposição de mulheres ao discurso de ódio na internet e venha a contribuir para pesquisas semelhantes, com outras definições metodológicas.

REFERÊNCIAS

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, pp. 77-101, 2006.

HASKY, F.; FORTES, I. Desconstruindo polarizações acerca da internet: entrelaçamentos entre os universos online e off-line. **Psicol. Pesqui.**, v. 16, p. 1-21, 2022.

PÉREZ, V. A. F.; FIOL, E. B. Violencia de género y misoginia: reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo. **Papeles Del Psicólogo**, v. 75, p. 13-19, 2020.

RIAL, C. S. Mídia e sexualidades: Breve panorama dos estudos de mídia. In: GROSSI, M.; BECKER, S.; LOSSO, J.; PORTO, R.; MULLER, R. (Orgs.). **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, pp. 107-136.

SANTOS, M. A. M. **O discurso do ódio em redes sociais**. São Paulo, SP: Lura Editorial, 2016.

SARMENTO, G. Por que 2021 foi o ano de Luísa Sonza? **G1 Pop & Arte**, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2021/12/16/por-que-2021-foi-o-ano-de-luisa-sonza.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1. Acesso em: 17 jan. 2023.

SILVA, R. L. et al. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 2, 445-468, 2011.

EIXO I: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADES

CORPOS NEGROS LGBTQIA+: RELAÇÕES, AFETOS E OBJETIFICAÇÃO

Raquel de Souza Xavier
raqueldsx@gmail.com

Anderson Moraes Pires
andeersonpires@gmail.com

Juno Vicky Sullivan
joavmsullivan@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O projeto de poder supremacista branco, colonizador, heterossexual, cisgênero e monossexual gerencia as relações de modo que corpos não-heterossexuais, não-brancos, não-cisgêneros, não-monossexuais sejam relegados à marginalização, exclusão e ostracismo. Isso produz uma estrutura que viola os direitos humanos fundamentais em um intento desumanizador, deslegitimador de existências, com as vezes de um projeto de aniquilamento ora sutil e capilar, ora às vistas (CARNEIRO, 2011; DAVIS, 2016; LIMA, 2018; AKOTIRENE, 2019).

Pensar em afetações, portanto, que emergem dentro desse cenário, é pensar modos de abertura e compreensão acerca de corpos negros LGBTQIA+. Afetações aqui traz à tona um modo de lidar com esses corpos marcados pela diferença e diz de um “jeito” que cotidiana e tradicionalmente se relaciona com elas: pela via da objetificação, pela via da ridicularização, da hiperssexualização, da tutela e outros modos de afetações. Bem como Gonzalez (1984) diz, trazemos marcas das histórias no corpo, de nossa trajetória, sejam elas físicas/concretas e/ou simbólicas. Todavia, ao falarmos sobre os corpos de pessoas negras, esses tantas vezes são referidos como objetos, números jogados ao chão exibidos nas manchetes, ou corpos descartáveis em uma dada esquina.

Além disso, Isildinha Nogueira (1998) discute que uma determinada estrutura social acaba por reproduzir no corpo humano o que varia de acordo com os mais diferentes sistemas sociais, de modo a atribuir um sentido particular. Em outras palavras, o corpo funciona como marca dos valores sociais, é nele que a sociedade emprega seus valores e sentidos. Por isso, mas não somente, ainda de acordo com a autora, o corpo negro e o branco, no Brasil, estão em lugares opostos; é por isso

que os corpos de pessoas negras se encontram em lugares subalternos e são, consequentemente, descartáveis.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é identificar as afetações que constituem os modos de relação com pessoas negras LGBTQIA+. Fazemos tal identificação e discussão através do pensamento de pessoas do feminismo negro, pois acreditamos que ciscunscrever os corpos capturados pelos tradicionais discursos heteronormativos-racistas é denunciar formas como ao longo da história modos de gerenciamentos subalternizadores desses corpos foram se estabelecendo e se cristalizando constituídos sob a égide institucional religiosa, jurídica e médico-psiquiátrica (CARNEIRO, 2011; GONZALEZ, 1984).

2 METODOLOGIA

Este trabalho é orientado pela análise fílmica. Esta análise, de acordo com Penafria (2009), é composta por alguns elementos, a saber: análise textual; análise de conteúdo; análise poética; e, por fim, análise da imagem e do som. Em cada elemento, temos a oportunidade de focar no texto da narrativa, no filme de uma maneira geral, visando sua própria história, também podemos focar nas emoções e sentimentos gerados em cada produção e ainda analisar as técnicas de cor, imagem e som.

Os filmes e documentário escolhidos foram *Madame Satã* (2002), com direção e roteiro de Karim Aïnouz, duração de 1h45min e elenco composto por Lázaro Ramos, Marcélia Cartaxo, Flávio Bauraqui; *Moonlight: sob a luz do luar* (2017), com direção de Barry Jenkins, roteiro de Barry Jenkins e Tarell Alvin McCraney, duração de 1h51min, e elenco composto por Alex R. Hibbert, Ashton Sanders, Trevante Rhodes; e, por fim, *Bixa Travesty* (2018), direção de Claudia Priscilla e Kiko Goifman, roteiro de Claudia Priscilla e Linn da Quebrada, duração de 1h15min, elenco composto por Linn da Quebrada, Jup do Bairro e Liniker de Barros. Essas produções têm em comum seu potencial de exemplificação do tema central, possibilitando uma nova visão sobre o emaranhado de afetações nos quais corpos negros LGBTQIA+ estão inseridos.

Como método de análise foi escolhida a Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2011), este método apresenta diferentes fases de análise: a pré-análise (organização), a exploração do material (codificação, categorização) e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Por isso, as produções audiovisuais

foram assistidas por nós autoras e, posteriormente, categorizadas, já buscando enxergar e relacionar as cenas com o tema aqui debatido. No último momento, fizemos o tratamento dos resultados individualmente e separadamente, e, logo depois, comparamos nossas interpretações, a fim de abranger a discussão, sem perder as principais características.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O filme *Madame Satã* (2002) se apresenta de forma visceral aos seus espectadores desde o início. Um olhar, um gesto, um riso de canto de boca ou uma palavra podem vir na “forma” de um grito. O sentimento de ódio é vivido em várias cenas do filme: desde o ataque homofóbico sofrido por João, personagem principal, ao ser flagrado usando figurinos de uma artista, até aos xingamentos de um desconhecido em um bar. Um momento memorável é o próprio João reconhecendo o sentimento que ele não comprehende bem, mas que não para quieto dentro de si: a raiva. Como aponta Audre Lorde (2019), a raiva tem sua distinção do ódio por ser um agente da mudança, não um emissário da destruição.

Outro importante apontamento de Lorde (2019) é como expressamos esses sentimentos. Por exemplo, se calamos ele ou deixamos de expressá-lo isso impacta na forma como lidamos com a raiva, entramos na inércia e acabamos por não agir, o que beneficia alguma parte envolvida – principalmente se falamos de Brasil e racismo. É importante o conflito ocorrer para que a vida possa progredir (LORDE, 2019). Principalmente se utilizarmos a raiva a nosso favor, transformando-a em combustível para um ato de resistência. Ou seja, utilizar a raiva com o objetivo de resistir, construir novos caminhos e dar uma utilidade à mesma, é uma estratégia necessária de mobilização, principalmente para não recair em uma armadilha mais desafiadora ainda: a culpa.

Essa possibilidade de mudança, de potencialidade, está registrada no filme *Moonlight: sob a luz do luar* (2016), que narra a história de Chiron. O filme se divide em três blocos temporais que são nomeados a partir da forma como o personagem principal é chamado: Little; Chiron; e Black. Na primeira, conhecemos a infância de Little, a perseguição na escola, os conflitos familiares, a relação com os personagens Juan e Tereza. As palavras que mais ressoam são: estranho; mole/frouxo; bixa; boiola. Existe uma atmosfera sobre o que é ser “menino”, e no percurso vemos ações de perseguição aos “trejeitos” associados ao feminino. Na

adolescência, há um agravamento das configurações de perseguição no espaço escolar pelos “trejeitos”. De modo geral, é possível perceber uma dificuldade de falar o que sente, de chorar, de ser tocado, uma impossibilidade que se vincula ao “silêncio do armário”. São usados termos pejorativos para dizer sobre outras configurações de sexualidade que não aquela heteronormativa, e uma cobrança de uma performatividade negra e masculinizada.

Um dos trágicos resultados dessa experiência é a falta de contato com o amor, do diálogo sobre o amor, inclusive. Linn da Quebrada também narra sobre essa dificuldade de dar e receber amor, de se permitir aos sentimentos românticos, por exemplo. Ela também explora as possibilidades de mudanças e de potencialidades, como discutimos a partir de Madame Satã. Linn da Quebrada, afinal, é artista brasileira, negra, autodenominada Bixa Travesti e protagonista do documentário *Bixa Travesty* (2018), de Kiko Goifman e Claudia Priscilla. Linn através de seu corpo [político] em suas performances musicais denuncia e afronta, a fim de “destruir”, o sistema cis-heteronormativo e o racismo responsáveis por ao longo da história subalternizar seu corpo e existência.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A presente identificação das afetações que constituem os modos de relação com pessoas negras LGBTQIA+ nos possibilitou perceber como o ódio está presente nas vivências dessa população e que tal sentimento pode ser o maior representante de um antagonista. Também conseguimos perceber como as violências raciais e sexuais movimentam sentimentos que não são bem entendidos, devido à própria elaboração de tais cenas. Essas violências, ainda, dificultam o processo de fala, expressão, toque e afetividade com outras pessoas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIXA Travesty. Direção de Claudia Priscilla e Kiko Goifman. Brasil: Arteplex Filmes, 2018. (75 min.).

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres , Raça e Classe.** São Paulo, Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p 223-244.

LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v. 04, n. 02, 2018.

MADAME Satã. Direção de Karim Aïnouz. Rio de Janeiro: Programadora Brasil, 2002. (100 min.).

MOONLIGHT: sob a luz do luar. Direção de Barry Jenkins. Estados Unidos da América: Camera Film, 2017. (110 min.).

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro.** 1998. 146p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

EIXO I: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADES

BOI NEON: REFLEXÕES SOBRE MASCULINIDADE EM SOLO NORDESTINO

Luan Duarte Romão

luanduarter14@gmail.com

Clyvia Maria Vieira Borges

mariacyvia468@gmail.com

Francisco Francinete Leite Júnior

fracinetejunior@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A sociedade é construída por sujeitos que desde cedo aprendem quais práticas culturais podem ser exercidas e quais são moralmente aceitas. Nesse processo, percebemos que muitos dos padrões estabelecidos sob os indivíduos, ferem o direito à liberdade e não condizem com a realidade. Tal contexto torna-se mais complexo a depender da área geográfica e social que os indivíduos integram. Um desses ambientes é o Nordeste brasileiro, que apresenta o estereótipo do “macho viril” como uma figura masculina que vigora e integra a educação e à representação de meninos, fazendo reverberar uma imagem patriarcal dotada de preconceitos e intolerâncias.

Dessa forma, a sociedade designa todos os sentidos dos sujeitos, fazendo com que cada um desde a infância, conheça os sons, cheiros e sabores “bons” ou decentes, e rejeite os indecentes. Isso quer dizer que durante esse processo, conforme Filho (2012), o objetivo principal é a manutenção do estatuto de naturalidade e normalidade heterossexual, em que o preconceito aparece como defesa, afastando qualquer questionamento dessa naturalização da norma vigente do macho. Assim, quem ousa confrontar com esse sistema, acaba sofrendo cargas de rejeições intensas. Ainda conforme o autor, isso resulta da interpretação da homossexualidade como desvio da sexualidade normativa. O fato configurou-se, devido uma abordagem médica e secular na qual o anormal e o homossexual foram apresentados na mesma categoria, como um enigma. Já o normal e também heterosexual seria presumido e persiste até hoje.

Assim, percebemos que as construções acerca da masculinidade também diz respeito à uma sexualidade específica, a saber a heterossexual. Os sujeitos que não se enquadram em tais particularidades, inerentes desde o nascimento, são vistos

com outros olhos e automaticamente são classificados como homossexuais. Isso reafirma o pensamento de Tiburi (2018) sobre o machismo, pois conforme a autora, este reserva a masculinidade para si e age contra as pessoas que não exercem socialmente a norma masculina preestabelecida.

No entanto, existem sujeitos que mesmo mantendo a sexualidade que se adequa ao padrão (a heterossexual), burlam o discurso hegemônico da masculinidade, nos possibilitando reflexões acerca da formação de outras formas de manifestações que não estejam imbricadas nesses padrões. Para tanto, este estudo centra-se na análise de uma prática do personagem Iremar (Juliano Cazarré), protagonista do filme Boi Neon (2015), dirigido pelo cineasta Gabriel Mascaro, que em sua narrativa remonta e ressignifica o molde comum da masculinidade do cabra macho. Esse sujeito masculino do Nordeste brasileiro, redireciona o ideal de “homem macho” tão estereotipado nesse espaço geográfico. A obra tem autenticidade na linguagem que apresenta e transgride narrativas em cenários particulares de um nordeste urbano e rural.

Nessa lógica, através da relação entre os estudos de gênero e das percepções e ressignificações da masculinidade que o filme Boi Neon (2015) apresenta, este trabalho busca refletir sobre a vivência da masculinidade de Iremar no Nordeste que é tão estereotipada e delimitada.

2 METODOLOGIA

Nosso objetivo é compreender a formação do personagem no Nordeste, que transita entre a vida de vaqueiro e o sonho de ser estilista, profissões que no senso comum são demarcadas pelas concepções tradicionalistas dos gêneros. Nesse sentido, o presente trabalho tem abordagem qualitativa, tendo por procedimento metodológico análise descritiva da dinâmica entre o Iremar e sua representação no espaço em que se encontra, a saber, o sertão nordestino. Conforme Vanoye & Goliot-Lété (1994), essa análise fílmica consiste em não ver o filme, mas revê-lo examinando tecnicamente, num processo que desmontagem das cenas e produções de significações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O filme Boi Neon (2015), realizado em meio ao agreste pernambucano, apresenta a vida de Iremar, sujeito masculino, forte e que trabalha em meio a

vaquejada², mas que sonha em exercer função no mercado de vestuário e tornar-se estilista. Nesse sentido, percebemos que a trama acaba mesclando entre a dura realidade do agronegócio e as realocações dos papéis de gênero, através das dinâmicas adotadas pelos personagens. Dessa forma, o cinema, conforme Zoboli, Izidoro e Galak (2018), acaba funcionando como um dispositivo que difunde discursos estéticos e políticos, tensionando técnicas do corpo que mediatizam as relações humanas. Isso quer dizer que o filme em questão, tanto produz efeitos como nos convida a reavaliar certos conceitos sobre as masculinidades exercidas no Nordeste.

Albuquerque (2011) afirma que ao se dar materialidade a determinados espaços, objetos e práticas são trazidos como forma de representação. Nesse sentido, conforme o autor, os elementos como o cangaço e o coronelismo se constituem como definidores do Nordeste, se fazendo presente em meio a outros, que ainda assim, não são capazes de representarem por completo a região. Nesse sentido, Boi Neon (2015), traz elementos que desconstroem e reconstroem esse imaginário da região nordestina. A imagem cristalizada dessa região como um ambiente de seca e miséria, decorre, conforme Silva (2016), do contexto histórico, social, cultural e político do Nordeste, como também da visão rotulada que há sobre os pertencentes a essa área geográfica. No cinema, de acordo com observações da autora, são presentes narrativas dramáticas sobre os nordestinos, onde geralmente retirantes estão em busca de melhores condições de vida nos centros urbanizados, fugindo de situações que envolvem a fome, a pobreza e o sertão. Já na história presente em Boi Neon, não há uma abordagem da vulnerabilidade nordestina ou causa para ir à luta. Na realidade, a trama apresenta um contexto repleto de curiosidades e questionamentos sobre um Nordeste contemporâneo, onde há raízes ligadas a tradicionalidade, como também novas situações que estabelecem uma linha entre o passado e o presente, indagando o espectador sobre o futuro.

Além disso, essa região é atravessada por estereótipos e representações que adequam os sujeitos masculinos à identidade do “cabra macho”. Conforme Vasconcelos (2009), o nordestino seria antes de tudo um macho, dotado de atributos que reforçam ainda mais uma superioridade masculina, ou seja, esse indivíduo não

² A vaquejada consiste na ação que envolve um boi solto em uma arena e dois vaqueiros montados em um cavalo que tentam derrubar o animal pela cauda dele. A prática nasceu na década de 40 na região do Nordeste do Brasil.

seria qualquer homem. Para a autora, esse ser masculino representaria o patriarcado ou a volta desses valores, o que resultaria em uma postura de dominação por parte desses indivíduos nas relações cotidianas, ancorada em signos como a virilidade, a força e agressividade.

Já na trama analisada, há em torno do personagem principal um processo de desconstrução do discurso hegemônico de masculinidade territorial, nos levando a refletir sobre a geografia das identidades masculinas. Nesse sentido, é preciso expandir o conceito cristalizado do “cabra macho” presente no Nordeste e perceber a multiplicidade de papéis masculinos em meio ao contexto cultural dessa região na contemporaneidade, no qual o modelo padrão não é seguido por todos os homens e meninos.

Além disso, a obra nos leva refletir sobre o ofício de vaqueiro versus o desejo de Iremar de trabalhar com moda. Nos fazendo perceber uma dualidade que ao mesmo tempo que o sujeito foge da masculinidade hegemônica, ele não enquadra-se como homossexual. Como afirma Medrado e Lyra (2008) sendo a masculinidade e feminilidade metáforas de poder e de capacidade de ação que orientam valores e práticas sociais de homens e mulheres, confrontar a masculinidade e feminilidade normativa é confrontar as relações de poder que as inscrevem. Assim, Boi Neon (2015) quebra a lógica dominante heterossexual, indo além da desconstrução do modelo hegemônico do macho, e expandindo o universo do vaqueiro em meio ao desenvolvimento tecnológico e industrial do século XXI.

Nesse sentido, o diretor busca desconstruir o histórico social heterocentrado no Nordeste. Pois mesmo a norma indicando que o sujeito deve corresponder a comportamentos culturais e éticos de acordo com seu sexo biológico, Gabriel Mascaro, apresenta uma narrativa onde as performances normativas são questionadas, mesmo que estas já tenham sido inscritas nos corpos a partir das estruturas biológica ou familiares (ZOBOLI, SILVA, GALAK, 2018). Boi Neon (2015), exibe relações entre masculino/feminino, passado/presente, público/privado, que permite a expansão de seus personagens, principalmente de Iremar (Juliano Cazarré), sujeito que nos interessa nesta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empenhadas nessa pesquisa nos permitem refletir que a lógica da nossa sociedade é heteronormativa, significando dizer que o esperado para os

sujeitos com características biológicas masculinas, é que estes exerçam à masculinidade viril. Isso quer dizer que, ao contrário disso, é visto como anormal e estranho, perante os olhos de quem foi ensinado a propagar tais valores.

Nessa lógica, percebemos que o filme Boi Neon (2015), busca reconfigurar os sentidos do que é a masculinidade e de como esta deve ser exercida em uma região carregada de estereótipos como o Nordeste. O mundo apresentado no filme nos apresenta uma combinação da realidade com a imaginação, através das indagações e questionamentos dos personagens. Assim, a trama traz pistas, mas não um clímax, deixando um final aberto tanto na vida Iremar como dos demais presentes naquele cotidiano.

É válido ressaltar que a trama é carregada de outras inúmeras histórias, que assim como a de Iremar, redirecionam as noções de gênero dominantes. Dessa forma, faz-se necessária, uma maior atenção para desmontagens e remontagens de outras cenas. Além disso, a obra apresenta fortemente a autonomia feminina, através de mulheres autônomas, que burlam a superioridade masculina colocada sobre estas desde o nascimento, fazendo-se pertinente desmembrar outros caminhos para a pesquisa. Ademais, as visualidades presentes na obra, são compostas de poéticas simples, mas que nos revelam possíveis reflexões sobre a estética adotada durante a narrativa.

Em suma, Boi Neon, apesar de buscar quebrar o perfil do macho presente no Nordeste, ao ir contra esse padrão de masculinidade estereotipada, não rompe com o machismo que ainda se evidencia nas falas do personagem principal e dos demais. Em um ambiente carregado de homofobia, misoginia e machismo, a narrativa expande os sentidos e transfigura as contradições colocadas nos sujeitos masculinos e femininos. Nessa atmosfera entre o bruto e o sensível, as outras possíveis masculinidades floraram e afloram no contato entre personagem e espectador. Dessarte, o trabalho consegue contemplar a compreensão dessa identidade conflitiva com os ideais normativos e indagar a construção do personagem no seu trânsito entre concepções tradicionalistas dos gêneros e novas formas de performar essa vivência.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FILHO, Fernando S. Teixeira. A construção social das (homos)sexualidades e suas relações com a homofobia. In: SOUZA, L. L.; GALINDO, D.;BERTOLINE, Vera (orgs). **Gênero, Corpo e ativismos**. Cuiabá, MT: UFMT, 2012. p. 83-110.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008.

SILVA, Michelly Maia. **Boi Neon**: performance e devires do “masculino” e do “feminino” no cinema nordestino contemporâneo. 2016. Monografia (Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2016.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas-SP: Papirus, 1994.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Mulher séria e “cabra-macho”... por outras representações de gênero no sertão baiano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

ZOBOLI, Fabio; DA SILVA, Renato Izidoro; GALAK, Eduardo. Corpo e Política: Gênero, Sexualidade e Intimidade em “Boi Neon”. Aniki: **Revista Portuguesa da Imagem em Movimento**, v. 5, n. 2, p. 437-456, 2018. Disponível em: <http://aim.org.pt/ojs/index.php/revista/issue/view/18/showToc>. Acesso em: 14 mar. 2019.

FILMOGRAFIA

Boi Neon [longa-metragem]. Dir. Gabriel Mascaro. Desvia Produções, Brasil, 2015. 101 mins.

EIXO I: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADES

**“UM CORPO NO MUNDO”: EXPERIÊNCIAS EPIDÉRMICAS DE UMA JORNADA
TRANSNACIONAL**

Azânia Mahin Romão Nogueira

azania.mahin@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO (OU SANKOFA)

“Não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”

“Eu sabia que você voltaria”. Foi com essa mensagem que Val, a ex-companheira de minha mãe, reagiu à notícia que eu estava me mudando para Salvador. Voltando, como ela mesma pontuou, 17 anos depois de minha primeira chegada. Agora com 32 anos de idade, carregando outras (in)certezas sobre mim, sobre a cidade que eu vivi durante o ano de 2005 e retornaria como turista por mais duas vezes, uma ainda durante os anos de adolescência, outra já como pessoa adulta, em 2016.

A motivação deste retorno resultava de um outro retorno, este causado pela pandemia da Covid-19. O isolamento social, a ausência de distrações mundanase a sensação de impotência frente ao escalamento do genocídio do povo brasileiro, projeto implementado em 1500 e ainda em pleno vapor, foram alguns dos elementos que me forçaram a reconhecer as vozes mais profundas, silenciadas, desacreditadas dentro de mim: o desejo de fazer doutorado. As vozes de criança curiosa, adolescente leitora, jovem cientista sonhavam com um projeto que havia sido de certa forma apaziguado pelas “experiências epidérmicas”³ em espaços formais de construção de conhecimento, especialmente o processo de me tornar mestre em Geografia, transcorrido no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, localizado em minha cidade natal: Florianópolis.

Florianópolis é o território que disputa e é disputado pela minha existência. Foi nele que me entendi negra, neguinha, negrona, preta, pre, pretinha. Aqui também lutei para ser mulher, desisti, me declarei ex-mulher, pessoa não-binária e

³ “Experiências epidérmicas” é o nome de uma disciplina oferecida por Millena Lízia (2021) na Escola de Artes Visuais do Parque Lage. A expressão se desdobra da trajetória intelectual da artista e pesquisadora, que inclui o grupo de estudos “Composteiras: saberes regenerativos com Beatriz Nascimento” oferecido por Millena Lízia e Walla Capelobo (2021). Estou participando da última experiência no processo de escrita deste relato.

tantas outras renúncias desse embate onde minha experiência de raça-gênero não se contempla. Foi em Florianópolis que reconheci que meus afetos são construídos de maneira livre, buscando - com dengo e perseverança - reconhecer e romper com as estratégias colonizantes na constituição de minha comunidade. Todas as experiências que atravessaram essas compreensões de mim desenharam o caminho que me fez optar por Salvador enquanto nova morada, um desejo de viver outras vivências, saindo da capital do estado brasileiro com a menor proporção de população autodeclarada negra do país para o oposto nesta mesma tabela. A vinda para a primeira capital do Brasil tem um tanto de interesse de pesquisa acadêmica desta geógrafa que investiga territórios negros, mas um tanto maior mesmo de interesse auto-investigativo deste território negro que sou. Assim, volto para pegar o que é (m)eu.

Já nos primeiros dias de meu retorno, percebo coisas que anteriormente não havia repertório para identificar, as experiências determinadas pelo corpo que habitou me fazem sentir como se tivesse mudado de país. É uma outra relação a partir de raça, expressão de gênero, faixa etária, orientação sexual que determinam até onde vai minha autonomia, minha agência e minha percepção de mim mesma frente às relações de poder que me atravessam. A proposta com este relato de uma experiência ainda em andamento, é apontar, a partir da análise da “escrevivência” presente em meu caderno de pesquisa, meu diário e meu caderno de anotações, a materialização das diferentes dinâmicas de construção de identidade em Florianópolis e em Salvador.

2 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO (OU SESA WO SUBAN)

"Transforme seu caráter"

Esse trabalho se justifica na medida em que ressignifico o meu ser e, portanto, meu fazer. Depois de 14 anos desde o início de minha trajetória acadêmica, percebo a necessidade de me desformar, sair da forma, após tantos anos de formação, de tantas formaturas. Assim, esse esforço de olhar pra mim, minhas referências, meu modo de fazer pesquisas, pras grandes teorias que ousam explicar o todo e para a aparente pequenez daquilo que impede da totalidade de se concluir, vem como exercício de reconhecer as fronteiras e territórios, repactuar com o que faz sentido e avançar em meu processo de construção de conhecimento nos

espaços que ocupo. No contexto de desenvolvimento de minha tese de doutorado, acredito que este trabalho se justifica também por registrar este momento, onde inicio o segundo ano do curso. Além disso, me possibilita pensar em quais transformações em meu caráter consigo materializar.

3 OBJETIVOS (OU NEA ONNIM NO SUA A, OHU)

“Aquele que não sabe, pode saber pela aprendizagem”

O objetivo geral com este relato de experiência é perceber o que não sei, tanto epistemologicamente quanto epidérmicamente, e neste processo contribuir com a trajetória de construção de conhecimento individual e coletiva.

De maneira mais específica, é meu objetivo construir considerações parciais ao questionamento “quais experiências epidérmicas atravessam este corpo no mundo?”.

4 METODOLOGIA (OU ANANSE NTONTAN)

“Sabedoria, criatividade, engenhosidade e complexidades da vida”

O final do meu curso de mestrado, antes mesmo da defesa do trabalho final, já denunciava esta demanda. O desconforto de me sentir compulsoriamente parte de um clubinho acadêmico, ainda que dentro de alinhamentos teóricos e práticos que me agradavam, me fizeram questionar se a decolonialidade enquanto epistemologia me ajudaria a compreender o mundo ou apenas a limitá-lo. Essa pergunta em muitos aspectos era semelhante à que eu me fiz no fim da graduação, desta vez desconfortável com a distância da práxis marxista que me rodeava, das possibilidades que esta abordagem epistemológica apresentava.

Assim, não juro fidelidade a nenhuma corrente epistemológica, me colocando em defesa da pesquisa empírica em toda a sua complexidade sistêmica, reconhecendo que existe primeiramente o fato e depois a teoria, como apontado pelo professor Dr. Henrique Cunha Jr. nas aulas da disciplina “Bairros Negros”⁴. Portanto, primeiro vem a leitura e seleção dos registros em meus cadernos, na sequência a articulação com referenciais interpretativos diversos, tendo a

⁴ A disciplina Bairros Negros é oferecida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia pelos professores Fábio Valeme e Henrique Cunha Jr. Estou participando da mesma durante a escrita deste relato de experiência.

experiência enquanto critério da verdade conforme aponta Patricia Hill Collins (2019).

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS (OU *MATE MASIE*)

“Eu guardo aquilo que ouço”

Em “Escrevo o que eu quero”, Steve Biko afirma que “como organizadores da tradição, não podemos jamais presumir que somos seus únicos intérpretes e assim retirá-la do domínio do povo” (BIKO, 1990, p. 14). Por isso, o compromisso aqui não é de traçar universalidades ou avançar na construção de uma teoria geral, mas reconhecer a posicionalidade de meu saber (ROSE, 1997), enunciando meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017) no desenvolvimento de conhecimento geográfico à serviço da justiça social.

Observando meu caderno de pesquisa, meu diário e meu bloco de notas, de maneira geral é possível apontar eventos na escala corpo-território que traduzem a totalidade em determinado tempo e espaço. Para pensar essa especificidade, é importante considerar que “a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional” (SANTOS, 1974 apud SANTOS, 2014) e partir daí podemos compreender que Florianópolis e Salvador têm cada qual a sua forma urbana de desenvolvimento, coerente com seu processo de Formação Sócio-Espacial.

Salvador, que carrega em seu slogan governamental o título de “primeira capital do Brasil”, em muito ainda carrega as dinâmicas sociais da época colonial, atualizadas em coerência com as atuais estratégias do sistema de dominação. Esse fenômeno não é exclusivo à cidade, conforme a noção de colonialidade articulada por pesquisadores decoloniais a partir do pensamento latino e caribenho acerca das relações sociais estabelecidas pelo capitalismo racista desenvolvido nas Américas pelas metrópoles colonizadoras europeias. Com uma práxis pautada na monocultura de nossas existências, a colonialidade se mantém enquanto forma de organização e hierarquização das existências em solo disputado.

Estar à deriva por Salvador é compreender que a história é assíncrona e que em diversos momentos do presente sou atravessada por estratégias coloniais de disputa pela subalternização de um corpo preto, feminizado, livre de modéstia ou pudor. E é este mesmo corpo que “precisa lembrar que não é cativo”, como relembra Beatriz Nascimento em seu filme *Orí* (1989). Ela vai além e diz que “várias e várias partes da minha história me contam que eu tenho direito ao espaço que eu ocupo na

nação” (ORÍ, 1989). Reclamar esse lugar é reivindicar autonomia política e territorial, direito por cada lugar vivido e sentido por mim e pelos meus, reconhecendo a memória que só é memória pois está presente no cotidiano, no desconforto frente ao assédio, ao racismo e todas as formas de violências que meu corpo reconhece como indignificantes de minha existência.

Essas práticas naturalizadas na cidade foram o impulso primeiro que me fez pensar nas narrativas da/sobre a cidade, que vangloria o Pelourinho e as revitalizações que removem o povo negro de seus territórios, ao mesmo tempo que nutrem um sentimento de pertencimento ao meu corpo negro. Compreender a pluralidade das dinâmicas sociais cujas dimensões espaciais produzem a cidade é entender a multidão que somos e o tamanho das tarefas que estão na mesa.

REFERÊNCIAS (OU KONTIRE NE AKWAM)

“Uma só cabeça não constitui o conselho”

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Ática, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress In Human Geography**, v. 21, n. 3, p.305-320, 1997. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1191/030913297673302122?journalCode=phgb>. Acesso em: 2 dez. 2017.

LÍZIA, Millena. **Experiências epidérmicas**. Disponível em: <http://eavparquelage.rj.gov.br/experiencias-epidermicas-movimentos-para-organizacoes-de-cadernos-de-artistas-pesquisadoras/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

LÍZIA, Millena; CAPELOBO, Walla. **Composteiras**: saberes regenerativos com Beatriz Nascimento. Disponível em: <http://eavparquelage.rj.gov.br/composteiras-saberes-regenerativos-com-beatriz-nascimento-3/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ORÍ. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. Disponível em: <https://www.facebook.com/uniaodetodasnacoes/videos/1878768139068550/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2014. 170 p.

ZEIGER, Claudio. **Ananse ntontan**. 2012. Disponível em: <http://claudio-zeiger.blogspot.com/2012/02/ananse-ntontan-simbologia-adinkra.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ZEIGER, Claudio.. **Kontire ne akwam**. 2012. Disponível em: <http://claudio-zeiger.blogspot.com/2012/02/kontire-ne-akwam-simbologia-adinkra.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ZEIGER, Claudio.. **Mate masie**. 2012. Disponível em: <http://claudio-zeiger.blogspot.com/2012/02/mate-masie-simbologia-adinkra.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ZEIGER, Claudio. **Sankofa**. 2012. Disponível em: <http://claudio-zeiger.blogspot.com/2012/02/sankofa-simbolo-adinkra.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ZEIGER, Claudio. **Sesa wo suban**. 2012. Disponível em: <http://claudio-zeiger.blogspot.com/2012/02/sesa-wo-suban-simbologia-adinkra.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

EIXO 1: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADES

AS TRAVESTIS SÃO FELIZES: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO INSTAGRAM
DE ÉRIKA HILTON

Marina Solon Fernandes Torres Martins
solonmarina@gmail.com

Márcia Vidal Nunes
marciavn@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Há uma ideia superficial e comum no imaginário social quando o assunto é a existência de mulheres trans e travestis. De modo geral, essas pessoas são vistas como “erradas” e facilmente associadas a uma série de dramas sociais que envolvem violências, marginalidade, abjeção, subempregos, prostituição e assassinatos. Isso ocorre porque a estrutura social é organizada dentro do binarismo de gênero: homens e mulheres são tidos como norma e todas as existências para além dessas são consideradas indignas de protagonizar a estrutura social, sendo tratados enquanto corpos precários, não estando passíveis de luto ou empatia.

No entanto, atentamos à Butler (2017) quando ela defende que seja desmascarada a estabilidade das categorias de gênero “homem” e “mulher” enquanto produções que criam efeito do “natural”, “original” e “inevitável” de ser e estar no mundo. Desta forma, abre-se espaço para que sejam legitimadas existências que vão além desse binarismo de gênero. Entre elas, que são inúmeras, estão as mulheres trans e travestis.

Mulheres trans e travestis são redimensionamentos em torno da categoria de gênero. A elas foi atribuído o gênero masculino no nascimento, todavia, durante o desenvolvimento, esses corpos se afirmaram femininos. Nascimento (2021) explica que os corpos não são naturalmente generificados, mas que há um processo de produção dos gêneros por meio de um conjunto de dispositivos línguísticos, jurídicos e educativos, entre outros, que produzem o gênero enquanto categorias de ordem social. Hegemonicamente, esses dispositivos produzem os gêneros masculino e feminino, mas a existência além da norma existe no tecido social e reivindica para si o direito de existir de forma plena.

Entre os dispositivos linguísticos de produção de gênero está a mídia, que age entre a ignorância da existência de mulheres trans e travestis e o retrato delas em situações degradantes. Exemplo disso é a história da travesti Dandara dos

Santos⁵, cujo assassinato brutal teve ampla repercussão na imprensa, corroborando com o senso comum de que mulheres trans e travestis são qualquer espécie de escória social fatalmente destinada a vivências tristes e finais trágicos.

No entanto, apesar dos estigmas, mulheres trans e travestis têm encontrado nas redes sociais um espaço de protagonismo das próprias narrativas. Costa (2018) diz que essas plataformas têm potencializado táticas e militância. “Muitas vezes são pensadas como mecanismo de pressão de instituições estabelecidas” (COSTA, 2018, p. 43).

Nesse contexto de pressão por uma recondução das narrativas de si, mulheres trans e travestis têm feito do Instagram um espaço de construção do que são essas existências para além dos discursos do binarismo de gênero. É o caso do perfil de Érika Hilton, travesti negra, vereadora da cidade de São Paulo pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que, na contramão da narrativa hegemônica sobre mulheres trans e travestis, se coloca na rede social como uma pessoa feliz, amada, atuante no cenário político e consciente de seu estar no mundo. A partir da experiência dela faremos uma Análise Qualitativa (STRAUSS; CORBIN, 2008) dessa construção de si e avaliaremos se o Instagram é uma ferramenta possível de veiculação de novas narrativas sobre mulheres trans e travestis.

2 METODOLOGIA

A Análise Qualitativa (STRAUSS; CORBIN, 2008) é um método que permite, segundo os autores, avaliar experiências vividas pelas pessoas com base inclusive nas emoções e sentimentos evidentes no material empírico. Para tanto, exploramos o perfil de Erika Hilton no Instagram com base nesse método de forma a selecionar postagens que retratassem ela se portando de forma a romper com as narrativas hegemônicas degradantes sobre mulheres trans e travestis.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O perfil de Érika Hilton no Instagram⁶ soma 322 mil seguidores, um número expressivo. Foram feitas 2.020 publicações⁷. Na rede social ela se define como pré-candidata a deputada federal, presidenta da comissão de Direitos Humanos, a mais

⁵Mais informações em :<https://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>. Acesso em 17 jan. 2023.

⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/hilton_ekika/. Acesso em 13 de abril de 2022.

⁷ 3 Números do dia 13 de abril de 2022.

votada do país em 2020 e uma das cem negras mais influentes do mundo. Reforça a menção a si no feminino, delimitando a forma como as travestis devem ser tratadas.

Em virtude do mandato de vereadora, são frequentes as postagens de atuação política de Érika, com reforço das ações em benefício da população LGBTQIA+. Para além desse conteúdo, ela posta imagens de si sorrindo, com amigos, com o companheiro, ressaltando a beleza das pessoas negras e afirmado a identidade de gênero com orgulho e destemor. A presença dela no Instagram ancora a presença das travestis no mundo de forma positiva e mostra o quanto essas pessoas estão no ordinário de todos os dias, têm existência pública, vibrante, e desejam seguir com segurança, apesar de habitarem o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo⁸. Lembramos de Jota Mombaça quando ela pontua que apesar do cenário de destruição montado para pessoas trans e travestis, essas existências seguem reverberando nos espaços. “Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui. Com nossas mortas amontoadas, clamando por justiça, em becos infinitos, por todos os lugares” (MOMBAÇA, 2021, p. 13).

Entendemos Érika Hilton também como uma representante do Transfeminismo, sendo ela uma dissidência de gênero que se alia às pautas feministas e uma afirmação que o movimento deve se expandir para além do binarismo de gênero. Nascimento (2021) explica que o Transfeminismo é exatamente essa vertente que pluraliza quem são as sujeitas do feminismo.

Apresento o transfeminismo como parte do feminismo, como uma possibilidade de repensar as relações entre sexo-gênero-desejo e pluralizar as sujeitas do feminismo de modo a superar universalidades e essencialismos limitantes à liberdade de performance de gêneros. (NASCIMENTO, 2021, p. 22)

Em virtude da limitação de espaço deste trabalho, selecionamos quatro postagens para aplicar o que teorizamos. Na primeira⁹, Érika aparece em foto com o companheiro, expressando na legenda a importância de celebrar a vida de pessoas trans. “Entendo a importância de celebrarmos nossas existências, celebrar o nosso estar vivos”. Em foto sorrindo, mostrando uma relação afetiva, festejando a vida, Érika Hilton mostra outra realidade possível para as travestis, cercada de todas as

⁸ Mais informações em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Clv0ywRnAPB/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 13 de abril de 2022.

boas perspectivas que são naturais às pessoas que estão incluídas na estrutura binária de gêneros.

Na segunda postagem¹⁰, Érika faz um carrossel de fotos de viagem, e na legenda explica que essa é a primeira vez que viaja para um “lugar diferente” e diz que a vida inteira teve que apenas buscar sobrevivência, mas que agora as coisas são diferentes. E agradece à vida por todas as vezes em que foi salva da morte. Aqui, ela mostra que há espaço para a existência travesti para além das narrativas de dor e tragédia e mais do que isso, essas pessoas também são dignas de uma existência digna, em paz, com felicidades.

A terceira¹¹ que analisamos traz uma imagem de Érika discursando durante à Marcha das Mulheres Negras de 2019. Na legenda ela se insere como protagonista das pautas e lutas das mulheres feministas, se portando como transfeminista. Aqui vemos muito latente a afirmação da identidade feminina de Érika, a inclusão das travestis nas pautas feministas e um entendimento e também uma demonstração de que as sujeitas do feminismo, como coloca Nascimento (2021) estão muito além do binarismo de gênero.

Na quarta¹² e última postagem da nossa análise traz Érika em foto posada com um vestido com uma estampa que diz, em inglês, que a real beleza é negra. Na legenda ela fala sobre padrões de gênero e raça reduzem as existências e geram sentimentos de inadequação. Ela segue dizendo que esse padrão é excludente e que é necessário afirmar que há beleza além disso, ressaltando que essa relação exclui travestis. Aqui há uma importante afirmação das normas de gênero como construções que precisam ser, minimamente, debatidas, e que as existências para além dessas não são erros. Quando Érika se coloca em um lugar de beleza, orgulho de si, ela mostra que a norma não pode trazer inverdades e deve ser questionada. A própria existência dela é a materialização desse questionamento.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSNVnkbpzS/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em

13 abr. 2022.

¹¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRonSJwHgv6/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em

13 de abril de 2022.

¹² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COtVm34Hkfs/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 13 de abril de 2022.

Se a comunicação hegemônica estabelece um lugar marginal e hostil para as travestis, o perfil de Érika Hilton no Instagram prova que há existência abundante e possível para além do que a estrutura social estabelece como norma. Apesar de os meios de comunicação e os discursos populares cravarem a existência travesti como precária, banal e desimportante, ela traz o panorama de que essa hegemonia não conta todos os vieses da história.

Em uma exploração qualitativa é possível perceber que quando falam de si, há grande possibilidade de travestis se colocarem em um lugar de dignidade e felicidade, distante do imaginário desfavorável que se têm delas.

A amostra que trazemos neste trabalho aponta para o Instagram como um espaço fértil para que travestis ocupem, somem seguidores e construam novas narrativas de si. Com número expressivo de seguidores e dados altos de engajamento com as postagens, o perfil de Érika Hilton é um exemplo de que é possível que travestis construam no Instagram um espaço de fala e escuta onde travestis possam construir uma imagem positiva de si e ter apoio de aliados. Spivak (2010) defende que só pode o subalterno falar caso haja esse espaço de fala e escuta. Aqui, concluímos que ele existe, é fértil, e dá ensejo para que travestis sejam vistas de maneira nova, distante do imaginário social ruim que circunda a existência delas.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- COSTA, Cristiane. **Rede**. In: Explosão Feminista / HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo**: Teorias e Práticas. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015.
- MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- STRAUSS, Anselm; Juliet, CORBIN. **Pesquisa Qualitativa**: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

EIXO I: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADES

GÊNERO E RAÇA: CONDICIONANTES DA DESUMANIZAÇÃO DOS CORPOS

Antônia Viviane Silva

antonia.viviane@aluno.uece.br

Margarida Mariano de Oliveira

mariano.oliveira@aluno.uece.br

1 APRESENTAÇÃO

A discussão vem numa proposta de retomar alguns pensamentos normatizadores que ao longo dos séculos foram legitimando corpos como humanos, em detrimento de Outros, instituídos como não humanos. A perspectiva analítica vem de intelectuais negras, negros e negres, como Munanga (2004), Vergés (2020), González (2020). Tais pensadoras e pensadores esboçam em seus escritos as realidades cotidianas e perversas enfrentadas por corporeidades inferiorizadas e desumanizadas.

2 JUSTIFICATIVA

Entender o que é ser mulher ou homem conforme a generificação, a partir de um conjunto de definições sociais que identificam como normal ou natural a forma de vida das corporeidades. Conforme as bases biologizantes ocidental, outras existências fora do padrão não podiam e não eram aceitas como seres humanos. Assim, para manter a ordem e adequação dos corpos, o diferente era visto e entendido como doença, e segundo as bases conservadoras da religião estava endemoniado, e precisava de cura.

A negação de outras possibilidades, seja pela ciência, ou pela religião, tinha como parâmetro o dualismo cartesiano. Na disputa entre a fé e a razão, o humano foi dividido entre corpo e mente. Sendo o corpo alvo de punição, rejeição e negação, numa tentativa de anulação da materialidade do ser. No entanto, existiam corporeidades protegidas e resguardadas dessas violências. Outras, eram e são até hoje, intensamente atacadas, descartadas e anuladas. São corporificações ditas como “diferentes”, sendo assim, não capazes de possuírem a racionalidade, impedindo-as de todas formas, materiais e imateriais, de existirem, pois, por suas características fenotípicas, culturais e econômicas foram denominadas como inumanas.

A “ausência do corpo” tem sido uma precondição do pensamento racional. Mulheres, povos primitivos, judeus, africanos, pobres e todas aquelas pessoas qualificadas com o rótulo de “diferente”, em épocas históricas variadas, foram consideradas como corporalizadas, dominadas, portanto, pelo instinto e pelo afeto, estando a razão longe delas. Elas são o Outro, e o Outro é um corpo. (OYEWUMI, 2021, p.30)

Definir conceitos de humanidades a partir do biológico ou fisiológico foi à grande "façanha" dos colonizadores para dominar e explorar os Outros (OYEWUMI, 2021). As categorias de gênero e de raça sob novas perspectivas contrahegemônicas vêm construindo novos significados, ajudando a deslegitimar e negar a carga negativa de ser diferente. A instituição de um corpo como padrão, estabeleceu superioridade e poderio ao homem branco ocidental sobre as demais corporeidades. Validando todas formas de apagamento, negação e submissão de outras culturas. O referencial de humanidade penetrou na consciência dos que queriam se manter no status de senhorio, como na mente daqueles que almejavam sair da opressão. Mas para estes corpos oprimidos, a possibilidade de serem reconhecidos como humanos estava condicionada a duas atitudes, sendo: a negação do ser/existir ou a luta constante de re(existir). Em ambas, o processo constituinte de construção/desconstrução do ser humano está suplantado por uma sociedade hegemônica colonial racista sexista. No entanto, na luta por re(existir) a humanidade quer e precisa da eliminação dos sistemas estruturantes de poder e dominação.

O existir condicionante com o lutar, foi e é o imperativo urgente e cotidiano da comunidade negra, e em particular, da mulher negra. A luta passa prioritariamente pelo reconhecimento da nossa humanidade rica, múltipla e específica. Somada a luta por condições dignas de se viver. Sermos respeitadas (os) e reconhecidas (os) como sujeitas (os) de direitos, com políticas públicas específicas e oportunidades de acesso aos espaços sociais e cargos políticos, têm sido as ferramentas estratégicas para formação e manutenção de um corpo político humanizado.

Infelizmente por pressuposto ideológico histórico cultural, a manutenção de vários sistemas dominantes construiu e até hoje são perpetuados nas relações sociais como ferramentas de controle das camadas populares. Tais relações estavam, e ainda estão, determinadas por dicotomias que negavam ou anulam grupos sociais e legitimam o poder de dominação de um em detrimento de outro, exemplo: homem branco dominador versus mulher negra dominada. Dentre outras oposições definidas como naturais.

Quando evidenciamos a mulher negra nessa contraposição, pensamos num conjunto de fatores que afetam e coadunam sobre sua existência. Entender o que é ser mulher negra numa sociedade que a inviabiliza, é colocá-la no lugar de empoderamento ("empoderazgo"). Sair da submissão e subserviência para lugares de fala, da escrita, da intelectualidade, nos impulsiona para sermos, e exige de nós à reconstrução de uma nova identidade; esse movimento de não existência e reexistência constitui a vida das mulheres negras. Por isso, que Neusa Santos vai desenvolver o pensamento de que não somos negras (es), nos tornamos. Podemos dizer que não somos — mulheres negras —, nos tornamos mulheres negras.

Quando nos obrigam a negar quem somos, desde a estética, passando pela vestimenta até o trabalho, fazem com que o nosso ser seja destituído. E não podemos aceitar essa negação do nosso ser. A mulher negra é repleta de múltiplas cores, formas e gêneros. Não somos todas iguais. Ao falar da mulher negra, queremos enfatizar que não somos seres inferiores, irracionais ou imorais. Queremos dizer que não aceitamos sermos mulatas ou serviçais (GONZALEZ, 2020, p.67). Queremos dizer que somos e seremos mais do que nos querem forçar acreditar que não somos.

O corpo da mulher negra é assolado pelos discursos da religião e da ciência, fortalecendo a não existência. Desde a religião, o seu lado conservador, afirma que à mulher Eva, foi criada para servir ao homem Adão e viver segundo a sua vontade. No entanto, Eva desobedeceu, e comeu o fruto proibido, tornando-se a culpada por toda desgraça que existe na humanidade. Já a ciência afirmava que negros/negras eram animais selvagens, e estes precisavam serem domados e civilizados.

Dentre vários casos que a mulher negra é vista como algo exótico e selvagem, temos o caso de Saartjie Baartman, que teve seu corpo exposto como atração e esquartejado para fins de pesquisas na Europa. Aos olhos do branco europeu "humano civilizado", Saartjie Baartman não era vista como humana, e para eles, suas características físicas eram vistas como "anormais", passa a ser só um meio atrativo de lucrar. Baartman possuía formas corporais normais para as mulheres de Khoikhoi, África do Sul, mas para os europeus, formas incomuns, conforme os parâmetros de mulher que existiam no continente.

A religião ainda vai alegar e justificar a dominação do corpo negro segundo o mito de Cam, Munanga (2004) assim relata:

A primeira origem do racismo deriva do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênesis, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não linzongeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. Os calvinistas se baseiam sobre esse mito para justificar e legitimar o racismo anti-negro. (MUNANGA, 2004, p.8)

A ciência biologizante vai intensificar afirmando que as pessoas com melanina mais escura são inferiores, feias, sujas e etc. Impondo as características físicas e sociais do povo europeu como naturalmente legítimas e aceitas.

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e consequentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e consequentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2004, p.5).

3 OBJETIVOS

Compreender a construção de gênero e raça como condicionantes das desumanizações dos corpos ao longo dos anos. Salientar a importância do movimento negro como central neste processo de desconstrução do sexism e do racismo como matrizes de opressão que condicionam a dezumanização dos corpos. Ademais, queremos especificar as particularidades opressoras vivenciadas pelas mulheres negras.

4 METODOLOGIA

O trabalho foi construído a partir de pesquisas bibliográficas afrocentradas, desenvolvidas como parte de trabalho de conclusão de curso e de iniciação

científica. A natureza das pesquisas se debruçaram numa abordagem qualitativa apresentada pelos referenciais teóricos. Configurando a própria natureza do trabalho aqui apresentado.

5 CONSIDERAÇÕES

A discussão aqui pontuada tem sido objeto de pesquisa da antropologia, sociologia, ciências sociais, etc, e nelas encontramos o ser humano como centralidade de suas investigações. Porém, a onda das novas construções e narrativas intelectuais, a partir da década de 70, revelou que os corpos desumanizados, considerados como subalternos ou inferiores, poderiam e deveriam formular conhecimento, advindas de suas concepções, significados e particularidades. Entende-se que a valorização e a notoriedade de suas falas e escritas, vem de um longo processo de luta por reconhecimento de seus corpos. O movimento negro abriu caminhos e formulou meios na máquina social para oportunizar um legado de pensadores e cientistas, que ajudou a reconhecer nossa humanidade; nosso direito de existir com nossa diversidade e particularidade, e de sermos respeitadas e atendidas nas nossas necessidades. E para nós, mulheres negras essa luta é ainda mais adensada, por sermos atingidas por várias opressões que nos apagam e anulam nossa existência.

REFERÊNCIAS

AS HISTÓRIAS não contadas por trás dos zoológicos humanos e freakshows.

Jornal da Unicamp, 2021. Disponível em:

<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2021/01/29/historias-nao-contadas-por-tras-dos-zoologicos-humanos-e-freakshows>. Acesso em: 17 jan. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-latino-americano**. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (ORGs). ZAHAR, Rio de Janeiro, 2020, p. 67-83.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2 ed. Brasília: 2012. Disponível em:

<https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8CNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira** [S.I: s.n.], 2004. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual->

das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022

OYEWUMI, Oyeronke. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

**EIXO II:
GÊNERO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

EIXO II: GÊNERO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DO HIV/AIDS NA JUVENTUDE

Adriana Kelly Santos
akellybj@gmail.com

Érica Toledo de Mendonça

1 APRESENTAÇÃO

A compreensão de como estudantes universitários refletem sobre as dimensões afetiva, subjetiva e cultural envolvidas nos processos de educação em saúde focados na prevenção ao HIV na juventude decerto contribui para a formação contextualizada de jovens promotores da saúde. Ancoradas nesta premissa, neste trabalho apresentamos os principais elementos do curso “Formação de educadores em saúde na prevenção do HIV/AIDS na juventude”, ofertado no ano de 2020 para estudantes de uma Instituição Federal de Ensino Superior de Minas Gerais. Pautadas no referencial teórico-metodológico da pedagogia da autonomia de Paulo Freire (1977), consideramos que os sujeitos (alunos-professores) são seres sociais e históricos, que pensam, se comunicam, transformam, criam e realizam sonhos e, sobretudo, são agentes de transformação social.

O Curso de Formação está estruturado sob este prisma, de maneira a oferecer subsídios para que os alunos pudessem: a) refletir sobre o ensino de Educação em Saúde no âmbito da prevenção do HIV/Aids na juventude; b) conhecer as dimensões socioculturais e subjetivas que integram o debate sobre a prevenção do HIV/Aids; c) elaborar um material de Educação em Saúde que aborde os temas afetividade, diversidade racial, de gênero e religiosa na temática do HIV/Aids. Para alcançar tais objetivos, as atividades síncronas e assíncronas foram desenvolvidas processualmente a partir do Laboratório de Experimentações (LE) detalhado na metodologia deste trabalho. Por fim, considerando que a comunicação/educação é um processo sociopolítico e cultural construído historicamente através da participação ativa dos sujeitos, o presente estudo espera lança luzes sobre as diferentes formas de “conversar” sobre a prevenção do HIV com jovens e entre jovens.

2 JUSTIFICATIVA

A juvenilização da epidemia do HIV aponta para a necessidade de investigar como se dá a produção-circulação-apropriação dos discursos sobre a prevenção de HIV/AIDS na juventude e, ao mesmo tempo, demanda ações que busquem mobilizar o engajamento de jovens na elaboração de materiais de comunicação que discutam os fatores estruturantes da epidemia, como gênero, classe social, religião e raça. Neste sentido, o curso de “Formação de educadores em saúde na prevenção do HIV/AIDS na juventude” se coloca como mais uma iniciativa dentro deste campo, principalmente por discutir estes temas que ainda são desafiadoras e tabus para alguns seguimentos da juventude, como, por exemplo, orientação sexual, práticas sexuais (seguras ou não), virgindade, gravidez, confiança no parceiro, afetividade (HEILBORN, 2018; CARRARA; 2010; BRASIL, 2018). Ademais, a partir do estudo de Fernandes et al (2019) entendemos que a comunicação sobre a prevenção do HIV na juventude ainda se coloca como um desafio, desta forma, o presente trabalho por contribuir com produções acadêmicas sobre o assunto.

3 OBJETIVOS

Compartilhar os temas e experiências que nos tocaram durante as etapas do Curso de Formação, assim como alguns dos produtos comunicacionais sobre prevenção de HIV/AIDS elaborados por estudantes universitários.

4 METODOLOGIA

Em virtude da pandemia Covid-19, o curso de “Formação de educadores em saúde na prevenção do HIV/AIDS na juventude”, foi ministrado via plataforma *google meat* por duas professoras, uma psicóloga e outra enfermeira, ambas servidoras de Instituições Federais de Ensino e Pesquisa. Estruturado por atividades síncronas e assíncronas, distribuídas em 30 horas, aconteceram entre os meses de outubro a dezembro de 2020, contando com a participação de 13 estudantes dos cursos de graduação de Enfermagem, Nutrição, Medicina, Licenciatura em Ciências Biológicas, Geografia e Medicina Veterinária de uma Instituição Federal de Ensino Superior de Minas Gerais. As atividades foram estruturadas em três eixos interligados e interdependentes, que constituíram o Laboratório de Experimentações (LE) cujas etapas, separadas aqui para fins didáticos, permitiram a troca de saberes e a construção compartilhada do conhecimento sobre a prevenção do HIV.

O primeiro eixo, refere-se a Navegação Informacional (NI), momento em que foram identificadas as necessidades de informação sobre o tema Educação em Saúde sobre HIV/Aids, bem como foram exploradas e validadas as diversas fontes de busca utilizados no cotidiano dos alunos. Além disso, foi feito a validação de conteúdo sobre os temas/materiais levantados. A partir da escolha de palavras-chave os alunos indicaram suas percepções, afetos e noções/conceitos sobre o que é Educação em Saúde, o que é HIV/Aids, e quais os fatores culturais e subjetivos envolvidos no contexto da prevenção do HIV entre jovens. Afim de construir uma Cartografia Afetiva os alunos registraram no documento do word as informações: palavras-chaves, frases e temas mobilizadores, links das fontes acessadas, o título da produção copiando a página consultada e o link para acessar o material na íntegra, além de conter textos reflexivos sobre os assuntos pesquisados. No segundo eixo - Formação de Leitores (FL), foram explorados diferentes gêneros discursivos (literário, cinematográfico, científico, publicitário) e mapeadas as diversas formas de expressão humana (pintura, dança, teatro, literatura etc.) que poderiam ser utilizados no contexto das práticas de prevenção ao HIV/Aids destinada à juventude. A partir dos materiais coletados, no eixo - Produção Criativa (PC), foram elaborados recursos comunicacionais/educativos Cartas, Materiais de Comunicação (cartazes e folhetos) sobre os temas abordados no Curso.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Consideramos que a proposta metodológica do Laboratório de Experimentações (LE) favoreceu o desenvolvimento da escuta, do autoconhecimento, do conhecimento do outro, como parte do processo de Educação em Saúde. Ao mesmo tempo permitiu um aprendizado contextualizado, articulando conceitos e situações experenciadas nas relações pessoais ou profissionais. A partir da articulação entre arte e saúde foram discutidas as relações entre HIV/Aids e as representações sobre diversidade sexual e normas de gênero e, como estes marcadores sociais influenciam na gestão da prevenção do HIV/AIDS. Na Figura abaixo alguns exemplos de palavras-chaves que emergiram ao longo das atividades, assim como os sites consultados e os documentos que ancoraram a problematização dos temas abordados no Curso.

Figura 1 - Temas de interesse sobre a prevenção do HIVI na juventude

Palavras-chave Fontes Consultadas Documentos

HIV/AIDS, vulnerabilidade, racismo, humanização, prevenção,	comunicação efetiva, religião, equidade, integralidade, utonomia,	preconceitos, tabus, estigmas, violência, relações de poder,
--	--	---

discriminação, normalização do sexo, desconforto social, conservadorismo, lgbtqi+, hiv e sexualidade, estereótipo, sentimento, solidão, empoderamento, respeito, corpo, GRID; gay, mulher.

Scielo
Médico Sem Fronteiras OMS
Ministério da Saúde

UNAIDS
Unicef
Agência de notícias da Aids
[Radis-Fiocruz]
BBC
G1
Suplemento de Pernambuco
Kboing.com
Universo

Letras e músicas
Relatórios
Artigos
Depoimentos Notícias
Poemas
Músicas
Séries TV
Imagens

Na atividade em que os alunos trouxeram músicas ou poemas emergiram nas vozes e letras de diferentes artistas nacionais e internacionais algumas representações que tocam o imaginário social quando o assunto é Aids. Artistas como Cazuza e Freddie Mercury foram referidos como personagens emblemáticas na história da Aids, dado o engajamento e coragem de falar abertamente sobre a doença. O medo, a insegurança, a fragilidade, assim como a importância de quebrar preconceitos e estigmas foram marcados também exemplificado através de canções e poemas, descritos na figura a seguir.

Figura 2 - Músicas e poemas

A carne (Elza Soares), Eu agradeço (Cazuza), Respeita (Cañas), A via láctea (Renato Russo), Triste, louca ou má (Francisco, el Hombre), In this life Nesta Vida (Madonna), The Last Song/A Última Canção (Elton John), Love Me Like There's No Tomorrow/ Ame-me como se não houvesse amanhã (Freddie Mercury) Bota Camisinha (marchinha de carnaval); dos poemas - Pela décima vez(Amara Moira); No meio do caminho (Carlos Drummond de Andrade); Poema para Adelaide (Bruno Cattoni intitulada).

Com base nas buscas e no processo de problematização a descoberta do diagnóstico do HIV e comunicação deste a familiares foi um dos temas de maior interesse dos alunos. Discutimos os aspectos que envolvem a descoberta do diagnóstico do HIV e sua revelação: a) emocionais: amparo e desamparo (morte x vida); angústia, ódio, culpa; b) conhecimento e desconhecimento: transmissão, prevenção e direitos; c) culturais: vulnerabilidade, violência simbólica (física, psicológica e social), preconceitos; discriminação; estigma; d) organização do Serviços de Saúde: acolhimento; Referência e contra-referência (ESF-serviços especializados, CTAs), atuação ESF – visita domiciliar, grupos de apoio, intervenção intersetorial. Para ilustrar, selecionamos uma Carta produzida em uma das atividades, na qual o aluno narra uma experiência real que envolve a descoberta do diagnóstico do HIV, vejamos:

Figura 3. Carta a um profissional de saúde

Destacamos que os assuntos relacionados as desigualdades de classe, diferenças e desigualdades de gênero, feminicídio, vulnerabilidade, racismo e

diversidade religiosa foram reconhecidos como centrais na comunicação sobre a prevenção do HIV, pois, de acordo com alunos são temas sensíveis de serem abordados junto aos jovens. As questões de gênero permearam o debate, sendo enfocados os estigmas e preconceitos em relação a orientação sexual, a dificuldade de falar sobre sexualidade com os familiares, e, a pouco espaço dado a estas questões na formação universitária. O tema Educação Sexual é pouco discutido nas aulas e atividades práticas, e, quando é abordado é de forma superficial e prescritiva – por exemplo, distinção biológica dos sexos, uso do preservativo para prevenir a camisinha. Isto é, não se discute a dimensões subjetivas e culturais que produzem as desigualdades de gênero e seus efeitos na vida das pessoas. Deste modo, a seguir exemplificamos com imagens e relatos das atividades alguns elementos da Cartografia dos Afetos esboçada durante o Curso.

Figura 04 - Pistas para a Cartografia dos Afetos na prevenção do HIV na juventude

Concluísse que “conversar” sobre a prevenção do HIV na juventude é uma construção coletiva, dialógica e afetiva, por isso, no decorrer do curso exploramos os modelos de crença em saúde e acolhemos os diferentes olhares sobre o fenômeno do HIV, mobilizando memórias, histórias e saberes. Do ponto de vista comunicacional estimulamos a produção criativa, com base em informações de fácil acesso, de alta qualidade e factuais, de maneira a demonstrar a potencialidade de diversos gêneros comunicacionais na elaboração de ações de prevenção do HIV.

REFERENCIAIS

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico - HIV Aids**. Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente, Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, 2018.

CARRARA, S. et al (org.). **Gênero**: disciplina 2: Especialização em Gênero e Sexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC, 2010.

HEILBORN, M. L. **Fronteiras simbólicas**: gênero, corpo e sexualidade. Cadernos Cepia, n. 5, Gráfica JB, Rio de Janeiro, 2002. p. 73-92.

FARIAS, I. F. et al. **Comunicação em saúde sobre HIV/Aids**: mapeamento bibliométrico de artigos científicos internacionais (2007-2017) e caracterização dos artigos de acesso aberto. 2017.

EIXO II: GÊNERO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

IGUALDADE DE GÊNERO: UMA BREVE ANÁLISE DO ENSINO MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Rhayane Cristina da Silva Paludo
rhasilva2503@gmail.com

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

1 APRESENTAÇÃO

Este artigo discute a igualdade de gênero na rede municipal de ensino de Chopinzinho-PR a partir de uma análise documental debruçada sobre os Projetos Políticos Pedagógicos de três escolas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Abre, ainda, para discussões sobre a relação entre a existência de políticas públicas e as posturas assumidas pelos municípios. Dentre as várias constatações, concluímos que as poucas menções existentes foram rasas e sem linearidade, entre os marcos situacionais, conceituais e operacionais, também se destaca o uso de uma linguagem androcêntrica. Portanto, não há igualdade no que diz respeito as questões de gênero.

2 OBJETIVOS

Na presente pesquisa, tivemos como principal objetivo analisar a abordagem adotada sobre a igualdade de gênero nos documentos curriculares das escolas municipais da rede de ensino de Chopinzinho, localizado no sudoeste do estado do Paraná. Todavia, para efetivar esta análise, necessitamos compreender, por meio dos objetivos específicos, outros aspectos importantes para a pesquisa. Consequentemente, buscamos conceituar e identificar os elementos históricos da luta pela igualdade de gênero vinculando-os a educação; bem como verificar, nos Projetos Político Pedagógicos das escolas selecionadas a perspectiva teórico filosófica sobre a questão de gênero adotada e, por fim, identificar se a neutralidade pregada por ideologias reacionárias resultou em impactos nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas estudadas. Utilizamos para alcançá-los o estudo documental.

3 JUSTIFICATIVA

As motivações pessoais que fundamentaram esta pesquisa foram as vivências da infância e da adolescência, as quais reforçavam estereótipos de

comportamentos considerados “femininos”. Essas situações cotidianas geraram confusão e uma sensação de deslocamento na autora. A título de exemplo desses estereótipos temos as frases: “sente-se igual mocinha”; “azul é para os meninos e rosa é para as meninas”; “chorar é coisa de mulherzinha”. Porém, foi a aproximação com o movimento feminista que permitiu compreender a forma como a sociedade vê a mulher em seu meio e o impacto desse ponto de vista no dia a dia das mulheres. Por ter essa relação próxima com o feminismo e em decorrência de ser acadêmica do curso de Pedagogia, o presente artigo relacionou ambas as discussões.

A graduação, sobretudo, permitiu leituras de autores, como Paulo Freire (2001) que propiciaram o desenvolvimento da visão de educação como ato político e com potencial transformador. Consideramos, neste sentido, que a educação se torna o elemento fundamental para a desconstrução do que se entende por desigualdades de gênero (SILVA et al., 2016). Mas, para a legitimação desse ideal, se faz necessário a criação de suportes legais em forma de políticas públicas, tanto a nível federal, quanto estadual e municipal (SOARES, 2004). Nesse sentido, reconhecemos os prejuízos que a desigualdade de gênero causa em todos os seguimentos da sociedade e vemos a educação como caminho para a mudança desse paradigma. No meio acadêmico, a pesquisa proposta contribui na medida em que fomenta dados qualitativos sobre o desenvolvimento de políticas públicas sobre a igualdade de gênero. Assim como, demonstra a significância da atuação do pedagogo na construção de debates dentro da escola sejam em sala ou com o corpo docente, funcionários ou família. Ou ainda, na formulação de documentos, como por exemplo, o próprio Projeto Político Pedagógico (PPP) e na sua execução.

4 METODOLOGIA

Na busca da resposta de nossa problemática: “qual é a postura adotada pelo sistema educacional Chopinzinhense no que diz respeito à igualdade de gênero?”, optamos pela abordagem qualitativa, já que compreendemos que a resposta pode ser alcançada se o seu contexto e a relação que este tem na vida das pessoas forem analisados. Em seguida, correlacionamos o material obtido com documentos da esfera federal, por exemplo, as Leis de Diretrizes e Bases e a Base Comum Curricular. A análise documental, na perspectiva qualitativa, busca interpretar aquilo que se encontra explícito dentro da mensagem e, principalmente, aquilo se encontra suprimido, subentendido e/ou ocultado. Tendo como foco a

interpretação, foi utilizada a Análise de Conteúdo, prática desenvolvida por Laurence Bardin (1977), a qual permite sistematizar e contabilizar a frequência das palavras em determinado documento comunicativo (GODOY, 1995). Neste sentido, cumprimos com as etapas devidas, sendo elas a pré-análise: fase de organização, sistematização e operacionalização dos documentos a serem estudados, dando origem ao nosso “Plano de Análise”. Visando nossos objetivos, foi realizado o contato com as primeiras leituras, nomeadas de “leituras flutuantes”, as quais têm o intuito de provocar e instigar sobre a temática. Sendo que, algumas dessas, foram tão importantes que se tornaram parte da fundamentação teórica. Posteriormente, como parte da seleção de documentos, escolhemos três escolas para que pudéssemos estudar seus Projetos Políticos Pedagógicos, ao quais nos deram subsídios para a formulação dos nossos índices, sendo eles, os termos: gênero, sexo e homem.

Os índices foram escolhidos devido a sua relevância para o artigo em paralelo com a busca pela resposta da nossa problemática. A partir disso, reconhecemos nossos indicadores como sendo as frequências com as quais os termos surgiam nos textos, os contextos em que estavam inseridos e os sentidos que lhe eram empregados. A contabilização da frequência das palavras se deu por meio da ferramenta “localizar” do *Microsoft Word* 2010, seguida pela aplicação do software de análise textual *Iramuteq*, o qual possibilitou a criação de “nuvens de palavras”, destacando em maior tamanho aquelas que mais se repetem no corpo do texto. O último momento foi o tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos dados, pelos quais fizemos a transformação dos dados originais em informações significativas, ressaltando padrões, relações implícitas e tendências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises dos dados retirados dos Projetos Políticos Pedagógicos pudemos alcançar nosso objetivo e afirmar que não existem posicionamentos claros e coerentes entre os marcos situacionais, conceituais e operativos, os quais compõem as propostas pedagógicas, o que indica uma postura desconexa entre o que existe, o que se pensa e o que se dispõe a fazer a respeito. As menções rasas e sem fundamentação teórica ou legal caracteriza a perspectiva de tentativa neutra das escolas em relação a igualdade de gênero em seus espaços. Ou seja, as instituições mesmo sendo contemporâneas a essas discussões e vivenciando um

período democrático para a expressão de ideias seguem omissas a esses importantíssimos debates. Porém, a neutralidade por si só demonstra um posicionamento, o qual deixa margens para as opressões agirem.

Outro aspecto que embasa essa compressão de imparcialidade é a adoção de uma linguagem androcêntrica utilizada nos textos, estas quais demonstram os reflexos das relações de poder existentes na sociedade, onde o foco de todas as políticas é o homem. Deste modo, o Ensino de Chopinzinho ao perpetuar os discursos no masculino genérico contribui para a intensificação das desigualdades criadas a partir do gênero (interpretações/performances), uma vez que não as questionam a origem das disparidades, nem os papéis de cada um no corpo social, não dão visibilidade ao feminino e/ou a comunidade LGBTQIA+ e não traçam estratégias para alcançar a igualdade. A partir destas considerações, compreendemos que a visão androcêntrica está incutida em nosso cotidiano e acreditamos que a maneira como o Governo Federal elabora os documentos norteadores da educação básica influencia nas formas como as escolas acatam essas diretrizes desenvolvem seus próprios Projetos Políticos Pedagógicos. Salientamos tal consideração ao compararmos os documentos escolares com a legislação da educação básica e identificarmos semelhanças entre eles, como por exemplo, que em ambos o gênero é suprimido ou quando surge é pouco aprofundado. Além das questões políticas serem diretamente ligadas ao repasse de parâmetros fundamentais, as ideologias contemporâneas e a pressão popular, também exercem poder sobre a elaboração destes e, no caso específico da temática de gênero, ocorreu uma grande opressão por parte dos movimentos contra a suposta “ideologia de gênero” nas escolas.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai-jun, 1995.
- SILVA, Aniely; CRUZ, Bianca; GOMES, Jheniffer; et. al. **Por que discutir gênero na escola?** Ação Educativa, São Paulo, 2016.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau. SILVEIRA, Maria L. da (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

EIXO II: GÊNERO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

REFLEXÕES SOBRE BIXANIKAS E SUAS EXPERIMENTAÇÕES (DES)VIADAS EM ARTE-EDUCAÇÃO

Zami Formiga (Louise Helena de Sousa Albuquerque)
lloeasy@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho apresenta reflexões sobre as práticas artística e educacional realizadas pelo grupo Bixanikas na cidade de Amarante, no Piauí. A partir do acompanhamento de suas apresentações, da análise de materiais publicados nas redes sociais e da entrevista realizada com os componentes na sede oficial de seus trabalhos, a Casarão Cultural, foi possível realizar um levantamento de informações sobre as referências e metodologias utilizadas pelo grupo para desenvolver suas atividades.

A germinação do projeto Bixanikas se dá em Brasília a partir do encontro de Negro Val, Vicente de Paula e Paulo Gomes. Val trabalhando com seus processos em dança e educação, Vicente finalizando o mestrado em comunicação e participando de residências artísticas, e Paulo desenvolvendo seus coros a partir da arte drag e palhaçaria.

Desta amálgama de vivências e das partilhas de rotina brota a vontade de organizar em um projeto toda a potência de seus fazeres e observâncias artísticas: e assim passa a se formatar Bixanikas, um trabalho multilingüístico. “Das diferenças surgiu a nossa potência” (PAULA; SANTOS, 2021).

Bixanikas decidiram por expandir suas ações e projetar-se em outros espaços, tanto artística quanto geograficamente. Organizam a vinda para o Piauí, aportando em Amarante, cidade natal de Val, onde fundam a Casarão Cultural, sede das Bixanikas e ambiente em que outras perspectivas de trabalho, como o pedagógico, são desenvolvidas.

As ações desenvolvidas pela trupe, que pautam a discussão sobre gênero e sexualidade em uma perspectiva queer, combinadas ao resgate das ancestralidades amarantinas numa dinâmica de atualização das manifestações populares opera como possibilidade para um fazer artístico e educacional emancipatório e transgressor aos métodos tradicionais.

2 JUSTIFICATIVA

Através da minha experiência como estudante de teatro e pesquisadore sobre dissidências pude perceber como as estéticas teatrais que se detém a discutir sobre gênero e sexualidade provocam problematizações ao público sobre o que se considera norma, ou moral, ou ainda identidade, permitindo, portanto, a quem as acompanha ter acesso a uma nova perspectiva sobre as identidades, as relações e os afetos que não sucumbem à regra.

3 OBJETIVOS

Identificar recursos metodológicos e estéticos utilizados no processo de ensino-educação;

Cartografar as experiências em arte educação produzidas a partir do movimento Bixanikas;

Analizar os dispositivos denominados de transgressores para elaboração do processo de arte educação alternativo à prática tradicional.

4 METODOLOGIA

Parto das reflexões de Leopoldo (2020) sobre formulações territoriais queer e das pontuações de Rolnik (2016) sobre cartografia sentimental para desenhar esta investigação, formulando um processo cartográfico que dê conta de demarcar as experiências desviadas e observar a perspectiva assinalada como transgressora na prática educacional.

Cartografar as experiências espetaculares e pedagógicas do coletivo Bixanikas promove a possibilidade de aprofundar uma discussão sobre performatividades desviantes no contexto artístico-educacional piauiense.

O método não possibilita identificar a priori todos os resultados, porém o despertar das problematizações tende a contribuir com uma expansão das perspectivas que são construídas sobre gênero e sexualidade e educação para dissidência na arte local.

5 CONSIDERAÇÕES

No projeto artístico de Bixanikas, o dispositivo de enfrentamento às assimilações do modelo tradicional de ensino se dá a partir da performatividade social, há uma provocação em suas ações cotidianas que nos leva a refletir sobre a

condição tida como natural e absoluta, dos corpos às artes. Na quebra da negociabilidade sobre suas identidades há uma contra imposição ao ‘cistema’, uma divertida e sonora aniquilação queer dos que a rodeiam e tentam conter a força de seus fazeres desordenados.

Ao desmontar sua poética percebo que o grupo em suas composições discute de maneira despojada, mas consistente sobre as imposições heteronormativas e toda a noção capitalista que estrutura os saberes. Com sua filosofia “Contra o Patriarca, o Patrão e o Padrão” (PAULA; SANTOS, 2021) e as palavras de desordem Deboche, Desbunde e Desobediência – o DDD de Bixanikas, elas codificam por quais métodos o grupo opera no tensionamento do modelo convencional de se fazer teatro e pensar a educação.

Deboche me parece uma posição de afronte perante os preceitos norteadores de como fazer teatro. O Desbunde no processo de ensino promove ao indivíduo a possibilidade de êxtase com o desenvolvimento de suas potencialidades, e também se relaciona ao que é desenvolvido nos programas artísticos em que os performers atingem o deslumbramento a partir do exercício de suas qualidades excepcionais.

A Desobediência relacionada à pedagogia transgressora (HOOKS, 2017), nos provoca a questionar os padrões culturais que enrijecem os conhecimentos e as práticas metodológicas envolvidas na educação, e nos incita a pensar sobre enfrentamentos à domesticação seja dos corpos, dos saberes ou das vivências.

Ao não endossar uma prática artística que se movimenta sob parâmetros fixos - como a necessidade de direção de cena, ou de especificar em uma linguagem, e ainda trabalhar para ‘limpar’ movimentos, textos, vozes e closes nas performances - o grupo encontra críticas. Para discutir sobre apresento duas referências.

Em a ‘Arte Queer do Fracasso’, em que Jack Halberstam (2020) realiza uma análise sobre a relação entre sucesso e hegemonia, principalmente sobre as formatações da arte. De acordo com ele, poéticas que não rompem com os cânones se direcionam ao fracasso, visto que na medida em que se distanciam das formatações sociais hegemônicas (ocidental, machista, racista, capacitista, lgbtfóbica etc) elas perdem potencial de representação destes ideais capitalistas, passando a ser algo economicamente deslocado de sentido. O sucesso, ao seu ver, nada mais é que o resultado de uma conformidade com as opressões. Fracassar é

ser queer, portanto.

Namur (2007) em suas reflexões sobre a estética do precário, discute sobre a ambivalência do termo precário aplicado às manifestações populares, sua equivocada utilização enquanto algo pejorativo e abre uma panorama para as reais intenções do precário, de acordo com sua etimologia: contingente, instável, passageiro.

Há toda uma configuração histórica que impôs aquela característica aos fenômenos populares, já bastante problematizada em outros escritos, portanto me deterei a aproximar a precariedade popular do trabalho de Bixanikas.

Consigo enxergar na caracterização do fenômeno da precariedade, da manifestação popular, similitudes com a estética do trabalho de Bixanikas, e isso de fato faz algum sentido quando os ouço relatar a intensa influência que as artesanias da cultura popular tem na sua formação e consequente, seu trabalho, como por exemplo a dinâmica de realizar o seu trabalho a partir da (e na) rua, a abertura e consagração ao improviso e inusitado e o sincretismo na composição.

Há um propósito no confuso, no transitório, no assimétrico presentes nas manifestações populares que também está presente no que Bixanikas faz: a porosidade, que permite abertura para atualizações dos seus processos de criação no constante diálogo com o que o social está produzindo.

Sobre as influências locais é interessante destacar que o trabalho de recontar a história, seja em cena, seja através das atividades pedagógicas, a partir de uma perspectiva dissidente incluindo figuras tão caras à cidade e que tantas vezes tem suas contribuições subtraídas—esquecidas, como as mulheres, as pessoas não brancas, as bichas, os sapatões, entre outras figuras marginalizadas ou inferiorizadas, pode ser lido como transgressor, de acordo com Hooks (2017), à medida que deslegitima a versão hegemônica oficial.

Val e Vicente (PAULA; SANTOS, 2021) citam as referências dessas pessoas em seus fazeres artísticos e na vida, e dessa maneira são capazes de mudar perspectivas: de ‘apesar delas’ para “por causa delas”.

Por última, chamo atenção para as atividades pedagógicas. Como todo trabalho em experimentação, este também possui discussões que podem ser retomadas no intuito de promover condições de problematização para quem participa e assiste. No que diz respeito às tradições: apesar de (e por assim serem) estáveis, precisam ser questionadas, tanto para que algumas sejam esfaceladas,

como para que outras possam ser atualizadas e potencializadas.

REFERÊNCIAS

HALBERSTAM, JACK. **A arte queer do fracasso**. Ed CEP: Pernambuco, 2020.

HOLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: Ed Sulina, 2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir – A educação como prática da liberdade**. 2 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. 1 Ed. Salvador: Editora Devires, 2020.

NAMUR, **Reflexões sobre uma Estética do Precário ou Malditos populares!** IV Reunião Científica de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. UNICAMP. V. 8. 2007

PAULA, Vicente de; SANTOS, Valdemar. **Cartogrando Bixanikas**. Entrevista. Louise Albuquerque. Amarante. 2021

**EIXO III:
VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS**

EIXO III: VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

ARQUITETURA SILENCIOSA DA VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO QUE RETROALIMENTAM VIOLÊNCIAS

Josélia Barroso Queiroz Lima
joseliabqlima@gmail.com

Franciele Ferreira de Souza
desouzafranciele1@gmail.com

Késia Cristina Nascimento
kesiancris193@gmail.com

Tairine Duarte de Oliveira
duartetairine@gmail.com

1 ANTECEDENTES DO ARTIGO...

Este artigo nasce da experiência docente na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/Minas Gerais/Brasil, unidades curriculares Psicologia Social e Políticas Educacionais. Referenciando-nos na Constituição Federal (1988), discutimos os desafios sociais brasileiros a construção democrática. Problematizamos os processos de socialização formais e informais, que constituem a sociedade hierarquizada, racista, sexista, patriarcal reproduzida nos simbólicos religioso, filosófico e científico.

No artigo, apresentamos trechos de trabalhos acadêmicos, três mulheres, duas negras, uma branca, que viveram violências sexuais e simbólicas. Elas conseguiram romper o silêncio, elaborar a dor, emergindo diferentes enfrentamentos, às levanto à condição de sujeito-de-si, pois “Na história, como na natureza, a podridão é o laboratório da vida” (GALEANO, 2017).

As diferentes violências contra a mulher revelam séculos de relações de poder que nos objetificaram. Silenciadas, veladas em diversos discursos, remetem ao passado de aculturação social, ao processo colonizador educacional religioso, branco, eurocêntrico e patriarcal. No título: Arquitetura Silenciosa da Violência o tabu, assumo a postura de discorrer sobre comportamento tabu, elemento estruturante da arquitetura que mantém silenciado retroalimentado a naturalização simbólica, ritualista da cultura, hierárquica patriarcal internalizada.

2 TABU: ARQUITETURA DA VIOLÊNCIA, A FUNÇÃO DO SILENCIO

O tabu lingüístico/comportamental garante em funcionamento as violências ‘silenciadas’, que operam no inconsciente social e individual retroalimentando a naturalização das desigualdades - sexismo e racismo - reificando o sistema patriarcal, marca de nossa colonização eurocentrada. Sexismo e racismo são construções sociais. Nos valores morais, no senso-comum, nas proibições, nos ditados populares, piadas, ‘brincadeiras’ populares aprendemos a conviver com as diferentes formas assumidas pela violência: psicológica, física, patrimonial, moral e sexual.

O tabu garante o comportamento social do silenciamento, torna-se regra de convivência, aprendida nos grupos sociais; indica um campo ‘sacralizado’, que impede a discussão, o entendimento do que leva ao comportamento a ser adotado ou não. Para DaMatta (1997) a sociedade brasileira simbolicamente opera 3 grandes categorias sociais: Casa, Rua e Outro Mundo. Os comportamentos tabus se edificam em valores nomeados sagrados, daí o porquê de aprendermos a não os nomear ou discuti-los. A análise relacional entre religião católica, produção de subjetividades e história social brasileira nos permite entender o comportamento tabu, discutindo-o.

Das produções acadêmicas discentes, escolhi trechos nos quais escrevendo, estudando as violências vividas, identificam as aprendizagens silenciadas, tornadas tabu. Ao refletir, produziram enfrentamentos ao silenciado, narrativas, fazeres indicativos de outras relações afetivas, sexuais, sociais, outras possibilidades de vivenciar o poder. Optei por não nomeá-las, elas compõem a autoria do artigo. O que elas narram, outras tantas de nós, mulheres, vivenciamos ‘sem saber’. Elas encararam o vivido, nomeando-o, no desafio de compreender o que precisamos transformar, se queremos dar novas formas/sentidos à existência social. As três cursaram Psicologia Social. As produções decorrem das trajetórias pessoais, dos diálogos teóricos histórico-sociais sobre a construção social do humano. Frente às violências, buscaram ajuda, acessaram a Lei Maria da Penha (11.340/2006), o atendimento especializado à mulheres. Duas desenvolveram o projeto de extensão - PIBEX/UFVJM - Rede de Proteção à Mulher: rompendo a violência, o silêncio e a invisibilidade.

Nos trechos extraídos, capturo o processo de identificação das regras sociais aprendidas, o comportamento social do silêncio, a compreensão da violência vivenciada, silenciada, esquecida, que necessitou ser significada para ser enfrentada via a denúncia pública do agressor. Atribuí a cada trecho um número (1, 2, 3), para que o leitor possa identificar os conteúdos narrados e as trajetórias.

3 COMPORTAMENTO MORAL/TABU: O SILÊNCIO, SER MULHER

Trecho 1

A culpa é sempre da mulher e falar mal da minha mãe na minha frente, MEU AMOR, é entrar em pé de guerra. E assim foi. Resultado: quase 5 anos sem diálogo e ameaças de divórcio por parte do meu pai de um casamento de quase 30 anos pelas 2 filhas não quererem manter vínculos com a família dele.

[...] Um ano e meio se passou e após, finalmente, conseguir uma bolsa na faculdade, mais uma vez. Violência. Mas dessa vez, foi diferente. Tive a tal coragem que tanto li nos sites que falavam de empoderamento e sororidade, porém nos sites não falavam que denunciar é colocar a própria liberdade em jogo. Fumo maconha há uns anos e a planta, a erva, mais conhecida como droga, foi quem me levou à boca do lobo. Me culpei. Fui estuprada por um traficante que não via sentido numa mulher não gostar de homem e que quis provar ser diferenciado.

Trecho 2:

[...] Vivi uma violência sexual por parte de um tio paterno. Viver em uma situação de abuso me propiciou uma experiência de (com absoluta certeza a maioria das vítimas sentem) estar vivendo entre dois paralelos. Eu tinha a ciência de que eu era a vítima da história, principalmente se levado em consideração em que eu não estava sem possibilidade alguma de defesa por estar ebria, mas, ao mesmo tempo, eu me sentia extremamente culpada pelo mesmo motivo. Porque é uma justificativa que vamos dando inconscientemente, justamente pela maneira com que somos ensinadas “não tenha tal tipo de comportamento porque você vai provocar”, ou derivadas.

[...] Fato é que, pela simples e extremamente ciência que eu tinha naquele episódio, procurei por ajuda. Recorri a familiares próximos, e foi onde sofri a minha segunda violência: a omissão.

Trecho 3:

[...] Memória 4: Ele abusou de uma mulher. Ele era meu companheiro. Eu não podia ficar calada. Desde então, fiquei conhecida como: DESGRAÇADA.

[...] Memória 5: Ele tirou a própria vida. Os julgamentos vieram de todos os lados. Uns me culpavam pela morte dele, outros não, todos disseram o que queriam sobre o assunto, me colocando sempre enquanto réu. Eu, só pude me manter em silêncio.

[...] Memória 8: Eu me calei completamente, eu me excluí do convívio social, tinha pânico de ir ao supermercado, universidade, bares e mais uma vez encontrar aqueles olhares para mim. O único lugar que

eu estava livre de julgamentos, era na minha casa, a não ser pelas vozes na minha cabeça que gritavam: CULPADA.

4 NARRAR E TRANSFORMAR A DOR VIVIDA...

Trecho 1

Pelos estudos, tive fé que minha vida podia melhorar. Lutei contra a depressão, luto contra a ansiedade e aos fantasmas do pânico e das visões dos agressores. Trabalho pra não ter medo de fechar os olhos e achar que tem alguém me observando ou querendo me matar. Penso nas crianças e nas mulheres que passam por esses medos todos os dias e penso no que posso fazer. Minha ira, meu medo e minha infelicidade foram meu combustível pra reverter minha situação. Sem casa, com desamparo financeiro do Governo que deveria garantir minha segurança e meus estudos, sem amigos e sem conhecimento da família frente a tudo que havia acontecido, busquei ajuda psicológica e me permiti o perdão a mim mesma. Por ter me culpado, por não ter aceitado quem sou e por ter duvidado de mim mesma mesmo sabendo de todas as verdades quando muitos duvidavam. Hoje sou assistida pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia, participo e luto pela permanência estudantil e pela inserção e permanência dos negros e negras através do Movimento Casas de Estudantes (MCE), finalizo meu bacharelado em Humanidades, almejo mestrado, namoro uma mulher nordestina que me inspira com sua força, me ilumina com sua luz, me preenche com sua bondade e me ama pelo que sou, sigo fumando minha inofensiva erva e fortifiquei meus laços com meus pais, irmãos e amigos

Trecho 2

[...] Retornei para a minha casa, e sabia no meu interior que na verdade a minha superação estava apenas começando. Assim sendo, coincidiu de nos dias posteriores, me encontrar com a professora Josélia Barroso Queiroz Lima para averiguarmos as possibilidades de iniciarmos o projeto exposto nesse presente relatório, e aquilo bateu como uma resposta à situação pela qual estava passando. Decidi desabafar a respeito do meu caso, tendo total apoio e incentivo para darmos a largada.

Esse contato, somado, ainda, ao ingresso na delegacia e, por sua vez, a apresentação à Delegada de Polícia Kíria Orlandi, alavancaram a minha confiança através do amparo moral e visionário no combate a violência contra a mulher. Acrescida é claro, a participação que me prontificou a ter em eventos que condizessem com a mesma ideia (como os exprimidos anteriormente), tornando-se assim a minha força e a busca pela justiça.

Trecho 3

Quando eu floresci, e entendi que a culpa não era minha (mesmo tendo que me convencer disso todos os dias) entrei em um fluxo de buscar alguma forma de colocar para fora todos aqueles gritos de dentro da minha cabeça, precisava falar com essas pessoas sobre o silenciamento que eu havia sofrido, GRITAR que eu havia sido silenciada.

[...] comecei a me apegar em tudo aquilo que eu gostava e acreditava, busquei dentro da universidade algum projeto ao qual pudesse contemplar essa necessidade de estar junto na luta com outras mulheres que passaram pelo mesmo que eu, foi quando eu encontrei a Rede de Proteção: Rompendo com a Violência, o Silêncio e a Invisibilidade e me tornei monitora do Núcleo Socioeducacional Contra a Mulher (NÓS), todas as leituras, rodas de conversa, trocas de experiências e vivências me ajudaram e entender a violência pela qual eu havia passado e pensar em maneiras de ressignificar esse silêncio, que por tanto tempo me consumiu. Em consonância a isso, a arte, a qual sempre esteve presente na minha vida, principalmente dentro da universidade, onde faço parte do Laboratório de Montagem Cênica da UFVJM, me mostrou novas saídas, outras formas e dizer aquilo que não podia ser dito, em DESGRAÇADA, vomitar a violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ensino e aprendizagem ao dialogar, permite à compreensão da cultura patriarcal, desnaturaliza o cotidiano social, pela reflexão crítica. Provoca o descortinar de vivências, dores das/dos estudantes. Estes compreendendo, significando os contextos sociais, econômicos, culturais nos quais foram socializadas(os), entendem as relações construídas, os sistemas de dominação baseados na violência ou não.

Percebendo que o cotidiano socializa, podem se entender frutos históricos-produtos/produtores da história. Assim, os enfrentamentos vão se revelando necessários. A arte, a produção acadêmica, a inserção em projetos de ensino, pesquisa e extensão possibilitem-nos interferir na realidade, produzir outras narrativas. As ações mobilizam o entendimento de que a democratização social brasileira, necessariamente, implica o acesso aos direitos sociais e políticos historicamente negados ao povo brasileiro, sobretudo, às mulheres.

As políticas afirmativas, pós Constituição Federal de 1988, são instrumento de transformação social de democratização da sociedade brasileira, reconhecimento das lutas históricas. A mobilização social, enfrentamentos políticos são necessários à edificação de novas relações societárias. Este artigo expressa o acesso de quatro mulheres às políticas públicas; a docente, as acadêmicas (negra, branca, parda) à educação pública superior; revela que via ensino, pesquisa, extensão puderam construir saberes, acessar ativamente as políticas sociais de proteção à mulher, garantindo seus direitos. O cenário atual ultraconservador, neoliberal, os ataques, as perdas dos direitos sociais leva-nos a reafirmar que ler, escrever,

produzir ciência, são enfrentamentos políticos dos que almejam uma sociedade justa, comprometida com a vida, com os coletivos que a tornam- diversa.

REFERÊNCIAS

GALEANO, Eduardo. **Dias e Noites de amor e de guerra**. tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L & PM, 2017.

NASCIMENTO, Késia Cristina. **Relatório Técnico de Acompanhamento das Atividades Realizadas Via Projeto de Extensao/PIBEX/ REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM À VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE**, Delegacia de Atendimento às Mulheres –Diamantina/MINAS GERAIS. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina. MG. 2019.

OLIVEIRA, Tairine Duarte. **À Luta Feminista**. SINTEGRA/ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina/MG. 2019.

SAFFIOTI, H.B.I. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, 2004.

SOUZA, Franciele Ferreira de. **A Desgraçada modos de (r)existência**. Uma abordagem performática. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina/MG. 201.

EIXO III: VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

A TEORIA CRÍTICA DA TRIBUTAÇÃO: A RENDA, O GÊNERO E A COR DOS TRIBUTOS E DA SUA DESONERAÇÃO

Thais Petrillo Mello de Almeida
thaispma@id.uff.br

Paulo Roberto dos Santos Corval

1 APRESENTAÇÃO

Reflexões atinentes à igualdade e à equidade, ou seja, à equiparação, na sociedade, da condição de respeito e desfrute de direitos e benefícios compartilhados, bem como à problemática construção de respostas diferenciadas para corrigir situações especiais de desigualdade estiveram sempre presentes, nos últimos dois séculos, com maior ou menor extensão, na atmosfera das finanças públicas e da tributação.

É verdade que a redemocratização política e a reordenação constitucional renovaram o ambiente normativo e passaram a influenciar as ideias e finalidades da regulação jurídico-tributária. A ativação da imaginação construtiva que se poderia esperar florescer dessa renovação sobre o sistema tributário, entretanto, viu-se constrangida por fatores internos e externos. Externamente, a globalização, as mudanças no sistema produtivo, a financeirização do capitalismo e as problemáticas macroeconômicas do país ainda pareciam requerer que esforços de transformação prosseguissem na efetivação do incremento arrecadatório, da modernização fiscal e do ajustamento federativo. Internamente, tanto a teoria da tributação quanto a legislação tributária mantinham forte dependência dos ditames do conceitualismo e do formalismo jurídicos tradicionais (CORVAL, 2014, 2017, 2020).

Apenas ao longo das décadas de 1990 e 2000, o sistema tributário encontrou espaço para ampliar a preocupação rumo ao desenvolvimento humano e à promoção de direitos fundamentais civis, políticos, sociais e econômicos, reforçando, para o direito tributário e para política fiscal, questões atinentes à adequada estruturação das capacidades estatais para sustentar o estado de bem-estar social, à evasão e à mobilização internacional de rendas e patrimônios, ao ajustamento às mudanças tecnológicas e produtivas e ao impacto alocativo e distributivo da tributação sobre as desigualdades do mercado quanto a aspectos

como renda, gênero e cor.

Esse espaço reflexivo atinente à igualdade e à equidade, contudo, embora latente na atmosfera da tributação, no mais das vezes é relegado ao campo do pensamento jurídico mais abstrato das ideias legitimadoras e de justificação do poder de tributar. Em direção contrária, não parecendo se bastar nos questionamentos mais abstratos em torno da ideia e justiça fiscal, desde meados da década de 1990, nos Estados Unidos da América (EUA), vozes preocupadas com o modo como o sistema tributário amplifica as desigualdades do sistema de mercado em relação a grupos tradicionalmente subordinados reúnem-se sob a bandeira de teoria crítica da tributação ou da política fiscal (critical tax theory ou critical tax policy).

Parte-se da premissa de que o sistema tributário produz efeitos sobre os arranjos e as estruturas das democracias capitalistas contemporâneas, tendo como foco o impacto da tributação sobre a distribuição de renda e a desigualdade de grupos reconhecidamente minoritários, marginalizados e desfavorecidos por conta do gênero, da sexualidade, da cor da pele, da origem geográfica e da classe social.

De todo modo, os estudos críticos da tributação desenvolvidos nos EUA, mesmo no campo epistêmico tradicional do direito, unem, em seu entorno, abordagens teóricas e esforços de análise empírica, que contribuem para o desenvolvimento positivo do pensamento tributário no Brasil, não apenas no que toca ao recorte temático, mas, também, metodológico.

Esse percurso no campo epistêmico do direito tributário, aliás, parece que vem ganhando força, aqui no país, há algum tempo. Não apenas pelo avanço do constitucionalismo e da releitura de institutos e ideias jurídico-tributárias a partir da centralidade dos direitos humanos e fundamentais, mas, principalmente, com as pesquisas que a partir de Piketty (2014) manifestam preocupação a respeito da ressonância da tributação sobre a desigualdade. Destaca-se, no Brasil, sobre o assunto, o livro Tributação e Desigualdade, obra de referência organizada por José Roberto Afonso, Melina Rocha Lukic, Rodrigo Octávio Orair e Fernando Gaiger Silveira (2017).

É de inegável interesse, portanto, mapear o debate estadunidense e a chamada critical tax theory, promovendo o levantamento do estado da arte, sua conexão com a agenda brasileira do direito tributário e, ainda que a título

exploratório, ensaiar sua aplicação aos estudos jurídicos do sistema tributário nacional. Achar-se em curso, no momento, com debates e projetos legislativos abertos, a reforma e adequação de todo o complexo sistema tributário do país apenas reforça o interesse e a importância da abordagem e de sua repercussão possível no direito positivado.

2 JUSTIFICATIVA

Em razão de uma possível aplicabilidade das ideias e críticas propostas na Critical Tax Theory, é possível extrair das abordagens técnicas e esforços de análise empírica, contribuições pertinentes no que tange ao pensamento tributário brasileiro. Frente ao atual cenário de reformas do direito tributário brasileiro e à necessidade de uma organização tributária que promova igualdade e equidade, urge a verificação das formas por meio das quais o sistema tributário produz efeitos sobre os arranjos e estruturas sociais das estruturas capitalistas contemporâneas, com ênfase para o impacto da tributação sobre a distribuição de renda e a desigualdade de grupos reconhecidamente minoritários, marginalizados e desfavorecidos por conta do gênero, da sexualidade, da cor da pele, da origem geográfica e da classe social.

3 METODOLOGIA

O projeto em referência possui três objetivos: (i) levantar o estado da arte do debate estadunidense relativo à chamada critical tax theory ou critical tax policy, avaliando seus pressupostos, diretrizes normativas que podem influir, de modo mais direto, sobre o pensamento e a sistematização do direito tributário no Brasil, bem como analisando a estratégia metodológica adotada; (ii) aferir, por meio de exercício exploratório, as possibilidades de aplicação da abordagem e sua estratégia metodológica no Brasil, verificando, no país, as bases de dados acessíveis para as avaliações empíricas que a critical tax theory fomenta; e (iii) avaliar, também a título exploratório, a enunciação normativa da legislação tributária no que toca ao impacto de sua incidência e desoneração sobre segmentos sociais minoritários e historicamente marginalizados.

Quanto ao objetivo precípuo do projeto, foi realizada pesquisa bibliográfica a respeito da abordagem estadunidense critical tax theory, tomando como referência de partida o trabalho de fundação de Beverly Moran e William Whitford (1996), bem

como o recenseamento levado a efeito por Leo P. Martinez (2018). Para aferir a conexão com a agenda brasileira de pesquisa sobre tributação e desigualdade, adotou-se como partido a obra de referência organizada por José Roberto Afonso *et al.* (2017).

Posteriormente, realizou-se levantamento da base de dados atinentes aos tributos e dados sociais que possibilitem a construção de correlações, hipóteses assimétricas e problemáticas para desenvolvimento futuro. Não obstante, foi feito o levantamento documental da legislação tributária e sua análise sistemática com o auxílio de orientações típicas do direito (NINO, 2010; RODRIGUEZ, 2013) e de técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Dada a amplitude do fenômeno e da própria legislação, sem prejuízo de acentuar a restrição no curso do desenvolvimento do projeto, o exame se restringiu ao imposto direto sobre renda de pessoas físicas, IRPF, (União), ao imposto indireto sobre circulação de mercadorias, ICMS (Estado do Rio de Janeiro), e ao imposto indireto sobre serviços, o ISSQN (Município do Rio de Janeiro).

4 CONCLUSÕES FINAIS

Verificou-se de que forma o sistema tributário produz efeitos sobre os arranjos e as estruturas sociais das democracias capitalistas contemporâneas, com ênfase para o impacto da tributação sobre a distribuição de renda e a desigualdade de grupos reconhecidamente minoritários, marginalizados e desfavorecidos por conta do gênero, da sexualidade, da cor da pele, da origem geográfica e da classe social.

Para isso, abarcou-se, na primeira parte do projeto, o levantamento do debate estadunidense relativo à chamada critical tax theory, observando de que forma esta poderia influir sobre o pensamento e a sistematização do direito tributário no Brasil.

Na segunda parte do projeto, realizou-se vasta pesquisa em diversas plataformas digitais que disponibilizassem materiais que permitissem a estruturação das hipóteses e questões suscitadas, além da obtenção de dados sociais (percentagens e estudos do IBGE e IPEA) e dados comparativos e pormenorizados dispostos em diversos artigos, monografias e sites de notícias relevantes que compuseram o trabalho em referência.

Na terceira etapa do projeto, foi realizada pesquisa legislativa, cujo foco

principal fora a legislação concernente ao Imposto de Renda da Pessoa Física, buscando verificar possíveis traços na enunciação normativa que pudessem instituir ou reforçar desigualdades, sejam referentes ao gênero, raça ou classe.

Assim, a partir da análise legislativa em referência foi possível concluir que os dispositivos normativos foram escritos em concordância com os princípios da igualdade e universalidade, não tendo sido localizadas irregularidades no que tange à possíveis discriminações de gênero, sexualidade, raça ou classe social.

Não obstante, como a própria construção social brasileira é basilarmente e historicamente desigual, estando calcada em pilares racistas, androcêntricos e heteronormativos, é pertinente que se parta do pressuposto de que as estruturas e mecanismos que compõem o sistema brasileiro como um todo reproduzam as desigualdades intrínsecas nas mais diversas esferas e estruturas sociais.

Assim, em sede conclusiva, foi possível verificar:

(i) Apesar de norteada pelo princípio da universalidade, a própria legislação reforça desigualdades que recaem sobre segmentos sociais minoritários e historicamente marginalizados;

(ii) o sistema tributário favorece os indivíduos que compõem as camadas mais abastadas da sociedade, enquanto os componentes das camadas menos favorecidas e das minorias são prejudicados pela estruturação desse mesmo sistema. Ex: Algumas questões à título de exemplificação são as deduções relativas ao IRPF dispostas no art. 8º que atingem uma parcela específica da população que dispõe de faixas salariais mais altas e a própria tabela do Imposto de Renda, disposta na Lei 13.149/2015, a qual reforça as desigualdades no que tange à concentração de renda;

(iii) verificou-se, por meio de dados estatísticos disponibilizados pela Receita Federal do Brasil, um número consideravelmente superior de homens enviando as declarações conjuntas do IRPF, explicitando indícios de que, culturalmente, estes continuam ocupando, dentro do seio familiar, a posição de administrador dos rendimentos, no caso dos casais heterossexuais. Além disso, diante da situação ora exposta, foi possível suscitar no trabalho em referência o pressuposto de que o fato de as mulheres serem declaradas como dependentes de seus maridos pode representar um desestímulo para a inserção destas no mercado de trabalho, principalmente em razão dos salários mais baixos e da alta carga de trabalho doméstico ainda relegado à elas culturalmente;

(iv) o fato do sistema tributário brasileiro ser regressivo coaduna com o agravamento e enrobustecimento das desigualdades sociais a partir do momento em que os impostos indiretos (ICMS e ISS) possuem um peso de incidência muito alto e um impacto muito maior em indivíduos com rendas mais baixas, em especial as mulheres negras, principalmente em razão de grande parte da renda dessas mulheres ser voltada ao cuidado de pessoas e de suas residências.

Dessa maneira, foi possível observar, que o sistema tributário brasileiro é responsável por reforçar e coadunar com as desigualdades sociais que assolam a sociedade brasileira no momento em que gera efeitos negativos sobre os grupos minoritários e desfavorecidos em razão do gênero, sexualidade, cor da pele e classe social.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto et. al (Org.). **Tributação e desigualdade**. Belo Horizonte: Letramento; Rio Janeiro: FGV, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

MARTINEZ, Leo P. A critique of Critical Tax Policy critiques: or, you've got to speak out against the madness. **La Raza Law Journal**, Berkeley: UC Berkeley School of Law, v. 28, p. 49-70, 2018. Disponível em <https://www.law.berkeley.edu/library/ir/birlj/>. Acesso em 11 abr. 2021.

MORAN, Beverly I.; WHITFORD, William. A black critique of the Internal Revenue Code. Wisconsin Law Review, **Madison**: University of Wisconsin Law School, p. 751-820, 1996. Disponível em <https://repository.law.wisc.edu/s/uwlaw/item/18080>. Acesso em 11 abr. 2021.

NINO, Carlos Santiago. **Introdução à análise do direito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

REZENDE, Fernando; AFONSO, José Roberto. **50 Anos da Reforma Tributária Nacional**: origens e lições. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

CORVAL, P. R. S.. A sétima tese: uma contribuição ao pensamento jurídico-financeiro no Brasil. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, v. 22, p. 67-90, 2014

CORVAL, P. R. S.. De volta à teoria da tributação. **Revista de Direito Público Contemporâneo**, v. 1, p. 006-032, 2017.

CORVAL, P. R. S.. Formalismo, conceitualismo e a crítica de Ricardo Lobo Torres

ao Código Tributário Nacional. In: Sergio André Rocha; Silvia Faber Torres. (Org.). **Direito Financeiro e Tributário na obra de Ricardo Lobo Torres**. Belo Horizonte: Arraes, 2020, p. 357-379.

MARTINEZ, Leo P. A Critique of Critical Tax Policy Critiques (Or, You've Got to Speak Out Against the Madness), **Berkeley**: UC Hastings University of Law, p. 49 - 70, 2017. Disponível em: https://repository.uchastings.edu/faculty_scholarship/1645. Acesso em 12 fev. 2022.

CRAWFORD, Bridget J. e INFANTI, Anthony C. **Critical Tax Theory**: An Introduction, Cambridge University Press, 2009.

TURNER, William J., CONOVER, Pamela Johnston e LOWERY, David. **Redistributive Justice and Cultural Feminism**, p. 1275-1322. Cambridge University Press, 2010.

ZELENAK, Lawrence. Taking Critical Tax Theory Seriously, **North Carolina Law Review**, vol. 76 , p. 1521-1580, 1998. Disponível em: <https://scholarship.law.unc.edu/nclr/vol76/iss5/3>. Acesso em: 18 jan. 2023.

DODGE, Joseph M.. Feminist Perspective on the Qtip Trust and the Unlimited Marital Deduction, vol. 76. **North Carolina Law Review**, p. 1729-1748, 1998. Disponível em: <https://scholarship.law.unc.edu/nclr/vol76/iss5/11>. Acesso em: 18 jan. 2023.

WAX, Amy L. Caring Enough: Sex Roles, Work and Taxing Women, **Villanova University Charles Widger School of Law Digital Repository**, vol. 44, p. 495-524, 1999. Disponível em: <https://digitalcommons.law.villanova.edu/vlr/vol44/iss3/8>. Acesso em: 18 jan. 2023.

GERZOG, Wendy C; “Illogical and Sexist QTIP Provisions: Just can’t say it ain’t so”, 76 **North Carolina Law Review**. 1597, 1998. Disponível em: <http://scholarship.law.unc.edu/nclr/vol76/iss5/5>. Acesso em 16 fev. 2022.

EIXO III: GÊNERO, VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

**SOZINHA E RESPONSÁVEL PELOS AFETOS INCOMPREENSÍVEIS PELA
SOCIEDADE: VIOLAÇÃO E A SOLIDÃO (POLÍTICA) DA BIXA PRETA**

Isaac Marlon Vasconcelos do Nascimento
isaac.8115@hotmail.com

Francisco Francinete Leite Júnior
francinetejunior@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Para início de debate, é importante primeiramente pensar a bixa preta num lugar de uma autoestima enfraquecida, ela tenta lidar com a solidão e com o desejo de ser amada, ainda que por vezes creia, inconscientemente, que não merece receber amor (VIEGA, 2018). Essa crença, que é um efeito do racismo em sua subjetividade, a deixa numa sensação de insegurança em relação ao seu valor próprio, mesmo quando está recebendo reconhecimento e amor de outras pessoas (FANON, 2008). Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2019 foram computadas 329 mortes violentas contra LGBTI+, sendo 37,08% desta amostra composta por pessoas negras. ‘

Enquanto bixas pretas, estamos constantemente no “exercício de driblar à exaustão e de não sucumbir à tristeza que este mundo branco-héteronormativo gera em nós” (VIEGA, 2018, p. 86). “A tristeza é o fundamento da bixa bomba: o preço de destruir a merda toda que nos constrange é demorar tempo demais até notar que à explosão também te deixa destruída” (MOMBAÇA, 2017). Assim, o lugar da bixa preta é também o lugar de uma solidão política, algo que se aproxima aparentemente da solidão da mulher negra, e por isso o debate sobre interseccionalidade será crucial para tornar mais explícito a ideia presente neste estudo.

O processo de violência que cerca a bixa preta, pode ser entendida a partir da ideia de homofobia institucional, (praticada por policiais, igreja, escolas, famílias) advindas das manifestações em diferentes setores da sociedade, e em especial na sociedade civil e política, perpetrada pelos “aparelhos ideológicos do Estado”, inclusive pela escola entre outros (ALTHUSSER, 1992). Por ser preta, há uma marca racial o qual corroboramos com Almeida (2019, p. 57), quando afirma: “Em

um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo”.

A violação do gênero é algo que também atravessa a subjetividade da Bixa preta, e por ser bixa, é constantemente atravessada por estes aspectos interseccionais. O chamado Black Feminism desenvolveu o conceito de discriminação interseccional em casos de intersecção de mais de um fator discriminatório inserido em estruturas de subordinação (FREDMAN, 2011, p. 140), essa ideia captura as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação especificando a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes, etc.(CRENSHAW, 2002).

O presente estudo objetiva proporcionar ao leitor e à comunidade acadêmica que pesquisa sobre as relações de raça, gênero, sexualidade e os atravessamentos violentos presentes nessa intersecção: uma visão aprofundada sobre o processo de solidão da bixa preta, percebendo, o que justamente vem à tona como resultante neste estudo, marcas da violência. Nesse sentido, busca-se aqui promover uma maior familiaridade com o problema em questão. Se torna extremamente crucial discutir o processo de solidão da bixa preta, pensando em seus afetos, seu lugar político e sua subjetivação a partir da sociedade racista, homofóbica e patriarcal, pensando na pesquisa como um instrumento de ressignificação e de mudança social.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, por meio de uma revisão de literatura narrativa. Tal modelo de pesquisa tem como foco tornar um problema complexo mais explícito ou mesmo construir hipóteses mais adequadas. A realização das buscas se deu entre o fevereiro a abri de 2022, utilizando das bases de dados Scielo, Google Acadêmico (Scholar Google) e periódicos da CAPES, onde ocorreu uma seleção criteriosa no que diz respeito a obras utilizadas para o desenvolvimento desta revisão, além das inquietações vivenciadas pelos autores. Com os descritores utilizados de modo associado e isolados foram: “Violação

“Simbólica”, “Solidão Política”, “Bixa Preta” e “Psicossocial”, foram buscados primeiramente separados, proporcionando ao pesquisados um contexto mais geral do tema, e após uma leitura minuciosa sobre as temáticas os quais se tratavam.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo resulta em um concreto lugar de solidão da bixa preta, pois como afirma Viega (2018):

A confirmação vinda do outro, seja amigo, familiar, namorado, não é suficiente para aplacar o medo de ser rejeitada e de viver uma solidão ainda mais intensa do que já vive. Esse medo da rejeição é uma introjeção do modo como a sociedade branca lida com pessoas negras: rejeitando-as. Ter crescido vendo os super-heróis sendo representados por homens brancos; seus personagens favoritos das novelas ou de muitos filmes serem brancos; as pessoas que ocupam lugares de poder na sociedade serem brancas; a pornografia gay em revista ou em audiovisual ser predominantemente composta por bichas brancas (VIEGA, 2018, p. 84).

Assim, percebe-se essa bixa preta no lugar de abjeção. Para Butler (1993), é justamente a partir da repetibilidade do ato performático e dos atos discursivos que se forma a identidade (de gênero ou sexual, por exemplo). Em Problemas de gênero (BUTLER, 1990/2003), o conceito de abjeção de Julia Kristeva vem ao seu encontro e o corpo abjeto torna-se paradigma para pensar gênero, Kristeva denomina o abjeto como os excessos do corpo, expelido e descartado: fezes, urina, vômito, lágrimas, saliva. (KRISTEVA, 1982), é por esta perspectiva da abjeção que Butler inaugura o debate acerca da vulnerabilidade das pessoas transexuais, travestis, transgêneros e intersexos em função das normas de gênero.

Tomaz Tadeu da Silva (2000), chama a atenção para a ideia da “Produção Social da Identidade e da Diferença”, que, segundo o autor:

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir "identidade". A identidade é simplesmente aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: "ela é italiana", "ela é branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher". Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como autoreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe. É fácil compreender, entretanto, que identidade e diferença estão em uma relação de estreita

dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação. Quando digo "sou brasileiro" parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. "Sou brasileiro" - ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. (SILVA, 2000, p. 73).

A identidade de bixa preta traz à tona aos corpos marginalizados, uma responsabilidade pelos afetos incompreendidos pela sociedade, algo também mencionado por Viega (2018) em seu estudo intitulado “As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil”. O autor faz uma leitura do sentimento da bixa preta como uma diáspora: “longe de casa”, e cita diversos fatores como a sociedade religiosa, a família e a não compreensão da sociedade, produzindo os mais variados afetos e consequências no seu processo de subjetivação, vivenciando um lugar “abjeto”; algo que podemos também compreender com a teoria da interseccionalidade, a qual Bilge (2019, p. 70) diz que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais a partir de um enfoque integrado. Segundo a autora, essa teoria “refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual”.

Como enfrentamento, Viega (2018), propõe os coletivos de bixas pretas, a amizade com as irmãs pretas hétero e lgbts, as relações amorosas saudáveis, as religiões de matriz africana como estratégia de sobrevivência, “suporte para a vida cotidiana, afago para a solidão que nos toma ao anoitecer, e desempenham papel importante na reparação aos danos que as diásporas causaram em nossas subjetividades” (p. 87)

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAS

Considera-se parcialmente que é de extrema necessidade pesquisar sobre o processo de adoecimento psíquico da bixa preta e de como esta solidão precisa ser melhor compreendida e investigada, pensando em como essa investigação pode proporcionar aos profissionais das mais diversas áreas, um lugar de transformação social e de reflexão e crítica com as relações políticas as quais colocam a bixa preta em um lugar abjeto. Ressalta-se aqui a importância para os profissionais de Psicologia compreender esse processo de subjetivação a partir dos afetos da população estudada, o quais surgem decorrente dessa solidão.

Precisa-se buscar, na pesquisa, as raízes dos problemas sociais e pensar hipóteses fidedignas do percentual desenfreado da morte e de suicídios no país onde se mais mata LGBTQI+'s no mundo, e do país onde a violência ao preto é formalizada e institucionalizada. Espera-se que este estudo possibilite caminhos de reflexões sobre esta população, convocando o leitor a lugar sensível e de ação no mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.

BILGE, S. “Théorisations féministes de l’intersectionnalité”. **Diogène**, v. 1, n.225, p. 70-88, 2009.

CRENSHAW, K. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. **Revista de Estudos Feministas**, v. 7, n. 12, p. 171-88, 2002.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: EDUFBA, 2008.

FREDMAN, S. **Discrimination Law**. 2a ed. New York: Oxford University Press, 2011.

GGB – Grupo Gay da Bahia. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil**: Relatório 2018. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em: <http://twixar.me/dj91>. Acesso em: 07 de abril de 2022.

KRISTEVA, J. **Powers of horror**: an essay on abjection. New York: Columbia UP, 1982.

MOMBAÇA, J. **O mundo é meu trauma**. PISEAGRAMA. Belo Horizonte, número 11, página 20 - 25, 2017.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 73-102. 2000.

VIEGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Revista Tabuleiro de Letras**, Salvador, Vol. 12; n. 1, 2018.

EIXO III: GÊNERO, VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

**PRISÃO DOMICILIAR DE MULHERES GESTANTES E MÃES DE CRIANÇAS:
INCIDÊNCIA DA DUPLA PUNIÇÃO E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO**

Mariana Martins de Camargo
marianamartishm@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A Lei 13.769/2018 incluiu o art. 318-A no Código de Processo Penal, este condiciona a concessão da prisão domiciliar à mulher gestante, puérpera, mãe de crianças ou responsável por deficientes a duas situações: não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa e não ter cometido crime contra seu filho ou dependente. Antes da positivação do referido artigo, o julgamento do Habeas Corpus Coletivo no 143.641/SP pelo Supremo Tribunal Federal, firmou entendimento que referida substituição submete-se a uma terceira ressalva, denominada “situação excepcionalíssima”. Segundo esta, o Juiz, após análise do caso concreto, pode denegar a prisão domiciliar em casos excepcionais, ainda que a mulher não tenha incorrido nos crimes acima descritos. A presente pesquisa busca analisar como os indeferimentos pautados na excepcionalidade desafiam a racionalidade da lei, consistindo em uma reprodução de estereótipos de gênero. Para tanto, será analisada uma decisão de indeferimento da prisão domiciliar do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, demonstrando a presença dos estereótipos nos argumentos das decisões judiciais. O estudo expõe como as decisões do Poder Judiciário estão eivadas de uma “moral” do que é dito correto e como isso impacta diretamente na adequada prestação jurisdicional. Assim, o objetivo do presente trabalho busca demonstrar a incidência da dupla penalização a qual as mulheres estão submetidas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser classificada como documental e qualitativa. Henriques e Medeiros (2017, p. 108), citam Badin ao dizer que a pesquisa qualitativa é relevante “na elaboração de deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais”. A abordagem é crítico feminista. A natureza é básica, conforme Matias-Pereira (2016, p.88) “tem como propósito gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática

prevista". O objetivo classifica-se como descritivo. Segundo Matias-Pereira (2016, p. 90) "visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis".

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao falar sobre mulheres encarceradas, torna-se impossível não falar sobre o crime de tráfico de drogas, que representa a maior parte das estatísticas criminais femininas. No Rio Grande do Sul, conforme o levantamento de dados realizado pelo DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) a proporção feminina encarcerada por crimes relativos ao tráfico de drogas corresponde a uma incidência de 61,68%, de um total de 2.140 mulheres privadas da liberdade, isto é, 1.320 mulheres foram presas por crimes relacionados ao tráfico, no período compreendido entre janeiro e junho do ano de 2021, conforme figura colacionada abaixo.

Figura 01 - Quantidade de incidências por tipo penal.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2021).

Além disso, dados constantes no relatório do INFOPEN Mulheres de 2017 informam que grande parte da população prisional feminina é composta por mulheres com baixo grau de escolaridade e baixa renda, sendo que 44,42% das mulheres não completaram sequer o ensino fundamental, 15,27% possuem o ensino médio incompleto e 14,48% têm apenas o ensino médio completo. Entre essas mulheres, 63,55% são pretas e pardas e 60% foram presas por crimes relacionados ao tráfico de drogas. Ainda, em 37,67% dos casos, as mulheres permanecem resas

provisoriamente, isto é, sem sentença condenatória transitada em julgado.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul demonstra que os indeferimentos da concessão da prisão domiciliar, fundamentados em “situação excepcionalíssima” ocorrem, com maior frequência, em mulheres condenadas por tráfico de drogas. Conforme parte do voto do Relator Desembargador Jayme Weingartner Neto no Habeas Corpus no 5222569-81.2021.8.21.7000/RS.

A prisão foi decretada para garantia da ordem pública, a considerar o risco concreto de reiteração criminosa. Indeferiu o pedido de prisão domiciliar por ser o tráfico supostamente praticado na residência da acusada, local onde reside com as filhas e estava recolhida em razão de benefício concedido em outro processo.

Nesses casos, a ordem do HC 143.641/SP que decidiu pela substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar resta evidentemente descumprida, como bem destaca (WURSTER, p. 142):

Nestes casos, são utilizados argumentos que desafiam a racionalidade jurídica da norma do art. 318 do Código de Processo Penal, bem como são manejados para descumprir deliberadamente a ordem do Habeas Corpus 143.641/SP, tais como: a) ausência de prova da imprescindibilidade dos cuidados da mãe; b) ausência de prova da inadequação do espaço prisional; c) vinculação automática e desprovida de elementos concretos entre crime e negligência materna, inclusive para considerar a gravidez como agravante; d) presunção de que o tráfico de drogas praticado na residência constitui negligência materna; e) gravidade genérica do delito e necessidade da garantia da ordem pública.

Nesse sentido, o Ministro Ricardo Lewandowski, em decisão de acompanhamento ao cumprimento da ordem concedida pela Segunda Turma do STF no HC 143.641/SP, ressalta:

Ademais, a concepção de que a mãe que trafica põe sua prole em risco e, por este motivo, não é digna da prisão domiciliar, não encontra amparo legal e é dissonante do ideal encampado quando da concessão do habeas corpus coletivo. Outrossim, não há razões para suspeitar que a mãe que trafica é indiferente ou irresponsável para o exercício da guarda dos filhos, nem para, por meio desta presunção, deixar de efetivar direitos garantidos na legislação nacional e supranacional.

Assim, os indeferimentos estão pautados em pré-compreensões que influenciam os argumentos jurídicos dos julgadores, ocasionando o indeferimento da substituição da prisão, presumindo que o tráfico de drogas exercido na residência implica em negligência materna. Dessa forma, a ordem do Habeas Corpus não está sendo

cumprida. Portanto, de acordo com o entendimento do Ministro Lewandowski, os indeferimentos pautados na excepcionalidade devem ser revistos e aclarados. Desse modo, o sistema de justiça criminal faz com que a dupla criminalização incida sobre as mulheres, nas palavras de Martins e Gauer:

É através da cooptação das mulheres como duplamente criminosas – sempre na dupla exceção – que o direito penal sustenta sua ordem patriarcal, seja operando sobre o feminino sua perpetuação como vítima – suplicante de “amparo” e incapaz do agir – ou em transgressor, fora da lei masculina e das expectativas de gênero. Enfim, sobretudo, excluída, senão sequestrada por estas duas figuras pré-estabelecidas no processo de produção do discurso das agências de punição.

O sistema estruturado pela moral patriarcal detém poder sobre a vida das mulheres, pois as institui uma postura de acordo com as imposições feitas pela sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta breve exposição, verifica-se que os estereótipos de gênero, bem como a raça, funcionam como marcadores sociais e influenciam as decisões judiciais. Por exemplo, o gênero associado à maternidade, o papel atribuído histórica e culturalmente à mulher - como esposa, filha, mãe -. O Judiciário apresenta resistência na concessão da prisão domiciliar a essas mulheres, e os argumentos contidos nas decisões de indeferimento do referido benefício, são, notoriamente, influenciados por aspectos que vão além da incursão em determinado delito, sendo usados para caracterizar as situações “excepcionalíssimas”, ocasionando a dupla punição. O teor das decisões transpõe a formalidade da lei, pois se valem de outras concepções, tais como gênero associado à maternidade, classe e raça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei no 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 12 de abr. de 2022.

BRASIL. DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/depn/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em 11 de abr. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça. Habeas Corpus no 5222569-81.2021.8.21.7000/RS.

Relator: JAYME WEINGARTNER NETO. Porto Alegre, RS, 16 de dezembro de 2021. Porto Alegre, 17 dez. 2021. Disponível em:

https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=52225698120218217000&conteudo_busca=ementa_completa. Acesso em: 12 de abr. de 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Habeas Corpus 143641/SP.**

Relatoria: Ministro Ricardo Lewandowski. Julgado em: Distrito Federal, 20 fev. 2018.

Publicado em: Distrito Federal, 09 out. 2018. Disponível em:

<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur392233/false>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica.** 9 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** São Paulo: Grupo GEN, 2016.

MARTINS, Fernanda; GAUER, Ruth M. C.. Poder Punitivo e Feminismo: percursos da criminologia feminista no brasil. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 145-178, mar. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/pTGRQGJFKB3vB6fF39bwMpR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.

SILVA, Marcos Vinícius Moura (org.). **Relatório temático sobre as mulheres privadas da liberdade** – junho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. p. 34-72. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/copy_of_Infope_nmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

WURSTER, Tani Maria. **O outro encarcerado:** ser mulher importa para o sistema de justiça? Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 142, 2019. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/65858>. Acesso em: 12 de abr. de 2022.

EIXO III: GÊNERO, VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

**POR DETRÁS DA PORTA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA EM TURMALINA A PARTIR DA ESCUTA DAS MULHERES
AGREDIDAS.**

Viviane da Silva Ribeiro
viviane.silva@ufvjm.edu.br

Josélia Barroso Queiroz Lima
joseliabqlima@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais – PPGER (Linha de pesquisa: Sociedade e Cultura no Mundo Rural) da UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, tem como foco o estudo de caso de mulheres que enfrentaram a violência doméstica, e que tiveram acesso às políticas públicas protetivas em Turmalina. As participantes desta pesquisa foram atendidas pela pesquisadora, assistente social de formação e servidora pública municipal, e que trabalhou por 5 (cinco) anos no atendimento direto às vítimas de violência. O estudo tem por análise a violência doméstica como um dos fenômenos que afeta a sociedade e adquire diversas facetas no espaço e no tempo. A sociedade brasileira no processo de construção democrática parece refazer seus conceitos sobre o que é opressão, violência, preconceito. Com as mulheres, o que percebemos é que a violência doméstica é uma imensurável agressão aos direitos humanos, mas ainda faz parte do nosso cotidiano e é naturalizada pelo patriarcado. Buscamos compreender o fenômeno da violência, a partir do diálogo e da escuta de algumas mulheres que foram atendidas pela Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Contra a Mulher de Turmalina, via políticas públicas instituídas no município, sobretudo, focando como algumas mulheres conseguiram romper com o processo de violência dentro do seu cotidiano. Nesse sentido, procuramos escutar e relacionar os diálogos com os valores sociais construídos. A proposta desta pesquisa é buscar compreender o fenômeno a partir do diálogo e da escuta das mulheres agredidas, do município de Turmalina (Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil), e conhecer como elas significam suas trajetórias, de vítimas de violência à mulheres que acessaram as políticas de proteção. Interessa-nos, ainda, evidenciar pelas narrativas, os desafios e os impactos destas políticas, sobretudo no que tange à Lei Maria da Penha (LMP –

11.340 de 07 de agosto de 2006).

2 JUSTIFICATIVA

Este projeto pretende apresentar a violência doméstica a partir do olhar das mulheres agredidas e não pelas lentes de quem está fora do espaço privado/doméstico ou do olhar dos executores das políticas de atendimento. Apesar dos investimentos na formulação e implementação de políticas públicas para mitigar a violência contra a mulher, da promulgação da lei específica para este problema e receber atenção da mídia, do Estado e de governos, ainda experimentamos a sensação de impunidade e impotência para sua solução.

Esforços são desprendidos para que as mulheres sejam atendidas e se sintam seguras com os mecanismos criados pela LMP para a sua proteção, mas esses são insuficientes e não se adequam a todas às realidades, principalmente das cidades pequenas. O que vemos nas cidades menores do interior de Minas Gerais e do Jequitinhonha, em específico, é que faltam órgãos especializados assim como programas interligados entre as várias áreas: saúde, segurança pública, poder judiciário, assistência social, educação, Ministério Público, trabalho, habitação assim como todas as medidas de prevenção inseridas no Art.8º da LMP. A Lei prevê também que sejam criados juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Mas, as comarcas abrangem mais de um município e por ser Vara Única recebem todos os assuntos relativos à justiça. Mas, até então, vemos pouca efetividade e mínimo financiamento do Estado nas estruturas que recebem esta demanda. Sem investimento e sem capacitação o atendimento às mulheres fica a cargo do empenho das/os profissionais que estão nestes órgãos onde encontram acolhimento mas também o “olhar” permeado pelo sexismo, moralismo e racismo. Saffioti nos apresenta o impacto deste “olhar” no atendimento ás mulheres que é o resultado da sociedade machista patriarcal em que vivemos:

(...) “consciência profissional precária” (...) “Como já se ouviu de um procurador, respondendo a uma pergunta do porquê de a justiça ser lenta: ‘Os juízes perdem muito tempo cuidando da surra que o sr. José deu na dona Maria e, enquanto isso, os problemas importantes se avolumam, retardando as decisões (citação de memória). Não é apenas este procurador que tem este entendimento. Na verdade, ele apenas reflete a complacência que a sociedade tem para com a violência doméstica. (SAFFIOTI. 2015, p.91/92).

Márcia Nina Bernardes, professora de direito da PUC-Rio, analisa em seu

artigo como os parâmetros de proteção às mulheres da LMP impactaram as interpretações judiciais nos tribunais do Rio de Janeiro e que a subalternização da mulher é consequência das relações de poder produzidas pelo sistema patriarcal intensificado pelo racismo. Bernardes constata:

[...] que a jurisprudência restringe a concepção de gênero e de mulher. No entanto, faltou uma análise de como o racismo estrutural afeta a construção social das hierarquias de gênero, impedindo-me de ver dinâmicas importantes relativas ao fenômeno da violência contra a mulher. Sem desconsiderar a gravidade do racismo, operei como se fosse possível colocá-lo em parênteses, suspendê-lo por um momento, para refletir sobre violência de gênero contra mulheres. (BERNARDES, 2018, p.165)

Tendo a escravidão na formação histórica da nossa região, não podemos deixar de considerar a perspectiva do racismo nas relações sociais de gênero. Percebemos que ainda falta uma análise mais aprofundada dos registros elucidando como se operam ‘racismo e sexismo’ juntos na violência doméstica.

A violência de gênero é produzida em nossa sociedade que tem como base o patriarcado. Saffioti e Almeida também nos trazem uma ideia do que é a construção desta cultura que permeia nossas vidas, nos espaços privado e público:

Se os homens cometem e sofrem violências no espaço público, reinam soberanos no espaço privado, como detentores do monopólio do uso "legítimo" da força física. Com efeito, o domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os性os, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos / estupros graças a posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. E com esta estrutura que a família tem garantido *status quo*, pleno de privilégios para os homens, sobretudo ricos e brancos. (SAFFIOTI; ALMEIDA. 1995, p.33)

É necessário compreender como, apesar dos esforços empreendidos para a sua proteção, essas mulheres sofreram a violência e sobreviveram para contar e viver outras histórias significam o fenômeno. Através delas podemos oportunizar a todas aquelas que foram caladas/silenciadas a mostrar que, apesar das relações abusivas, da naturalização da violência, das relações forjadas no domínio patriarcal, da fragilidade e precarização das políticas de proteção, as mulheres conseguiram romper com a violência. Esta escuta poderá nos permitir entender o que, como e porquê do fenômeno da violência e qual a maneira que estas mulheres fizeram a ruptura. Sobretudo, desafiamo-nos a ouvir o relato das mulheres agredidas,

procurando nos colocar numa posição de escutar a realidade sem os véus colocados pelo patriarcado, sexism, religião e pelo racismo que condiciona as mulheres e se manterem em relacionamentos abusivos em “nome da conservação da família” naturalizando, assim, a violência como um componente habitual ao casamento.

3 OBJETIVO GERAL

Conhecer a significação da violência através da escuta das mulheres agredidas em Turmalina.

4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o fenômeno da violência contra a mulher no município de Turmalina, Minas Gerais, Brasil, a partir da escuta das mulheres que romperam o ciclo da violência no acesso às políticas públicas instituídas no município.
- Sistematizar os dados da violência doméstica contra a mulher no meio rural e urbano no município de Turmalina.
- Identificar a estratégia e os impactos da organização da rede de atendimento na vida das mulheres vítimas de violência.

5 METODOLOGIA

Estudo de caso com abordagem quantitativa (dados secundários públicos e dados primários descriptivos) e qualitativa (entrevistas com roteiro semi-estruturado). Serão levantados dados demográficos do município de Turmalina em fontes secundárias (como IBGE e Datasus) e também dados do serviço público local de atendimento (CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social), além de entrevistas, com roteiro semiestruturado, com mulheres que vivenciaram a violência doméstica e que acessaram e/ou foram atendidas pela rede de enfrentamento à violência no município. O roteiro de entrevista objetiva escutar as mulheres a partir de cada experiência vivida, situando o que as fazem permanecer nos relacionamentos violentos. Hipotetizamos que as influências religiosas, morais, racistas e culturais possam estar atreladas à permanência. Serão convidadas a participar até 10 (dez) mulheres agredidas que constarem nos registros dos órgãos da Rede de Atendimento de Turmalina e que foram atendidas pela mestrandra quando ainda era trabalhadora do serviço de atendimento. Contato prévio foi

realizado com estas mulheres para que fosse possível pensar a dinâmica/estrutura da pesquisa, aproveitando o vínculo com a pesquisadora e por ser um assunto delicado e passível de reavivar emoções tristes em quem conta.

6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS OU FINAIS

A pesquisadora, no atendimento às mulheres agredidas em seus lares no município de Turmalina, foi construindo percepções acerca da violência, das políticas públicas de atendimento, os impactos destas políticas na vida das mulheres e quais os mecanismos que estas criam e que fogem às análises e aos dados oficiais. Muitas realidades que estão por “detrás da porta” são ignoradas pelo Estado, enquanto órgão protetor. Estas realidades não sendo notificadas são desconhecidas como mecanismos de enfrentamento ao fenômeno “violência doméstica”. Nos atendimentos realizados muitas das mulheres desenvolveram uma confiança na profissional da rede ao relatarem outras nuances de como conseguiram vencer a violência ou qual foi exatamente o momento em que conseguiram ter forças para denuncia-la. Uma violência nunca é denunciada em curto prazo. Os estudos mostram o ciclo da violência, como ela inicia e pode progredir, mas estes estudos não fazem parte da reflexão e cotidiano destas mulheres. Falar sobre violência doméstica ainda é um tema tabu, e sendo assim é mantida na sociedade sob o silenciamento. Ao permanecer entre quatro paredes, a solução da violência doméstica fica atribuída à mulher, pois foi construído culturalmente que a responsabilidade do espaço doméstico é dela. Ao sair da invisibilidade por extrapolar as quatro paredes, a violência doméstica passa a ser entendida e analisada como um problema de segurança pública e não mais de solução privada, e sua naturalização passa a ser questionada. Ao dar voz a estas mulheres agredidas, procuramos compreender quais mecanismos usados por elas que irão contestar o que está arraigado no aprendizado colocado pelo patriarcado á vida das mulheres, argumentando também qual o alcance real das políticas públicas de proteção. Por fim, a importância de se compreender as formas que o patriarcado opõe as mulheres é fundamental para vislumbrar a construção da resistência as formas de violência doméstica e contra a mulher. No cenário específico do estudo em curso, a questão racial pode emergir como um fator que implica a manutenção do ciclo de violência, pois o Jequitinhonha se configura com um espaço geográfico no qual, a população não branca é majoritária, e Turmalina encontra-se situada em tal região. A pesquisa, no que tange as entrevistas, em si, ainda não foi iniciada por

estar aguardando a aprovação do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) da UFVJM. Não obstante, avaliamos ser pertinente a apresentação neste evento, de modo a partilharmos a construção metodológica, situar os referenciais com os quais estamos trabalhando, o fenômeno social da violência e, sobretudo, a problematização de ouvirmos as mulheres sem as vitimizá-las pelo julgamento moral patriarcal. Assim, no debate público, na interlocução do fazer científico, poderíamos ampliar o olhar, discutir o processo que nos leva a problematizar a implementação da política pública pelo lugar social da assistente social e pesquisadora, mulher, mulher negra pela sua experiência, assim como os dados relativos à pesquisa de mestrado, já que o evento acontecerá em data posterior a esta postagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 11.340, Lei Maria da Penha de 01 de agosto de 2006.

Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 01 dez. 2019.

BERNADES, Márcia Nina. Racializando o Feminicídio e a Violência de Gênero: Reflexões Sobre a Experiência Brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL GÊNERO E DIREITO: DESAFIOS PARA A DESPATRIARCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA NA AMÉRICA LATINA. 2018, Rio de Janeiro. **Anais de Seminários**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018. p. 163-194. Disponível: https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/volume2/versao_digital_II/. Acesso em: 14 ago. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: Poder e impotência**. RJ: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. SP: 2ed. Expressão Popular, 2015

**EIXO III: GÊNERO, VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS
TECNOLOGIA E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
NA PANDEMIA DO COVID-19**

Hanna Rossi Roehe
hannaroeh@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Basta olharmos à nossa volta para verificar como as novas tecnologias fazem parte do nosso cotidiano. Apesar do seu uso ser cada vez mais disseminado, a relação entre a tecnologia e a prevenção da violência contra mulheres tem sido pouco estudada (TAVARES; CAMPOS, 2018). Diante da pandemia de COVID-19 foram traçadas estratégias no âmbito governamental e não governamental a fim de realizar o devido enfrentamento à violência doméstica. Nesse cenário de exceção, a principal estratégia foi a utilização de meios digitais para a realização de denúncias e monitoramento das medidas protetivas (MARCOLINO *et al.*, 2021).

Analisar o uso da tecnologia para prevenção à violência contra mulheres é particularmente relevante no Brasil, país que, conforme a Organização Mundial da Saúde – OMS (2015), tem uma das mais elevadas taxas de feminicídio do mundo. A situação foi ainda mais agravada face à quarentena domiciliar determinada pelas autoridades governamentais para barrar os avanços do COVID-19. Isso colocou as mulheres em contato diário com seus parceiros, tornando-se um potencializador das violências domésticas (MARCOLINO *et al.*, 2021). Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), entre fevereiro e maio de 2020, lapso em que havia medidas de isolamento social mais restritivas, o Brasil teve a sua maior incidência de feminicídios em comparação ao ano de 2019.

Existem dois dispositivos de segurança pioneiros no enfrentamento à violência doméstica no Brasil: o Botão do Pânico e o PLP 2.0. O aplicativo PLP 2.0 foi descontinuado meses antes do início da pandemia, já o Botão do Pânico tem sido disponibilizado para mulheres em situação de violência doméstica, tendo seu uso ampliado para outros estados. Outrossim, está em tramitação o Projeto de Lei nº 4961/20, que prevê a inclusão do Botão do Pânico no inciso VI do art. 22 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Nesse sentido, é imperioso verificar as potencialidades e os limites desses aplicativos para a prevenção da violência

doméstica. Ressalta-se que o presente trabalho é uma versão reduzida e atualizada do artigo “Tecnologia e violência contra a mulher: análise dos aplicativos PLP 2.0 e Botão do Pânico”, publicado na Revista Latino-Americana de Criminologia. Assim, pretende-se debater a utilização da tecnologia no enfrentamento à violência doméstica, os agravos na violação aos direitos humanos das mulheres no contexto da pandemia de COVID 19, de modo a tentar responder se tais dispositivos tecnológicos podem ser utilizados como medidas protetivas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, inclusive após o contexto de isolamento social vivido nos últimos dois anos.

2 METODOLOGIA

No que se refere à metodologia utilizada, trata-se de documental, com técnica de revisão bibliográfica, utilizando-se da abordagem crítica. A revisão bibliográfica de cunho exploratório se deu por meio de buscas nos sites dos Tribunais de Justiça, o critério de inclusão utilizado foi notícias que possuíam as palavras-chave “botão do pânico”. Dos 27 Tribunais de Justiça, 12 estados fazem uso do Botão do Pânico, sendo escolhido 4 iniciativas para serem objeto do presente estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Botão do Pânico, idealizado pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), foi lançado no ano de 2013 e alia a tecnologia ao enfrentamento à violência doméstica. O funcionamento do dispositivo é simples, visto que deve ser acionado pela mulher diante do descumprimento das medidas protetivas impostas ao agressor. Após ser acionado por 3 segundos, um alerta é automaticamente enviado às Patrulhas Maria da Penha e à Central do Dispositivo de Segurança Preventivo (DSP) que, a fim de garantir a integridade da vítima, atenderão à ocorrência. Ainda, imediatamente após acionado o Botão do Pânico, inicia-se uma gravação da ocorrência, que será acessada instantaneamente pela Central (TAVARES; CAMPOS, 2018). Atualmente o Botão do Pânico está presente em diversos estados do Brasil, porém por meio de duas formas diferentes, sendo uma via dispositivo próprio e outra por meio da utilização de aplicativo baixado no smartphone.

A Bahia conta com dispositivo próprio idealizado nos moldes do Botão do Pânico original, devendo ser acionado quando a mulher está em situação de perigo.

O diferencial de tal dispositivo é que tanto a vítima como o agressor são notificados quando é ultrapassado o limite mínimo de 500 metros de distância entre ambos, distância limite quando vigente a medida protetiva. Nesse contexto, o agressor utiliza tornozeleira eletrônica a fim de viabilizar sua exata localização (G1 BAHIA, 2022). Os dispositivos disponibilizados na Bahia e no Espírito Santo possuem poucas mulheres abrangidas por eles. No ano de 2022 apenas 51 mulheres estão utilizando o dispositivo na Bahia (G1 BAHIA, 2022), no Espírito Santo não há dados atualizados da abrangência do aplicativo, conforme pesquisa realizada em 2019, apenas 14 mulheres estavam o utilizando na época, sendo todas do município de Vitória (ARRUDA, 2019).

A utilização de todos os aplicativos aqui elencados são exclusivos para mulheres com Medida Protetiva. Nota-se barreiras em sua utilização, pois caso desabilitado o GPS ou se o smartphone estiver sem rede de dados móveis, os aplicativos não funcionam. Nesse contexto, é importante destacar que muitas mulheres pobres não possuem acesso à internet e smartphones, o que vem a cercear a utilização das tecnologias que só funcionam por meio de redes móveis. A pandemia do COVID-19 afetou de modo mais agressivo mulheres pobres e negras, que sofrem com a precarização de trabalhos e com o aumento do trabalho informal em razão da crise sanitária e econômica que assola o país. Tal situação se intersecciona com a acessibilidade dos aplicativos que dependem do uso de redes móveis, dificultando o acesso. Devemos, por meio de um feminismo interseccional, dar voz para as mulheres que ocupam essas duas zonas de morte (LOBO, 2020).

Outrossim, o Botão do Pânico nos moldes de utilização no município de Vitória - ES e no estado da Bahia possuem baixa abrangência e têm valores mais elevados por dependerem da utilização de dispositivo de segurança próprio e no caso do dispositivo da Bahia, de tornozeleira eletrônica.

Além disso, deve-se realizar estudo mais aprofundado sobre o Projeto de Lei nº 4961/20. Apesar da tecnologia ser uma alternativa para o enfrentamento da violência doméstica, seria necessária a instituição de fato do dispositivo de segurança Botão do Pânico e da tornozeleira eletrônica enquanto política pública de âmbito nacional. Outrossim, importante ponderar que as medidas protetivas previstas na lei não são exaustivas e o/a juiz/a poderá determinar outras medidas para a melhor proteção da mulher. Nesse sentido, iniciativas tecnológicas como o Botão do Pânico e o PLP 2.0 já têm sido aplicadas em diversos juizados e varas de violência doméstica e familiar, não sendo necessária a alteração legislativa para a

vivibilidade do uso de tais dispositivos e aplicativos.

Ressalta-se que não se trata de um rol exaustivo os aplicativos aqui elencados, pois há iniciativas no estado de Alagoas, Amazonas, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins que não foram avaliados, devendo ser objeto de estudo mais aprofundado. Outrossim, não há pesquisa específica apontando todos os estados em que possuem Botão do Pânico, seja via dispositivo de segurança ou então via aplicativo disponibilizado para smartphones.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As inovações tecnológicas que visam o enfrentamento à violência doméstica têm baixas divulgações e poucos incentivos governamentais para suas implementações enquanto políticas públicas. A euforia inicial com o botão do pânico deve dar lugar à cautela, pois há questões que devem ser pensadas, tais como a privacidade dos dados das mulheres, a segurança de fato quando o app é acionado, o manuseio correto, a segurança das mulheres em comunidades violentas, dentre outras. A tecnologia atrelada ao enfrentamento da violência doméstica é uma discussão relativamente nova, devendo ser estudada de modo mais aprofundado a fim de corrigir falhas que inviabilizam a efetividade dos aplicativos que visam o enfrentamento da violência doméstica.

Ou seja, os aplicativos aqui elencados são mecanismos válidos para uma situação de crise, mas não uma solução para o problema da violência contra mulheres, pois esta requer uma mudança cultural nas relações de gênero no país e o cumprimento da política de atendimento integral prevista na lei Maria da Penha. Os aplicativos podem ser um recurso interessante se compatibilizados com políticas públicas de prevenção à violência e de construção de relações igualitárias de gênero.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Isabella. **Proteção limitada: apenas 14 mulheres usam o Botão do Pânico no ES.** A GAZETA. Disponível em: <https://bitlyli.com/fakRS>. Acesso em: 09. abr. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4961, de 20 de outubro de 2020.** Altera artigos da Lei nº 11.340 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Brasília: Câmara

dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://bitlyli.com/VVuul>. Acesso em: 09. abr. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência contra mulheres em 2021. 2021. Disponível em: <https://bitlyli.com/BqZnb>. Acesso em: 09. abr. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Botão do Pânico gera 200 atendimentos e Estado amplia acesso a mulheres de mais cidades.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <https://bitlyli.com/eqACS>. Acesso em: 09. abr. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plataforma SOS Mulher apoia mulheres vítimas de violência. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <https://bitlyli.com/aGatpY>. Acesso em: 09. abr. 2022.

G1 Bahia. 'Meu companheiro inseparável', diz baiana com medida protetiva sobre utilização do 'Botão do Pânico'. GLOBO. Disponível em: <https://bitlyli.com/aEyGq>. Acesso em: 09. abr. 2022.

LOBO, Janaina Campos. Uma outra pandemia no Brasil: as vítimas da violência doméstica no isolamento social e a “incomunicabilidade da dor”. **Revista de Antropologia e Arqueologia TESSITURAS**, Pelotas, jan-jun 2020, v.8, s.1, pp. 21-26.

MARCOLINO EC, SANTOS RC, CLEMENTINO FS, LEAL CQAM, SOARES MCS, MIRANDA FAN, SOUTO RQ. O distanciamento social em tempos de Covid-19: uma análise de seus rebatimentos em torno da violência doméstica. **Revista Interface (Botucatu)**, vol. 25, pp.1-19, 2021.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Homicídio contra negras aumenta 54% em 10 anos, aponta Mapa da Violência 2015.** 2015. Disponível em: <https://bitlyli.com/ObDYO>. Acesso em: 08. abr. 2022.

TAVARES; Ludmila Aparecida. CAMPOS, Carmen Hein de Campos. O Botão do Pânico e a Lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília: UniCEUB, vol. 8, n.1, p.396-420, abr. 2018.

EIXO III: GÊNERO, VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

**VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA COMO FORMA DE OPRESSÃO AO SER E
ESTAR MULHER**

Fernanda Pereira Labiak
fernanda_labiak@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A violência psicológica é uma entre tantos outros tipos de violência de gênero contra as mulheres (física, sexual, moral, patrimonial etc.), a qual pode assumir a forma de qualquer conduta ofensiva (coação, difamação, insultos, humilhações, ameaça velada, assédio etc.), que prejudica o seu pleno desenvolvimento, ou que visa degradar, ou controlar seus comportamentos, suas ideias, crenças e decisões, geralmente produzindo danos emocionais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018). O agravante dessa violência é a sua (re)produção cultural inserida por meio de discursos e práticas dos sujeitos nos diversos espaços por onde transitam.

Por ser geralmente praticada em concomitância com outros tipos de violações de direitos, a violência psicológica não era reconhecida como independente, recebendo relativamente menos atenção do poder público em políticas de enfrentamento (prevenção e coibição). Todavia, diversos estudos epidemiológicos em diferentes países mostraram que a violência psicológica pode causar tanto dano (ou possivelmente mais danos), quanto as violências física, sexual ou moral (DOKKEDAHL; KRISTENSEN; MURPHY; ELKLIT, 2021). Isto é, a exposição das mulheres à violência psicológica, seja a curto, médio ou longo prazos, tendem a produzir impactos negativos na sua saúde física e mental, bem como favorecem o aparecimento de comportamentos suicidas (LABIAK *et al.*, 2022).

Os impactos negativos da violência psicológica, variam de acordo com a constituição biopsicossocial de cada mulher. Em outras palavras, não há um padrão que descreva como as vítimas reagem às diferentes manifestações e intensidades da violência psicológica. Porém, de modo geral, têm se estudado, ao longo dos anos, que atos de violência psicológica atingem as vítimas de maneira que modificam o seu ser e estar em/na sociedade, por interferirem negativamente no autoconceito, autoestima e autoimagem, repercutindo na capacidade de iniciar e manter relacionamentos interpessoais saudáveis em diferentes contextos (LABIAK *et al.*, 2022).

A interferência negativa no autoconceito altera a percepção da ideia que as vítimas de violência psicológica têm de si mesmas nas dimensões afetivo-emocional, ético-moral, autonomia e autorrealização. Do mesmo modo ocorre com a autoestima (relacionada ao quanto o sujeito se gosta e se valoriza) e a autoimagem (relacionada ao reconhecimento das potencialidades, atitudes e saberes enquanto sujeito) que, por vezes, são distorcidas mediante a violência psicológica, dificultando que as vítimas tenham consciência de que a violência está acontecendo e, ainda, isso tende a bloquear a motivação, confiança ou otimismo para criar condições favoráveis para sair da situação de violência que se encontram.

Por se tratar de uma violência de gênero contra as mulheres, a violência psicológica está sujeita a ocorrer em qualquer lugar onde elas se encontram (contexto doméstico, escolar, laboral, de comunidade religiosa, esporte etc.), porque ela é uma forma de opressão potente que visa, entre outros aspectos, minimizar, tolher e restringir o ser e estar mulher como sujeito social. Contudo, por ser naturalizada na sociedade, a violência psicológica é pouco compreendida por quem a sofre; e, por isso, é importante entender como essa violência de gênero contra as mulheres se manifesta em diferentes contextos. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é investigar as manifestações da violência psicológica em diferentes contextos sociais.

2 MÉTODO

Com vistas a atender e a atingir o objetivo deste estudo, foi realizada uma pesquisa descritiva, exploratória e de natureza qualitativa. Para a coleta de dados foi elaborado no *Google* formulários um questionário com questões abertas e fechadas, o qual foi disponibilizado em redes sociais de comunicação e interação, no período de 01 de fevereiro a 31 março de 2022, a fim de que pudesse ser respondido por mulheres em território nacional. Os dados foram analisados e interpretados mediante estatística descritiva no *Microsoft Excel®* 4.0. As respostas das questões abertas foram analisadas utilizando a técnica Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fizeram parte da pesquisa 604 mulheres, de diferentes estados brasileiros,

com idades entre 16 e 66 anos. Todas as respondentes assinalaram ter sido vítimas de algum tipo de violência psicológica ao longo da sua vida, sendo que a maioria das respondentes (66%) apontaram que o(s) autor(es) da violência psicológica relatada neste estudo não praticaram outras formas violências como, por exemplo, patrimonial, moral, física e/ou sexual. Este dado reafirma a necessidade de compreender a violência psicológica como independente e dissociada de outras formas violentas, a fim de identificar suas dimensões e consequências.

No Quadro 1, foram apresentados três relatos de mulheres violentadas psicologicamente, no intuito de demonstrar os diferentes contextos e manifestações dessa violência.

Quadro 1 - Relatos de mulheres vítimas de violência psicológica

Descrição da violência psicológica	Repercussões da violência (sinais, sintomas, doenças, transtornos etc.)	Denúncia
R1: Eu era constantemente pressionada e coagida a participar de reuniões e eventos sociais relacionados ao trabalho. Tais eventos aconteciam fora do horário destinado às minhas funções laborais. Eu não podia comparecer aos eventos, porque tinha que cumprir outras demandas que não estavam relacionadas àquele trabalho. As palavras utilizadas pelas pessoas que me violentavam era: 'não é solidário, não é colaborativo e não é legítimo estar aqui na empresa e não dar o sangue. É vergonhoso para a empresa ter pessoas que não vestem a camisa e não arrumam tempo para participar dos eventos em que somos convidados'. Me sentia agredida, inferiorizada, desvalorizada, humilhada e rebaixada perante os colegas de trabalho, sentia vergonha de ser tratada daquela forma. Minha sensação era que todo o trabalho que realizava na empresa não era reconhecido. Era como se toda a minha dedicação no dia a dia da empresa fosse reduzida a não poder comparecer aos eventos fora do horário de trabalho. Eu sempre estudei muito e sempre fui muito dedicada naquilo que me proponho a fazer, mas eles me faziam sentir desqualificada.	Fiz terapia com uma psicóloga para entender a carga emocional intensa decorrente do trabalho. Chorava, me sentia triste, não tinha vontade de ir trabalhar, sentia medo de me expressar no trabalho, insegurança, tinha o sentimento de que as pessoas não legitimavam minhas ideias. Tive episódios de depressão.	Não denunciei, porque não sabia como fazer diante das subjetividades da situação.

<p>R2: Meu namorado me acusava de traí-lo sexualmente com outros homens. Ofendia minha integridade me fazendo sentir promiscua. Ele me fazia acreditar que estava com ciúmes e não queria me perder porque me amava. Com o passar do tempo descobri que ele me traía, e que estava tentando camuflar suas ações me agredindo psicologicamente.</p> <p>Eu gastava toda minha energia me defendendo das acusações e tentando provar que o amava. Eu não compreendia que estava vivenciando uma violência. Foi assistindo um filme que comecei a me dar conta que estava num relacionamento abusivo.</p>	<p>Eu me sentia sempre cansada, amedrontada, apreensiva, tinha crises de ansiedade. A tensão era alta, meus cabelos começaram a cair. O dermatologista me indicou terapia para tratar de questões emocionais.</p>	<p>Não denunciei. Não tinha conhecimento que podia denunciar esse tipo de situação.</p>
<p>R3: Na escola, eu sofri com críticas maldosas. Havia um grupo de meninas que me faziam acreditar que eu não era capaz e que aquela escola não era pra mim. As meninas desse grupo eram as responsáveis por minar a aproximação de outros colegas até mim. Eu tinha 14 anos e não me manifestava nas aulas, porque riam de mim. Elas me faziam sentir feia e estranha.</p>	<p>Me sentia desprezada, não tinha vontade de ir mais para a escola. Desenvolvi dermatites. Eu me sentia bloqueada para estudar e saia mal nas provas. Tentei suicídio tomando medicamentos. Minha vontade era não acordar mais</p>	<p>Não denunciei. Tinham vergonha de contar o que estava acontecendo e ser mais humilhada na escola.</p>

Diante dos relatos, pode ser observado que a violência psicológica foi difícil de ser identificada e interpretada pelas vítimas; isso porque, num primeiro momento, elas não identificaram as agressões sofridas como violência psicológica, ou não se sentiram seguras para conversar sobre o assunto, e até mesmo denunciar formalmente nos órgãos competentes. Ademais, foi evidenciado estresse e ansiedade fortes que ocasionaram nas vítimas um estado de alerta permanente e de exaustão.

É muito comum que a violência psicológica seja praticada mediante reiterados atos, como especificados nos relatos, os agressores agredem psicologicamente em um dia, dão uma trégua no outro, voltam a cometer a agressão psicológica em seguida, e assim por diante. Entretanto, no Brasil, a violência psicológica foi tipificada como crime com a Lei nº 14.188 de 2021, a qual não se exige reiteração de condutas por não se tratar de crime habitual. Sendo assim, uma vez praticada a violência psicológica contra uma mulher (independentemente da idade), e comprovado o dano emocional, configura-se crime (LABIAK, 2021; BRASIL, 2021). Esta Lei abrange a violência psicológica contra as mulheres em qualquer contexto e não se restringe a vínculos domésticos e familiares.

A ausência de denúncias de violência psicológica está relacionada, entre

outros aspectos, com o desconhecimento das vítimas de como comprová-la. Segundo Labiak (2021) é possível comprovar judicialmente, o crime previsto na Lei nº 14.188 de 2021, por um conjunto de provas que se referem ao depoimento da ofendida, depoimentos de testemunhas, relatórios de atendimento médico, relatórios psicológicos ou outros elementos que demonstrem o impacto do crime (dano emocional) como a perícia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo enfatizam a importância de reconhecer a violência psicológica como um evento traumático independente, com graves consequências para a saúde física e mental. Quando as pessoas se conscientizam disso, começam a cobrar do Estado meios para prevenir e coibir essa violência, protegendo meninas e mulheres. Isso porque ao Estado cabe promover ações de enfrentamento às diferentes manifestações da violência de gênero contra as mulheres, entre elas, a violência psicológica.

Os relatos apresentados mostram singularidades características às participantes da pesquisa, e enfatizam o gênero como fio condutor da violência psicológica contra as mulheres. Sob a égide patriarcal, machista e sexista, as mulheres vivenciam muitas barreiras para se inserem e permanecerem no mercado de trabalho (R1); sofrem acusações pautadas em preceitos moralizadores de recato e bons costumes, nos quais sempre foram meios de a sociedade manter as mulheres em estado de servidão e subalternização (R2); e a beleza tem sido um pré-requisito imposto às mulheres para constituir a performance do ‘ser mulher’ com a finalidade de objetificar, obrigando-as a assumir papéis de submissão ao olhar outro (R3). Em outras palavras, desde a escola até os locais de trabalho, as mulheres convivem com o assédio e a subestimação como forma de opressão ao ser e estar mulher. Por isso, ressalta-se a relevância de novos estudos trazendo as características e as idiossincrasias da violência psicológica em diferentes culturas, contextos e tempos históricos para se aprofundar nesse paradigma, vislumbrando a sua erradicação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021.** Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14188.htm#art4. Acesso em 12 fev. 2022.

DOKKEDAHL, S., KRISTENSEN, T. R., MURPHY, S., & ELKLIT, A.. The complex trauma of psychological violence: cross-sectional findings from a Cohort of four Danish Women Shelters. **European journal of psychotraumatology**, 12(1), 1863580, 2021. <https://doi.org/10.1080/20008198.2020.1863580>

LABIAK, F. P. Violência contra mulheres: profissionais da psicologia abordam Lei Maria da Penha. Santa Catarina: **Santa Catarina News**, 2021. Disponível em <https://santacatarinanews.com/noticias/destaques/violencia-contra-mulheres-profissionais-da-psicologia-abordam-lei-maria-da-penha/> Acesso em 12 fev. 2022.

LABIAK, F. P.; CRUZ, R. M.; ARAÚJO, P. H. de M.; GUILLAND, R. CAMPOS, I. C. M.; VIEIRA, J. E.; KNAPIK, J.. Violência psicológica contra mulheres em Santa Catarina: onde estão os registros?. **Revista Plural**, ano 3, n. 4,p. 47-60, 2022. Disponível em <https://crpsc.org.br/edicoes-anteriores>. Acesso em 12 jul. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO: Addressing violence against women: Key achievements and priorities** (No. WHO/RHR/18.18). World Health Organization, 2018. Disponível em http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/275982/WHO_RHR-18.18-eng.pdf?ua=1 Acesso em 12 fev. 2022.

EIXO III: Gênero, violência e violação de direitos

VIOLENCIA DE GÊNERO: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM CRIMES DE VIOLENCIA SEXUAL

Kamila Almeida Silveira
kamilasilveira.jus@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO

A violência de gênero é uma forma de discriminação contra as mulheres, fruto de uma construção social patriarcal arraigada, que subjuga a capacidade feminina de ser pessoa de direitos, bem como de participar de forma digna, igualitária e relevante de todos aspectos sociais que lhe são inerentes. Uma das formas mais graves de violência de gênero é a violência sexual e o Estado tem o dever de adotar medidas para combatê-la, evitando a reprodução de estereótipos discriminatórios por meio de instituições (executivo, legislativo e judiciário) em todos os níveis. No entanto, decisões do Poder Judiciário têm reproduzido violência. Este artigo analisa um Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; (TJRS), no ano de 2006, que estigmatizou a vítima e não puniu o acusado, valendo-se de expressões discriminatórias como por exemplo, “eram meninas de rua”, “já não era virgem”, “não são confiáveis”, “a ofendida estava mergulhada num quadro de prostituição”, entre outros (RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação nº 70014052112, Rel. Des. Paulo Moacir Aguiar Vieira, 6ª Câmara Criminal, 16 de março de 2006).

2 JUSTIFICATIVA

A reflexão acerca da violência de gênero cometida pelos órgãos do sistema de justiça, é urgente e de extrema importância, uma vez que as decisões judiciais servem, não apenas como jurisprudência para embasar outras decisões no mesmo sentido, mas também tem impacto na vida concreta das mulheres.

Se de acordo com a Constituição Federal brasileira, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo que “*homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações*”, o que se observa é que a teoria e a prática não “andam” juntas.

A violência sexual pode ser definida como qualquer ato ou contato sexual onde a vítima é usada para a gratificação sexual de seu agressor sem seu consentimento, por meio do “uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça” (SOUZA, ADESSE, 2005, p. 20).

No Brasil, os crimes de natureza sexual ainda ocupam as manchetes dos jornais quase que diariamente, por isso, não se pode permitir a imposição de barreiras de acesso à Justiça, pois essas dificuldades se transformam em estatísticas inadmissíveis de impunidade.

De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2019, no Brasil, um estupro é registrado a cada 8 minutos; 85% das vítimas são mulheres; em 70% dos casos, a vítima é criança ou vulnerável; quase 84% dos estupradores são conhecidos das vítimas.

Com objetivo atrair a atenção para o tema da discriminação de gênero, o trabalho apontará as falhas nos fundamentos jurídicos que embasou uma decisão estereotipada pelo Poder Judiciário em um caso de violência sexual contra uma criança, retratando como a desigualdade de gênero pode prejudicar a eficácia da justiça.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza básica, o método aplicado é um estudo de caso de uma decisão judicial proferida pelo TJ/RS, a partir das recomendações do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), bem como da Convenção de CEDAW, Convenção de Belém do Pará, além de doutrinas relativas ao tema. A abordagem tem caráter qualitativo e exploratório, pois permite compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2006, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul absolveu um homem acusado de ter tentado estuprar uma menina com 13 anos de idade. Segundo a denúncia em 19.07.2003, o acusado foi denunciado pela prática dos crimes de estupro tentado (art. 213, caput, CP), atentado violento ao pudor (art. 214, caput, CP) e prostituição de menores (art. 244-A, ECA), com presunção de violência, por ser a vítima menor de 14 anos (art. 224, “a”, CP) e aumento de pena em razão do

agente ser casado (art. 226, III, CP). A vítima, com 13 anos na época dos fatos, declarou que procurou o Conselho Tutelar a fim de ser encaminhada para um abrigo visto que estava em situação de rua. Durante o período em que lá permaneceu, conheceu o então acusado, que era motorista do Conselho Tutelar e que, aproveitando-se do seu cargo, realizava “programas” com outras meninas internas.

O Tribunal argumentou que:

“já não era mais virgem, sendo que o desvirginamento não era recente; a ofendida já estava inserida num quadro da prostituição juvenil, mesmo antes de ter conhecido o denunciado, que era motorista da Casa de Abrigo das Meninas; é temerário eleger-se a palavra da ofendida e de sua amiguinha como a melhor prova para dar como existentes os fatos, e assim condenar o réu; as informações trazidas por essas menores não são confiáveis; a ofendida estava mergulhada num quadro de prostituição, sendo explorada sexualmente pelo estuprador Gelson, vulgo “Fumaça”; fragilizada a vítima dessa forma, imersa no submundo da prostituição e da miséria humana, onde também rolava a droga, suas declarações não podem ser tidas como confiáveis” (RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação nº 70014052112, Rel. Des. Paulo Moacir Aguiar Vieira, 6ª Câmara Criminal, 16 de março de 2006).

A decisão viola a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres porque reproduz estereótipos de gênero, discriminando meninas. Segundo a Convenção CEDAW, constitui discriminação contra as mulheres “*toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo*”.

Importante mencionar que a adoção desse instrumento é o ápice de várias décadas de esforços em âmbito internacional, com o intuito de proteger e promover os direitos das mulheres em âmbito global. (PIMENTEL, 2008, p. 15).

A decisão também viola a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) porque fere as recomendações que estabelece os direitos das mulheres a uma vida livre de violência.

Além disso, o acórdão viola a Lei Maria da Penha, uma vez que a finalidade dela é coibir atos de violência contra a mulher, de quaisquer tipos, garantindo a proteção necessária, seja no âmbito familiar, em uma relação de afeto ou qualquer outra circunstância. Cumpre ressaltar, que o surgimento da referida Lei, ocorreu justamente pela violação dos direitos de uma mulher em meio à omissão do Estado, condição essa que se assemelha ao caso julgado pelo Tribunal.

Por fim, viola também o Estatuto da Criança e Adolescente porque se tratava de uma criança que teve a sua dignidade atingida por abusos sexuais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê em seu artigo 5º: “*que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais*”.

Nota-se, que houve por parte do Estado, uma violação de todos os dispositivos mencionados, além dos abusos sofridos pelo agressor, a vítima também teve seus direitos violados por quem tinha o dever legal de proteger.

Importante mencionar a criação Protocolo para Julgamento com perspectiva de gênero (CNJ, 2021) criado posteriormente ao acórdão em comento. Dito Protocolo busca evitar que decisões como essas sejam proferidas. Mas considerando o marco normativo à época existente, a decisão é violadora dos direitos humanos das meninas e mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da evolução a passos largos para conquistar a igualdade de gênero nas relações sociais, além dos abusos sexuais praticados contra meninas, há também a violência institucional, que se caracteriza pela ausência de proteção jurídica pelas instituições responsáveis por efetivar os dispositivos normativos e decisões que reproduzem estereótipos de gênero.

O que se vê na realidade, é que as crianças exploradas pela prostituição na sua grande maioria, não tiveram oportunidades ou melhorias de vida, que moram em regiões onde não há segurança e são muito vulneráveis.

Percebe-se a urgência na capacitação dos servidores, magistrados, desembargadores e demais profissionais do sistema de justiça, para que apliquem o marco normativo internacional, especialmente as Convenções de Direitos Humanos das Mulheres, evitando a reprodução da discriminação e da violência baseada no gênero contra mulheres e meninas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constituicao.htm. Acesso em 10/04/2022.

ONU. Convenção sobre todas formas de discriminação contra a mulher. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em 11/04/2022.

CULTURA do estupro: 85% das vítimas no Brasil são mulheres e 70% dos casos envolvem crianças ou vulneráveis. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2020/12/17/cultura-do-estupro-85-das-vitimas-no-brasil-sao-mulheres-e-70-dos-casos-envolvem-criancas-ou-vulneraveis/> Acesso em 13/04/2022.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848/1940. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto_lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 11/04/2022.

BRASIL. Decreto Lei nº 4.377/2002. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em 11/04/2022.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069/1990. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 12/04/2022.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340/ 2006. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 12/04/2022.

PIMENTEL, Sílvia. Experiências e Desafios: Comitê sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW/ONU. Brasília: SPM, 2008. 92p.

Souza, Cecília Mello, Adesse, Leila. **Violência sexual no Brasil:** perspectivas e desafios, 2005, pg. 20, Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_sexual_brasil.pdf Acesso em 13/04/2022

TRIPODE, Mariana. Convenção de Belém do Pará pode ser usada contra a violência de gênero. 03/09/2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-set-03/tripode-convencao-belem_violencia-genero. Acesso em 13/04/2022.

**EIXO IV:
GÊNERO, FEMINISMOS, POLÍTICA E DEMOCRACIA**

EIXO IV: GÊNERO, FEMINISMOS, POLÍTICA E DEMOCRACIA

DILMA ROUSSEFF, UMA DISCUSSÃO ANTROPOLOGICA DE POLÍTICA E GÊNERO

Karlene da Silva Andrade
karlenesilvaandrade@gmail.com

Juliana Silva Chagas
ju.schagas@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos uma abordagem sobre gênero no campo político nacional sob o ponto de vista antropológico, partindo de uma reflexão sobre a representação da ex-presidente Dilma Rousseff no cenário brasileiro. Objetivamos tensionar algumas das reverberações que a categoria gênero é capaz de mobilizar, ao pensarmos parte da trajetória de uma mulher(cis) situada em um ambiente histórico majoritariamente masculino da política institucional. O trabalho¹³ se justificou no debate contemporâneo bastante vivo, sobre o modo como marcadores de gênero, classe, raça e sexualidade, fornecem tensões socioculturais nos espaços políticos. Percebemos como mulheres se movem ao longo dessas redes que demarcam poder, consequentemente hierarquias e desigualdades no signo da distinção entre masculino e feminino.

A categoria gênero é colocada enquanto categoria política, relacional e constitutiva dos indivíduos e das culturas. Tal debate não se esgota e está situado culturalmente, ou seja, não se é apenas “mulher”, o conceito se funde com outras complexas intersecções que moldam as experiências dos sujeitos femininos. Entende-se as/os sujeitas/os do discurso, no campo político e social, como materiais semióticos, dotados de ação, engenhosidade, subversão, podendo, portanto, ocuparem múltiplas posições na sociedade, engendrando-a e re-articulando-a, de modo a criar rasuras nas estruturas sociais (ABU-LUGHOD, 2012). Nesse sentido, podem propor distenções nas estruturas, ao adotarem outras posições que não as estabelecidas pela cultura, sexo e gênero, como também serem objeto de de

¹³ Fruto de parte do trabalho de monografia apresentada em junho de 2018 na Universidade Federal do Ceará (UFC), por Karlene da Silva A., para obtenção do título de bacharela em Ciências Sociais.

contraposições ao longo desse movimento dialético.

Ressalta-se que gênero é uma categoria analítica complexa, marcador ocidental que pode ser atualizado de acordo com as temporalidades e as mudanças na sociedade. Assim, tornar-se mulher (BEAUVOIR, 2009) é algo a ser desvelado (KOFES, 1993), da mesma forma, podemos entender a política como um conjunto de relações que se estabelecem materialmente e que consequentemente engendram concepções próprias e revelam estruturas que a (des)estabilizam (FOUCAULT, 2017). Pontua-se que o Brasil tem bases políticas estatais que foram forjadas pela colonização, assim suas práticas podem mostrar-se tanto sexistas quanto racistas¹⁴.

Nesse sentido, a relação de mulheres (cis e trans) com a política institucional¹⁵ tem sido historicamente desfavorecida. Primeiramente, de forma hegemônica, foi-lhes negado o lugar político, pois este não seria um espaço para figuras femininas atuarem, alegando características “inatas” relativas ao seu “sexo”. Estabelece-se, então, relações de gênero hierarquizadas e baseadas sobretudo na divisão sexual do trabalho, em que mulheres não teriam capacidade para protagonizarem relações públicas, fora do eixo doméstico (PATEMAN, 1988). Sob a ótica da interseccionalidade¹⁶ – entre as categorias raça, classe e gênero – percebe-se quão maior é a distância de mulheres racializadas e de classe social baixa adentrarem em espaços públicos de poder. Desse modo, é crucial considerar racialidade ao analisar a trajetória política de Dilma Rousseff, mulher branca, além

¹⁴ O modelo de democracia burguesa implementado no Brasil após a queda da monarquia, além de influenciado pelas marcas materiais da modernidade, da expansão capitalista, segue o padrão eurocêntrico de governança, sendo, ao um só tempo, monoepistêmico e epistemicida, marcado pela colonialidade do poder. Deixa estratégicamente parcelas das minorias sociopolíticas à margem dos espaços decisórios institucionais (QUIJANO, 2009).

¹⁵ Referimo-nos àqueles espaços político-partidários que fazem parte da estrutura do poder executivo, judiciário e legislativos, nos quais decisões sistematizadas são tomadas por grupos representativos da sociedade civil. Há que se ter em vista nesse debate que nosso sistema político nacional toma como base organizacional as referências do ocidente europeu, assim como nossa cultura, as relações sociais são marcadas pelo processo de colonização (GROSFOGUEL, 2018).

¹⁶ Nas palavras de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), “[a] interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, à interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente.” Com isso, é importante também considerar o intercruzamento com os diversos modos de feminismos, suas posicionalidades e suas conjunturas e condições materiais de existência, como apontados. Por exemplo nos trabalhos de Alejandra Lélia Gonzalez (2020) e Alejandra Ciriza (2015) nos casos dos movimentos de mulheres situados na América Latina.

disso, embora não ser parte de uma elite financeira, faz parte de uma elite intelectual partidária, filha de um empreiteiro e uma professora, militantes do partido comunista e que destinavam grande parte da renda familiar para a educação formal dos filhos.

No Brasil, mulheres são mais da metade da população, porém no Congresso Nacional observa-se que: em 2014, 11% dos cargos em disputa em todo o país ficaram com candidatas, enquanto em 2018 foram 15% (G1, 2018). Mesmo a maioria dos eleitores/as sendo mulheres, nos quadros de poder somos minoria; a busca pela igualdade em qualquer processo legal deveria ser cerne da prática democrática, porém observamos tais disparidades (MORITZ, RITA, 2020). Tais fatores e dados são características de sociedades em que mulheres são vistas como seres inferiores a homens, e papéis específicos são delegados para um e para outro a partir da socialização, baseando também como se faz política. Vale lembrar que a política feita por homens também move ideologias próprias da construção sócio-subjetiva desses sujeitos, assim como todos da sociedade em geral.

Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT) disputou pela primeira vez a presidência em 2010, e depois em 2014, tornando-se a primeira mulher eleita e reeleita no Brasil; processo histórico de luta feminista é crucial para tal representação feminina (Ver, p. ex., CIRIZA, 2007). Em 2016, Dilma sofreu “impedimento”, orquestrado, inclusive, pelo seu vice, Michel Temer (PMDB), e não completou seu segundo mandato. Chegar ao poder não garantiu a ela sua governabilidade. Ainda, a chegada de uma mulher ao poder não garante *per si* uma ruptura na forma de se fazer política. Dilma, apesar de ter tido apoio dos movimentos feministas, não avançou em muitos debates, como a legalização ou a descriminalização do aborto, sofrendo críticas por não enfrentar o patriarcado. Ainda, mesmo quando sujeitos femininos buscam inserção em práticas tidas socialmente como masculinas, isso não protege seus corpos de violências simbólicas, tanto no campo político e como no do direito, pois, assim como a construção se fez, a desconstrução dos padrões de gênero e de poder ocorre paulatinamente e com descontinuidades, mobilizadas com base nas ações dos sujeitos políticos.

2 METODOLOGIA

Observar práticas contraditórias é fundamental para entender qual (in)coerência estabeleceu-se a partir da criação e manutenção da constituição nacional. Refletimos, a partir das publicações e matérias jornalísticas postadas nas redes de circulação nacional, como a trajetória política presidencial de Dilma Rousseff, única mulher a se tornar presidente do Brasil, é pensada e colocada em evidência dentro das estruturas de poder na sociedade brasileira. Segundo Cunha (2005), a memória reinscreve, produz e reproduz situações, gerando cartografias únicas, a depender de seu narrador. Assim, arquivos possuem um valor contextual, pois um mesmo arquivo pode ser inserido em pesquisas distintas. Cada documento, como uma fotografia no jornal, estará aberto a novas interpretações, de acordo com o tempo e o contexto, o que antes para a imprensa era tido como ético, hoje ou no futuro poderá não ser mais.

A categoria política é lida na perspectiva de Mariza Peirano (1997), como um universo múltiplo, porém com estruturas referentes à historicidade e à forma de organização social próprias dos agentes observados, para entender como as relações são moldadas na atualidade. Assim, o campo deste trabalho consistiu na análise qualitativa de notícias e postagens veiculadas na mídia no último mandato de Dilma R. (2014 a 2016).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No campo do discurso e da antropologia política problematizamos os signos presentes nas narrativas veiculadas na mídia, principalmente depois das manifestações de junho de 2013, visto que os questionamentos que faziam sobre o tino político de Dilma R.¹⁷ e as diversas agressões simbólicas desferidas ao se referirem a ela, como a produção de caricaturas suas de cunho pornográfico¹⁸, incomodavam as mulheres que buscavam igualdade social (MORITZ; RITA, 2020). A sua deslegitimização por parte da mídia, da população civil e dos políticos, que avaliavam de forma negativa a presença feminina na presidência, é um sinal de que não se leva a sério mulheres na política, que a divisão do trabalho pautado na

¹⁷ Em 2010 foi o ano em que a primeira mulher, Dilma Rousseff, foi eleita democraticamente para ocupar à presidência da república, sua posse em 2011. Em 2014 foi reeleita. Durante o segundo mandato, iniciado em 2015, foi golpeada, por meio de um impeachment (2016), não cumprindo seu mandato até o fim. O segundo mandato foi marcado por inúmeras manifestações, que começaram principalmente em 2013, pelas contradições da Copa do Mundo no Brasil em 2014.

¹⁸ O governo fez denúncia ao MP de adesivo com ofensa a Dilma - A ministra (grifo nosso - note o erro de referência ao cargo que ocupava) pediu a proibição da produção, veiculação, divulgação, comercialização e utilização do produto, além da punição dos autores. (PORTAL TERRA, 2015)

dicotomia masculino x feminino ainda é forte no imaginário social (PATEMAN, 1988).

O que a presidenta na época sofreu não é um ato isolado e pontual, é reflexo de uma sociedade que conserva modelos patriarcais, em que a violência contra a mulher é naturalizada. Em contraponto ao que Dilma vivenciou, a presidência foi passada sem a prerrogativa do processo democrático representativo das eleições para um homem (*cis*), o qual representa simbolicamente toda uma classe hegemônica. Michel Temer, homem branco de classe social abastada, expôs sua família para representar uma moral específica, trazendo em si a representação do conservadorismo brasileiro¹⁹. Questão se acentuou ainda mais com a chegada de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os referenciais para o julgamento de mulheres e homens na política são diferenciados. Calcados na estrutura de gênero atual, consistem em avaliações que incidem de forma mais direta sobre a vida privada e o trato social no caso das mulheres: a avaliação de sua atividade profissional passa por seu maior ou menor ajustamento às regras de polidez feminina e das exigências morais de decoro e dedicação à vida familiar; e sobre a habilidade técnica e competitiva e a “firmeza” de atitudes, no caso dos homens (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 70). Quando uma figura feminina assume um cargo político, ela é julgada a partir de seu corpo e performatividade (BUTLER, 1990; 2003), tida como estranha no espaço institucionalizado, ideologicamente dirigido ao domínio masculino. A distinção de gênero foi central para Dilma ter sido retirada do poder por uma bancada de políticos, na maioria homens brancos, que a acusaram de não saber gerir um país. Um discurso bastante utilizado durante o processo de *impeachment* foi a acusação de que Dilma – uma economista e ex-ministra de Minas e Energias e da Casa Civil –, e o PT, tinha falido o país ao administrar medidas econômicas que priorizavam as necessidades básicas da população, como educação e saúde. As justificativas expressas pelos políticos da acusação tinham o teor conservador: “pela família tradicional brasileira”, estrutura na qual o papel da mulher é ficar em casa e cuidar dos filhos.

Percebe-se que ser mulher na política tenciona padrões impostos. Quanto

¹⁹ Ao assumir a presidência, em agosto de 2016, Temer diminuiu o número de ministérios e reduziu a zero o número de mulheres na Esplanada, algo que só ocorreu anteriormente no governo de ditadura de Ernesto Geisel (1974-1979) (MEMÓRIA EBC, 2016).

maior for o cargo maior o incômodo causado, pela forte hierarquia de gênero na democracia brasileira, uma vez que as normas internalizadas do sistema patriarcal atuam mesmo que não concordemos com elas. Ultrapassar os limites dessas normas, mesmo que de modo subsidiário, não nos possibilita passar incólumes ou sem repressão, como pudemos observar ao seguir a trajetória de Dilma. Uma reação a essas normas é produzida materialmente a partir da prática de vida propriamente dita, que escapa em alguma medida e se contrapõe às estruturas, na mesma proporção em que assume contornos políticos e rupturas nesse fazer. Paralelamente, as agressões que Dilma Rousseff sofreu indicam que o governo de uma mulher deixou marcas na estrutura de poder. Para Franco (2017), havia uma onda de conservadorismo se aprofundando tanto no país como no exterior, e tal questão se faz presente a partir da luta pela manutenção do poder da classe dominante, posto que quando grupos minoritários em direitos avançam temos registros de respostas da classe dominante, que se dão de forma conservadora e violenta. Ou seja, por mais contraditório que possa parecer, tal onda também é um sinal de que avançamos em direitos das minorias, e esse avanço faz com que haja a reação dos sujeitos conversadores de forma mais evidenciada. O caminho para o “bolsonarismo” não foi à toa nem algo “fora da curva”, mas esse assunto fica para uma próxima oportunidade.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas** v. 20, n.2, p.451-470, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory. In: CASE, Sue-Ellen (Ed.). **Performing feminisms, feminist critical theory and theatre**. Baltimore: The John Hopkins Press, 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CIRIZA, Alejandra. Apuntes para una crítica feminista de los atolladeros del género. **Estud. filos. práct. hist. ideas**, Mendoza, n. 9, p. 23-41, 2007.

CIRIZA, Alejandra. Construir genealogías feministas desde el Sur: encrucijadas y tensiones. Millcayac - **Revista Digital de Ciencias Sociales**, v. 2, n. 3 , 83–104,

2015.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 36, p. 7-32, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

G1. Nº de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias. São Paulo, 18 out. 2018. Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: FACINE, Adriana; BUNIACE, Avelin. **Tem saída?** Ensaios Críticos Sobre o Brasil . Rio de Janeiro: Zouk, 2017. p. 89-96.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. In: PISCITELLI, Adriana. **Cadernos Pagu**: de Trajetórias e sentimentos. Campinas, 1993.

MEMÓRIA EBC. Ministérios de Temer: Esplanada deixa de ter mulheres. 2016. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/brasil-e-o-unico-pais-da-america-do-sul-sem-mulheres-no-alto-escalao-do-governo-2nqb4usrxeuiuosdf1abalidi/>. Acesso em 20 jun. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, Campinas, v. 151, p. 55-81, jun. 2009.

MORITZ, Maria Lúcia; RITA, Mayara Bacelar. Mídia impressa e gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, [S.L.], v. 43, n. 2, p. 203-223, mai. 2020.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEIRANO, Mariza. **Antropologia política, ciência política e antropologia da política**. Três ensaios breves. Série Antropologia, n. 230, p. 15-26, Brasília, 1998.

PORTAL TERRA. **Governo faz denúncia ao MP de adesivo com ofensa a Dilma**. 2015. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-adilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9sgleRCRD.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESSES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009.

EIXO IV: GÊNERO, FEMINISMOS, POLÍTICA E DEMOCRACIA

NEM SERVA, NEM OBJETO: A NARRATIVA DAS MULHERES QUE (RE)EXISTEM AOS PAPÉIS DE GÊNERO NO CENÁRIO DA PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO NO MUNÍCPIO DE FORTALEZA-CE

Naddine Elkane Simão de Araújo
naddineelkane@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz a narrativa das mulheres que (re)existem aos papéis de gênero no cenário da prática do futebol feminino no município de Fortaleza – CE, sendo essa prática um método de resistência a dominação dos papéis de gênero e do patriarcado. Devido à configuração da sociedade atual e o avanço do conservadorismo que se faz forte e presente na política brasileira, que vem fortalecendo e naturalizando o machismo, é de suma importância estudar e pesquisar sobre relações e papéis de gênero para que esses padrões sejam rompidos e a mulher tenha como substância a liberdade, ocupando o lugar que quiser e ser como quiser, sem estereótipo, preconceito e rótulos, para assim haver a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: Conhecer a narrativa das mulheres que resistem aos papéis de gênero no cenário da prática do futebol feminino do município de Fortaleza-CE. Os objetivos específicos são: Identificar se existem dificuldades na prática do futebol feminino; Averiguar como o futebol de mulheres pode ser uma estratégia de resistência aos papéis de gênero.

2 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos previstos nesta pesquisa, que tem como foco conhecer a narrativa das mulheres que resistem aos papéis de gênero no cenário da prática do futebol feminino do município de Fortaleza-CE, foi utilizada a pesquisa de campo. Apresentamos um conjunto de procedimentos e escolhas metodológicas, tais como natureza, tipo, campo, sujeitos participantes, técnicas e instrumentos de coleta de dados e aspectos éticos.

Quanto à natureza, a abordagem de pesquisa escolhida foi a qualitativa. Quanto aos tipos de pesquisa, foi feita pesquisa de campo, essa teve como público-alvo com mulheres que praticam futebol no município de Fortaleza-CE. Quanto às

técnicas de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas. Quanto ao instrumento, foi utilizado roteiro de entrevista.

O instrumento para coleta de dados se constituiu de entrevista semiestruturada feita pela plataforma *Google Forms*. A escolha desse instrumental, se deu pela praticidade de responder às perguntas e pela facilidade de coleta de dados em gráficos, permitindo a condução da entrevista a partir de um roteiro que conteve as principais categorias para análise. O procedimento para coleta dos dados foi por meio de divulgação do link do questionário via WhatsApp. No questionário, foi explicado qual a finalidade e objetivo da pesquisa. Como também pergunta se a participante leu, compreendeu e concorda em dar o seu consentimento para participar como voluntária da pesquisa. Os dados coletados foram analisados a partir da análise de conteúdo, de modo a não só se ater a narrativa das participantes, mas interpretá-la nas condições das quais elas são produzidas, utilizando as categorias de análise pertinentes à exploração do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo teve como público-alvo com mulheres que praticam futebol no município de Fortaleza- CE. A pesquisa foi respondida por 18 (dezoito) jogadoras, porém a mostra analisada considerará 14 (quatorze) mulheres, pois as outras 3 (três) têm entre 13 (treze) e 17 (dezessete) anos não tendo capacidade civil perante a lei e 1 (uma) não reside no município de Fortaleza - CE. A intenção inicial era entrevistar 10 (dez) jogadoras, porém, o número de entrevistas foi bem maior que o esperado. A população finita concernente à amostragem na pesquisa é considerada como não probabilística e intencional.

O questionário foi composto por 3 (três) eixos com um total de 16 (dezesseis) perguntas, o primeiro eixo foi nomeado de “Eu e o Futebol”, o segundo eixo é sobre “Opressão e Machismo”, o terceiro e último eixo é chamado de “Copa do Mundo de Futebol Feminino”.

O eixo 1 é composto por 7 (sete) perguntas relacionadas ao primeiro contato das mulheres com o futebol, se tiveram incentivos, se passaram por alguma dificuldade por querem jogar, se já pensaram em parar. Quando é perguntado: “Você lembra quando começou a se interessar por futebol? Se sim, fale um pouco sobre”. Das 11 entrevistadas, seguem alguns relatos:

No fundamental 1, gostava de jogar com os meninos da sala de aula. (ENTREVISTADA 6, 2020)

Sempre gostei de futebol, fico atenta em notícias de esportes. (ENTREVISTADA 7, 2020)

Quando tinha 8 anos, comecei jogando com os meninos, meus pais não deixavam, mais com um tempo foram “apoando”. (ENTREVISTADA 8, 2020)

Via os meninos jogando na rua e comecei a jogar também. (ENTREVISTADA 9, 2020)

No primeiro eixo foi percebido que 11 (onze) das entrevistas tiveram seu primeiro contato com o esporte ainda na infância, 3 (três) delas não especificaram em qual momento da sua vivência tiveram sua primeira aproximação. Pelos relatos das entrevistadas, é possível identificar que elas se aproximaram jogando com meninos sejam eles amigos ou familiares, no ambiente onde moravam ou na escola. Diante disso, pode-se observar que o futebol está inserido nas brincadeiras cotidianas dos meninos e não das meninas.

Quando perguntado se elas passaram por alguma dificuldade por jogarem futebol. Segue alguns relatos tirados em *in loco*:

Sim o preconceito. (ENTREVISTADA 1, 2020)

Sim. Rompi o ligamento e o menisco do joelho direito. (ENTREVISTADA 2, 2020)

Sim, alguns comentários maldosos de que lugar de mulher não era dentro de quadra. (ENTREVISTADA 3, 2020)

Não. (ENTREVISTADA 4, 2020)

Sim, pois para muitos, futebol é somente para homens, sempre existiu muito machismo. (ENTREVISTADA 5, 2020)

Foi possível observar que a maioria das jogadoras passaram por dificuldades relacionadas ao preconceito, ao machismo por serem mulheres jogando futebol, duas das entrevistas disseram não ter passado por dificuldades, uma delas relata problema de saúde e outra dificuldade financeira. À vista disso, percebe-se as mulheres ainda tem que enfrentar a frase que o patriarcado as diz desde crianças “futebol não é pra mulher”.

Foi perguntado às participantes se elas tiveram incentivo quando começam a jogar futebol. Se sim, de quem. Segue respostas de algumas entrevistadas:

Sim. Do meu pai. (ENTREVISTADA 1, 2020)

Sim. Do meu esposo. (ENTREVISTADA 2, 2020)

Sim, amigas e namorado. (ENTREVISTADA 3, 2020)

Não. (ENTREVISTADA 4, 2020)

Observou-se também que 6 (seis) participantes tiveram incentivo de familiares e amigos, outras 2 (duas) receberam incentivo depois de um tempo jogando e outras 6 (seis) relataram que não receberam incentivo, sendo que 2 (duas) dessas falaram que o incentivo vem delas mesmas. Com isso, foi possível compreender que a maioria das entrevistadas não tiveram incentivo imediato/ou nenhum, deixando claro que ainda há adversidade para trilhar o caminho do futebol.

A última pergunta do eixo 1 é: Você já pensou em parar de jogar? Se sim, por quê? Segue respostas de algumas entrevistas:

Eu já, mais [sec] aí eu voltei de novo. (ENTREVISTADA 1, 2020)
Não. Luto até hj. [sic] (ENTREVISTADA 2, 2020)
Não. (ENTREVISTADA 3, 2020)
Grávida. (ENTREVISTADA 4, 2020)
Não. (ENTREVISTADA 5, 2020)

Com os relatos das jogadoras, percebeu-se que 7 (sete) delas pensaram em parar por algum motivo, seja por falta de incentivo e oportunidade, gravidez, sedentarismo, já 6 (seis) delas nunca pensaram em parar de jogar e uma delas diz pensar algumas vezes sobre por conta das críticas. Com esse dado, foi possível ver que adequar a prática do esporte com a vida ainda é um fator desafiador, como também se observa que a falta de incentivo e oportunidade para fazer o esporte ser profissão tem grande peso.

O segundo eixo, é composto por 5 (cinco) perguntas referentes a opressão e machismo. A primeira pergunta foi se as entrevistadas já sofreram por preconceito ou machismo por jogarem futebol, com base nas suas respostas 92,9% disseram que já sofrerem preconceito ou machismo, fato esse que mostra que o machismo está quando uma mulher exerce qualquer atividade que a sociedade patriarcal diz para ela não exercer, ou seja, o preconceito não está apenas no futebol profissional, ele permeia também no futebol amador.

A segunda pergunta: “Se as entrevistadas vivenciaram alguma situação, em que o fato de ser mulher interferiu na prática do futebol. Se sim, qual. Algumas respostas *in loco*:

Não. (ENTREVISTADA 1, 2020)
Sim. Em querer um horário na quadra e os meninos não cedia. [sic]
(ENTREVISTADA 2, 2020)
Não. (ENTREVISTADA 3, 2020)
Mulheres n [sic] é homem pra jogar mais [sic] eu jogo
(ENTREVISTADA 4, 2020)
Não. (ENTREVISTADA 5, 2020)

Na escola, não aceitavam. (ENTREVISTADA 6, 2020)

Percebeu-se que 10 (dez) das entrevistadas vivenciaram situações em que o fato de ser mulher interferiu na prática do futebol, 4 (quatro) delas disseram que não vivenciaram esse tipo de situação, porém, quando analisadas essas respostas com a anterior nota-se que apenas uma disse não ter sofrido preconceito e não ter vivenciado a interferência ao jogar futebol, as outras 3 (três) disseram ser sofrido preconceito, porém não vivenciou interferência, ou seja, constata-se que as 3 (três) não relacionam o preconceito vivido com o fato de serem mulher.

A terceira pergunta indaga se as entrevistadas já tiveram que incluir um garoto no time por falta de garota para jogar, com base em suas respostas, notou-se que 92,9% das participantes da pesquisa tiveram que incluir um homem no time, portanto podemos observar que o futebol ainda não é uma atividade incentivada às mulheres, consequentemente, para conseguirem montar time recorrem aos homens para fechar o número de jogadoras.

A quarta pergunta é sobre se elas sabiam que o futebol feminino foi proibido por lei e o que pensam sobre isso. Algumas respostas foram:

Uma pena isso porque mulher faz o que ela quiser.
(ENTREVISTADA 1, 2020)

Sério. Não sabia. (ENTREVISTADA 2, 2020)

Não sabia. Acho muito errado. Todas têm direito de fazer aquilo que gosta. (ENTREVISTADA 3, 2020)

De acordo com as respostas, 2 (duas) entrevistadas sabiam da proibição do futebol feminino, 6 (seis) delas não sabiam e 6 (seis) não especificaram se sabiam ou não, mas 5 (cinco) dessas expuseram sua opinião sobre o assunto. De todas as entrevistas, 12 (doze) relataram aversão sobre a proibição.

A quinta pergunta está relacionada ao convívio social, perguntou-se “Houve alguma mudança no seu convívio social depois que você começou a praticar o esporte? Se sim, qual?”. As participantes responderam:

Não. (ENTREVISTADA 1, 2020)

Não. (ENTREVISTADA 2, 2020)

Não. (ENTREVISTADA 3, 2020)

Conforme as respostas das jogadoras, 8 (oito) delas responderam não terem tido mudança no seu convívio social, já 6 (seis) delas perceberam essa mudança, sendo que 4 (quatro) relataram episódios de preconceito, uma delas não deixou

claro e a outra expôs mudança positiva: “hoje as mulheres estão dominando o mundo”. (ENTREVISTADA 14, 2020)

No eixo três, foram abordadas perguntas referentes a copa da mundo de futebol feminino, quando perguntado se elas sabiam que no ano de 2019 foi a primeira vez que a copa do mundo de futebol feminino foi televisionada em TV aberta, 8 (oito) participantes disseram que sabiam, 2 (duas) afirmaram não saber desse fato, as outras 4 (quatro) não especificaram se sabiam ou não, das 14 (quatorze) entrevistas, 13 (treze) esboçaram opiniões a respeito.

Quando indagada se as participantes da pesquisa assistiram aos jogos e descrevessem o que sentiram, expuseram que sentiram representadas, emocionadas, realizadas, feliz por estarem presenciando a transmissão do futebol feminino, portanto notou-se que para elas esse acontecimento trouxe representatividade e visibilidade as mulheres que jogam, como também combate à desigualdade dentro do esporte.

Quando foi perguntado se elas tiveram dificuldade de encontrar camisas com os nomes das jogadoras de futebol, de acordo com as respostas notou-se que 71,4% das participantes da pesquisa tiveram dificuldades, então pode-se observar que, a visibilidade no futebol ainda tem como protagonismo o homem, dificultando assim o alcance da equidade entre os gêneros dentro do esporte, como também dentro da sociedade como um todo.

Quando questionado o que representa uma mulher jogar futebol, elas expuseram que as mulheres jogarem futebol representam vencer preconceitos, ter garra, força, superação, avanço para vencer o machismo estrutural, que elas podem ser o que quiserem, independentemente do que lhe é imposto na sociedade. Em outras palavras, para elas estarem em campo, representa ganhar um jogo contra os papéis de gênero e o patriarcado.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS OU FINAIS

As mulheres ainda passam por dificuldades para jogar futebol, seja no primeiro contato, permanência, falta de incentivo e apoio, percebe-se que elas ainda são vistas como não sujeitos de ocupação daquele lugar, que é o campo de futebol, fortalecendo a ideia que jogar bola não é algo para mulher.

Foi possível evidenciar que a vivência da mulher na prática do futebol feminino é um campo repleto de preconceito, machismo e que elas têm que “driblar”

diariamente para se manterem jogando e fazerem/ serem o que quiserem, mesmo que para isso precisem resistir aos que lhe é imposto cotidianamente.

As mulheres passam por preconceito, machismo e são subjugadas quando ocupam um lugar onde dizem para elas não ocuparem, e elas (re)existem a todas essas adversidades que lhe são colocadas desde sempre, para conseguirem realizar seus sonhos, que é jogar futebol, deixando claro que podem sim, exercer qualquer atividade, ocupar qualquer lugar com plena capacidade e competência, pois os espaços dentro dessa sociedade não devem ser ocupados de acordo com o gênero, mas sim com a identificação e a liberdade de escolha do ser humano.

EIXO IV: GÊNERO, FEMINISMOS, POLÍTICA E DEMOCRACIA

**CONSERVADORISMO E COLONIALIDADE: BREVE APROXIMAÇÃO ENTRE OS
DOIS DEBATES A PARTIR DA ANÁLISE DA PL 2578/2020²⁰**

Keo Silva

keo.ech@gmail.com

A proposta desse trabalho é refletir sobre as aproximações entre conservadorismo e colonialidade. Com intuito de elaborar uma reflexão sobre as dissidências de gênero e sexualidade e suas normatizações como imposição colonial e conservadora, a partir de uma breve análise do PL 2578/2020²¹ proponho tecer uma costura entre os discursos conservadores e as dimensões colonialistas.

Desenvolver uma análise sobre como se aproximam colonialidades, conservadorismo e como os corpos trans podem ser tema central sobre tais questões, converge diretamente com os debates contemporâneos sobre gênero e sexualidade no Brasil e na América Latina, e provoca um deslocamento epistêmico dentro dos espaços de produção do conhecimento. Portanto, mobilizo alguns conceitos a respeito do debate sobre colonialidade de gênero, como as reflexões desenvolvidas por Raewyn Connell (2016), Maria Lugones (2008), e reflexões que dão outro nome para tal perspectiva como decolonial queerness, conceito desenvolvido por Paola Bachetta (2020) ao pensar as hierarquias de gênero e sexualidade em contextos de colonialidade e conservadorismo como co-constituinte de relações de poder que em cada época e na modernidade, constituem relações específicas de gênero.

Metodologicamente o trabalho se fundamenta a partir dos debates sobre pessoas trans no cenário político atual, e por meio de reportagens, projetos de lei, me anoro dentro do debate sobre mediascape (RIAL, 2005; 2016), e na análise de documentos (PEIRANO, 2006), especificamente o documento da PL 2578 que está correndo na câmara dos deputados, para elaborar uma amarra argumentativa entre conservadorismo e colonialidade.

²⁰ Orientação: Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial. (PPGICH/UFSC) – Professora Titular do Departamento de Antropologia UFSC. rial@cfh.ufsc.br.

²¹ https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1892753&filename=PL+2578/2020

Para tal, sob as lentes das teorias decoloniais, desenvolvo o debate para pensar como os corpos dissidentes de gênero, principalmente os corpos trans, ao longo do processo de colonização, quando lembrados, são colocados com objeto, são reificados pelos mecanismos coloniais.

O que se sabe é que as perspectivas de gênero em contextos coloniais e conservadores se efetivam de maneira específica. A patologização das identidades trans e travestis, assim como a sua criminalização, como o caso de Xica Manicongo (JESUS, 2019), desembocaram no apagamento de diversas identidades em prol da imposição de uma lógica binária/dicotômica dos gêneros baseada no alinhamento entre sexo/gênero (RUBIN, 1984; LUGONES, 2008), princípio fundante da perspectiva de gênero nas sociedades modernas e que aproxima-se dos discursos e perspectivas conservadoras sobre gênero.

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, como no Uruguai, por exemplo, a população trans sempre foi perseguida historicamente desde a colonização, assim como nos períodos da ditadura (SEMPOL, 2013). Atualmente na América Latina estamos em uma disputa ideológica em curso, onde as questões de gênero e sexualidade estão no cerne do debate e muitas vezes são o alvo das pautas conservadoras. O Brasil ocupa pela 13^a vez o ranking de país que mais mata pessoas trans no mundo²². E está em análise na câmara dos deputados um projeto de lei que pretende modificar as definições de gênero e sexualidade, para que sejam marcadas por características sexuais primárias, enfatizando um discurso sobre gênero extremamente biologicista e conservador, diretamente contra a população trans.

O texto que justifica a PL 2578/2020, inicia já com um discurso que defende o modelo de família mononuclear e cisheterosexual, afirmado que perspectivas de gênero que se opõem a uma definição biologicista são uma ameaça para a família. A defesa da família tem sido o discurso mais central naquilo que podemos considerar as pautas conservadoras. No entanto, tal projeto de lei, tenta ainda deslegitimar teorias embasadas sociologicamente, antropologicamente, filosoficamente, que questionam o fundamentalismo de gênero, com base em discursos biologicistas, desse modo é possível perceber não só um discurso em defesa de um modo único de família, mas também um discurso único sobre corpo e

²²<https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2021/11/4963887-no-mundo-a-cada-10-assassinatos-de-pessoas-trans-quatro-foram-no-brasil.html>

gênero. Além disso, tal projeto desenvolve uma crítica equivocada as teorias feministas, as quais decorrem os discursos de gênero enquanto uma construção social, as chamando de teorias extremistas.

Ainda adjetivam equivocadamente a filósofa Judith Butler a chamando de feminista radical. Sabe-se que o discurso do feminismo radical (HALBERSTAM, 2018) se alinha na maioria das vezes com pautas conservadoras, principalmente no que tange os debates sobre identidade de gênero. Exemplo bastante recorrente são os posicionamentos contrários a participação de pessoas trans em competições esportivas profissionais. (VAZ et al. 2020). Interessante que um dos argumentos utilizados pelos conservadores no texto da PL é justamente que as teorias de gênero não tem fundamento científico. Além do equívoco em adjetivar Judith Butler de feminista radical, é perceptível que há também um equívoco em relação aos conceitos e termos (JESUS, 2012) utilizado pelo deputado que assina e desenvolve tal projeto de lei.

Para o campo de estudos de gênero, o conceito de gênero na sociedade ocidental diz sobre como determinado indivíduo se percebe e expressa seu gênero, enquanto sexualidade está relacionada a qual gênero determinado indivíduo sente atração/desejo sexual, se atraído por pessoas do mesmo gênero, homossexual, se atraído por pessoas do gênero diferente, heterossexual e se atraído pelo gênero aposto e pelo mesmo gênero, bissexual, etc.

No tocante, o projeto de lei, apresenta-se a partir de uma perspectiva conservadora, argumentos que desenham essa disputa de sentidos sobre gênero e sexualidade que configuram as cruzadas anti gênero (CORREA; PRADO, 2018), onde corpo gênero e sexualidade estão no cerne do debate (CESAR e DUARTE, 2017) e projetos como esse se ancoram em pautas que são explicitamente anti-pessoas trans. Em outras palavras, se um projeto como esse for aprovado, ficaria proibido “ser trans” no Brasil, infligindo ainda mais os direitos e a própria democracia. Na sequência, argumento como os discursos conservadores se aproximam dos discursos colonialistas e como corpo, gênero e sexo são categorias em disputa.

COLONIALISMO E CONSERVADORISMO E SUAS APROXIMAÇÕES

O início desse debate começa quando percebo que há uma aproximação entre os discursos conservadores e coloniais, a partir das reflexões sobre

eurocentrismo (QUIJANO, 2005) a respeito de como o corpo é uma questão importante no debate sobre colonialidade. A partir da crítica que Maria Lugones (2008) faz a esse autor, ao usar a categoria “sexo” como uma descobrimento da colonialidade do poder. Apresenta-se o conceito de colonialidade de gênero, refutando a categoria sexo e sugerindo que as relações coloniais permeadas pela heterossexualidade como norma, o dimorfismo sexual e o modelo patriarcal de família se constituem sob o registro do alinhamento entre sexo/gênero enquanto norma colonial. Minha reflexão versa sobre como os corpos trans por não corresponderem a esse modelo hiperbiologizado tem especificidades dentro do regime de colonialidade.

Nesse sentido, a partir das reflexões de Raewyn Connell (2016) que também desenvolve o conceito de colonialidade de gênero e Paola Bachetta (2021) sobre o conceito de decolonial queerness e outras perspectivas feministas decoloniais como as de François Verger (2020), podemos perceber como gênero e sexualidade não estão desvinculados das dinâmicas globais, regionais e locais de poder, da economia e do social e que tais categorias ganham elementos específicos em sociedades coloniais, pós-coloniais e acrescentaria conservadoras, sem poder ser pensadas separadas das dimensões etnico-raciais como ficções de poder (COSTA, 2013). Por tanto, fundamental estar atento às armadilhas criadas pela colonialidade e conservadorismo, ao revelar as aproximações entre os discursos conservadores e as dinâmicas de colonização.

REFERÊNCIAS

BACCHETTA, Paola.; JIVRAJ, Suhraiya; BAKSHI, Sandeep. **Decolonial Sexualities**: Paola Bacchetta in Conversation with Suhraiya Jivraj and Sandeep Bakshi. *Interventions*, 2020. p.1–12.

CÉSAR, M. R. De a.; DUARTE, A. De m. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **educar em revista**, curitiba, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**/ Tradução Marília Moschkovich, -- São Paulo: nVersos, 2016.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos**: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 045-059, 2013.

HALBERSTAM, Jack. Trans*. **Generaciones Trans***. A Quick and Quirky Account of Gender Variability. University of California Press, 2018.

JESUS, Jaqueline G. Xica Manicongo: A transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**. v.3, n.1, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

LUGONES, MARÍA. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, n.9, p.73-102, 2009.

PEIRANO, Mariza. “De que serve um documento?”. In: Palmeira, M. e Barreira, C. (orgs). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, pp. 25-50. 2006.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **revista psicologia política**, v. 18. n. 43, p. 444-448. 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, 2005.

RIAL, C. Guerra de imagens, imagens da guerra. **Cadernos Pagu**, n 47, 2016.

RIAL, Carmen. Mídia e sexualidade: breve panorama dos estudos de mídia. In: organizadoras, Miriam Pilar Grossi, et al. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Gayle Rubin. [1984]. In: **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiros Dias. São Paulo. Ubu Editora, 2017.

SEMPOL, Diego. **De los baños a la calle**: historia del movimiento lésbico, gay, trans uruguayo. (1984-2013). Editora Sudamérica Uruguaya S.A. Montevideo - Uruguay. 2013.

SILVA, Keo. Disputas ideológicas e pânico moral: uma análise dos ataques às políticas de cidadania da população trans no cenário político nacional. In: **Anais Fazendo Gênero** 12. 2021.

VAZ, Alexandre et al. De Bruce a Caitlyn Jenner: esporte, celebridade, transgeneridade. **REVISTA GÊNERO**, v. 21, n. 1 2020.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

EIXO IV: GÊNERO, FEMINISMOS, POLÍTICA E DEMOCRACIA
TENSÕES E APROXIMAÇÕES ENTRE O PENSAMENTO ILUMINISTA E A
TEORIA FEMINISTA LIBERAL

Alexnaldo Teixeira Rodrigues
alexnaldo@cairu.br

Salete Maria da Silva
salete.maría@ufba.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva, de forma ampla, delinear o pensamento filosófico iluminista, tendo em vista colocar em relevo as tensões entre os ideais emancipatórios de tal proposta e os embates travados pelas mulheres que, em meio às Luzes do Iluminismo, foram relegadas à sombra da racionalidade, da igualdade e da liberdade, ao tempo que traçaremos o que a perspectiva iluminista proporcionou para o pensamento feminista e o que dele ainda podemos manter em prol da emancipação das mulheres. Trata-se de uma pesquisa que articula filosofia e teoria feminista, desde a perspectiva ocidental e de matriz europeia e anglo-saxã.

Decerto, compreender o feminismo implica vislumbrar a gama de inquietações refinadas e colocadas em interação com variadas perspectivas filosóficas e contextos sociopolíticos em transformação e que modela/remodela as bases de tais inquietações, produzindo novas complexidades e dificuldades (BOWDEN; MUMMERY, 2020).

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, o presente trabalho se configura como uma pesquisa descritiva-discursiva mediante procedimento bibliográfico narrativo. Consoante Alexander Cordeiro et al (2007, p.429) a revisão narrativa ou tradicional “[...] apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção”. Procedimentalmente, “[...] a busca das fontes não é pré-determinada e específica[...]. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações

sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva” (CORDEIRO et al 2007, p.429).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao falarmos do Iluminismo tanto podemos nos referir a um movimento histórico dos meados do século XVIII quanto a uma crítica racional atemporal, em contraposição à primeira acepção, que perdura até os nossos dias como exame das interações sociais e como denúncia de todos os processos que mascaram as desigualdades com vista a materializar o ideal de emancipação humana que se apresenta como uma teleologia “que progride cumulativamente em direção a um objetivo ainda não atingido” (SCOTT, 2002, p.23).

Decerto, no século XVIII, o Iluminismo materializou-se como a realização de uma “colossal transformação estrutural e superestrutural do mundo ocidental. Uma empresa a que o século dedicou suas melhores forças e que marcou a história dos séculos posteriores” (MARTINO; BRUZZESSE, 1996, p.187) e, também, momento em que as mulheres letradas de classes abastadas reivindicaram uma identidade, uma diferença e uma especificidade enquanto parte do gênero humano, bem como uma igualdade de direitos universais para as mulheres cidadãs entre cidadãos (MARTINO; BRUZZESSE, 1996, p.187). Diferentemente das mulheres pobres que procuraram escapar dos limites dos arranjos de gênero e de classe ascendendo à marginalidade e ao crime, não por conta de uma escolha deliberada, mas por conta de sua facticidade, ou seja, por conta da condição de uma existência lançada ao mundo à mercê dos fatos (SONNET, 1991). Por certo, a cultura e o saber como meios de acesso e domínio do mundo, ainda era um privilégio das classes mais abastadas da cidade. O índice de mulheres alfabetizadas, ainda, não se comparava aos dos homens alfabetizados.

O feminismo surge como “sintoma das contradições dos discursos políticos [liberais] [...], contradições para as quais o feminismo apelava, ao mesmo tempo em que a desafiava” (SCOTT, 2002, p.25). É sob esse aspecto que Joan Scott (2002; 2005) reflete sobre o movimento feminista, nascente no século XVIII, como aquele que oferece paradoxos, diferentemente de dilemas que não pode ser resolvido. Como paradoxo, pensa-se em algo que importuna a tendência de polarização entre

isso ou aquilo e que, por conseguinte, absorve as tensões “que desafia a ortodoxia prevalente, que é contrária a opiniões preconcebidas.” (SCOTT, 2005,14).

O que posteriormente se configurou, na história do feminismo ulterior, como um dilema ou como uma necessidade em optar entre a igualdade e a diferença, só pode ser diluído como um falso dilema, historicamente para nós, se considerarmos os termos de tal binômio como algo inter-relacionado no período.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Um caso exemplar da tensão entre Iluminismo e emancipação feminina refere-se às críticas de Mary Wollstonecraft (2016) a Jean-Jacques Rousseau. Ela ataca veementemente, na obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (2016), a noção de natureza rousseauiano visto que este conceito era a base antropológica filosófica de todo o seu projeto político e educativo.

É justamente inspirada nos ideais emancipatórios da Revolução Francesa que, em 1792, Mary escreve, em seis semanas, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*; razão pelo qual essa obra apresenta um estilo literário pouco cuidadoso com um tom apologético e panfletário. De forma sintética, podemos dizer que os principais argumentos dessa obra giram em torno da: 1) Defesa da unidade da espécie e reivindicação das mulheres como seres racionais tais como os homens; 2) Igualdade entre os gêneros; 3) Luta radical contra os prejuízos do modelo de educação feminina vigente; 4) Educação igual para meninos e meninas; 5) Exigência de direitos de cidadania para a mulher. Primeiramente, Mary Wollstonecraft (2016) nos dirá que Sofia é um modelo de mulher que habita no imaginário de Rousseau e carece de realidade histórica: ela é um ser artificial. Decerto, ela não está errada, pois, é no início do capítulo V da obra *O Emílio* que filósofo de Genebra, Rousseau, faz uma alusão ao aparecimento de Sofia como o advento de Eva no paraíso; todavia ao invés de tirar Sofia da costela do Emílio ele a retira da cabeça. Outro aspecto da crítica de Mary Wollstonecraft é Rousseau dar vazão aos sentimentos sendo, portanto, um crítico da razão iluminista, entendeu que ele também exclui “a mulher ao direito a razão, a exclui do saber e a distância da verdade”.

Salientamos que Mary Wollstonecraft (2016) se utiliza das próprias noções de Rousseau, a exemplo de razão, natureza e virtude, ressignificando-os de forma absolutamente ilustrada. Assim, a noção de razão utilizada pela autora tem como

gênese o bom senso (algo distribuído igualmente a toda a, humanidade) de Descartes, e é igualmente utilizado pelo Poullain de la Barre como mecanismo de desmascaramento dos preconceitos provenientes da tradição, dos costumes e valores sociais. Wollstonecraft aproveita esse conceito de razão para demonstrar os prejuízos, tidos como inatos, impedem a emancipação feminina. O gosto e educação destinada a formar mulheres subservientes decorrem da socialização. E não no que atesta, por exemplo, Rousseau no que se refere às meninas declara que nelas há uma inclinação natural pelo qual o “físico da arte de agradar” já está nos adereços e as meninas acabam por transferir, posteriormente, este comportamento para o seu corpo, priorizando a beleza e a sedução.

Decorre daí outra crítica, a saber: ao estado de natureza rousseauiano. Para Wollstonecraft, Rousseau confunde o submetimento das mulheres aos costumes e à moral como estado de natureza. Ainda conforme a autora, Rousseau apresentou a diferença como desigualdade usando a seguinte operação: 1) o filósofo estabelece os deveres de cada sexo 2) sobre os ditos deveres estabelece as inclinações sociais. Disso decorre dois estados de natureza diferentes, segundo os quais se fundamentam os direitos diferenciados para os sexos. Wollstonecraft retoma o significado normativo de tal conceito para exigir a igualdade também para as mulheres. Esse conceito provém do Jusnaturalismo que afirmava direitos naturais que tem sua gênese na razão: se todos têm os mesmos direitos naturais, homens e mulheres devem ter os mesmos direitos sociais.

A noção de virtude rousseauiana, também, é criticada por ser a expressão de um sujeito responsável, imparcial e racional que dirige as coisas públicas. As mulheres são diferentemente tomadas como seres passionais, parciais em seu julgamento e voltadas para os interesses privados; elas não são virtuosas, apenas possuem qualidades que lhes são atribuídas por aqueles que podem delegar valor. Os homens na distribuição dos valores ficaram com o que lhes confere excelência e atribuíram para as mulheres o menos valioso, ou melhor, qualidade de serem subservientes. Wollstonecraft tenta ressignificar o conceito de virtude e romper com a dupla moral ao recorrer conceito de virtude em termos kantianos, ou seja, ao afirmar que se a virtude, como expressão moral, provém da razão ela deve ser também universal.

Decerto, as bases de um feminismo iluminista, como foi o de Wollstonecraft, trouxe “uma noção de sujeito político forte e consciente, a crença na razão e na

racionalidade, no progresso político e social, na possibilidade de grandes programas de reforma social" (BARRETT; PHILLIPS, 2002, p.15) ao tempo que possibilitou a abertura para uma crítica que o “homem’ é o que vagueia na humanidade, e repassa os falsos universais que se puseram em circulação no pensamento liberal clássico” (BARRETT; PHILLIPS, 2002, p.15). Essa perspectiva do pensamento feminista liberal levou muitas mulheres a pagarem um preço muito alto pela igualdade a que almejavam. Elas se esqueceram de seus corpos, os considerado como uma prisão, em termos platônicos. Isto não inviabiliza, porém, que o feminismo mantenha os contornos de Iluminismo contemporâneo que se fixa, na linguagem habermaniana, no mundo vivido (lugar onde se dão os processos de interação social) querendo ver tudo, sem se esquivar, “[...] porque o que se esquia está sob suspeita de servir a propósitos anti-humanos” (ROUANET, 1988, p.147). É desta forma e somente desta forma, sem o *afastar dissimulado, sem o trato com desdém*, que o feminismo com uma perspectiva Iluminista cumpre o seu papel emancipatório.

REFERÊNCIAS

- BARRETT, Michèle; PHILLIPS, Anne (Compiladoras). **Desestabilizar la Teoría.** Debates Feministas Contemporáneos. México, Buenos Aires, Barcelona: Paidós, 2002.
- BOWDEN, Peta; MUMMERY, Jane. Tradução Fábio Roberto Lucas. **Feminismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.
- ROUANET, Sergio Paulo. O olhar iluminista. In: NOVAES, Adauto et al. **O olhar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.125-148.
- SCOTT. Joan W. **A cidadã paradoxal:** as feministas francesas e os direitos do homem. Tradução. Élvio A. Funck. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.
- SONNET, Martine. Uma filha para educar. In.: DUBY, George; PERROT, Michele (Dirs). **História das mulheres no ocidente.** Porto: Afrontamento, 1991, p.140-179. V.3: Do Renascimento à idade Média.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher.** Tradução Ivania Pocinho Motta. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EIXO IV: GÊNERO, FEMINISMOS, POLÍTICA E DEMOCRACIA

**A ATUAÇÃO DO PARLAMENTO EVANGÉLICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO CEARÁ E A RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS EM
FORTALEZA**

Emanuella Soares de Oliveira
emanuellaso@gmail.com

Maria Lygia Quartim

1 APRESENTAÇÃO

Nos últimos vinte anos é crescente a participação dos evangélicos no parlamento cearense. Atualmente, em 2020, destacam-se três principais deputados: Apostolo Luís Henrique, Pastor David Durand e Doutora Silvana. Tais parlamentares propõem leis que atingem diretamente as mulheres, como a falsa concepção de ideologia de gênero²³ e a construção da escola sem partido²⁴, e a PL 478/2007 a lei do nascituro²⁵. Também criticam a lei que atualmente permite o aborto no Brasil, nos casos da: vida da mulher estar em risco, estupro e inviabilidade do feto. Além disso, defendem a heteronormatividade, a mulher como “sexo frágil”, cuidadora da família e das atividades domésticas.

Com isso, é notória uma forte influência da Bancada Evangélica na permanência da estrutura patriarcal que domina, explora e opõe as mulheres.

2 JUSTIFICATIVA

Busca compreender como a religião, o capitalismo e o neoliberalismo estão relacionados e se apropriam do patriarcado como um dos seus pilares de sustentação. Essa perspectiva é inovadora, visto que muitos trabalham com feminismo e religião. trabalho também é importante porque põe em prática a proposta dos encontros acadêmicos, visto que o início de sua elaboração se deu a partir da participação da pesquisadora no Encontro da CLASO– Conselho Latino-

²³Ideologia de gênero é uma categoria marxista que indica a falsa ideia de um gênero superior o masculino. A Bancada evangélica deturpa o termo colocando como defender direitos iguais entre homens, mulheres e LGBTQI+ como uma forma de opressão. Sobre a discussão da ideologia em Marx indico o livro ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

²⁴ Escola sem partido contrapõe todo o ensino crítico inclusive o da análise da posição da mulher na sociedade que estamos.

²⁵ A lei do nascituro prioriza a vida do feto em detrimento a da mulher, questiona os casos de abortos já autorizados constitucionalmente.

Americano de Sociologia na qual teve oportunidade de acompanhar produção acadêmica de outros pesquisadores mundialmente, assim proporcionando a elaboração de novos conhecimentos.

Esse panorama é necessário para compreendermos o avanço do conservadorismo e do neoliberalismo no Brasil, e na América Latina como um todo. No encontro da CLACSO que ocorreu em 2018 em Buenos Aires, na mesa sobre legalização do aborto uma das palestrantes apontou a necessidade de as feministas produzirem trabalhos com essa perspectiva.

A palestrante apontou ainda que as igrejas pentecostais e neopentecostais entram na América Latina desde 1970 como forma de neocolonização abrindo espaço para o desenvolvimento do capitalismo neoliberal, como forma semelhante a catequização na época da colonização dos povos Latino Americanos em 1500 exercido pela igreja católica. Desde então pensamos a relevância dessa temática.

Ressaltamos, no entanto, que o presente estudo pretende ir além do debate da legalização do aborto e visa a exploração das mulheres da classe trabalhadora. Porque a inferiorização das mulheres imposta pelas religiões a qual incorpora o patriarcado tal como o capitalismo, o neoliberalismo é uma apropriação do corpo da mulher no âmbito dos direitos reprodutivos, da sua força de trabalho no âmbito econômico e no âmbito social e cultural a sua liberdade.

Por fim, este estudo é de relevância para as Ciências Sociais, pois analisa a relação do conservadorismo religioso na política como uma forma de opressão das mulheres, relacionando-o com o capitalismo e neoliberalismo.

Esta perspectiva pretende averiguar como estes se articulam para dominação e exploração das mulheres como necessidade de sua existência. Assim, faz-se urgente a importância da laicidade, com separação entre religião e política como forma emergencial de amenizar o sofrimento das mulheres e intensificação da luta do proletariado contra a classe burguesa visto que só no socialismo, no comunismo as mulheres conquistarão de fato sua liberação.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral: Compreender como a Frente Parlamentar Evangélica na Assembleia Legislativa do Ceará fortalece e reproduz o patriarcado, o capitalismo

neoliberal, visualizando apropriação do capitalismo neoliberal pelo patriarcado e a influências do último na sociedade capitalista.

3.2 Objetivos Específicos:

- 1) Identificar qual classe a Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa do Ceará representa;
- 2) Examinar como o patriarcado se degenera em ações patriarcais, mantendo as mulheres em condições de opressão, exploração, dominação e agindo, na produção, como meio de atingir o mais-valor relativo;

3 METODOLOGIA

Segundo Mandel (1980) ancorado em Marx, o método marxiano é dividido em duas partes: a investigação e a exposição. A primeira consiste no movimento do real para o abstrato e a segunda no movimento inverso, do abstrato para o concreto.

O movimento da investigação esmiúça o objeto em sua forma mais elementar na abstração; inicia esse percurso com a verificação do que é concreto, no caso estudado, a atuação dos parlamentares evangélicos. Averiguaremos, desta forma, as mediações e as determinações do objeto estudado: dominação e exploração das mulheres, capitalismo, neoliberalismo, chegando a menor unidade, que é o patriarcado.

Para averigar a composição do parlamento evangélico na assembleia legislativa do Ceará, compreender como se organiza e atua, contaremos com a teoria de Nancy Fraser que se utiliza do pensamento Gramsciano sobre o conceito de hegemonia, bloco hegemônico.

Hegemonia é o termo que ele usa para explicar o processo pelo qual uma classe dominante faz com que sua dominação pareça natural ao infiltrar os pressupostos de sua própria visão de mundo como sendo o senso comum da sociedade. Sua contrapartida organizacional é o bloco hegemônico: uma coalizão de forças sociais díspares que a classe dominante reúne e através dela afirma sua liderança. Se quiserem desafiar esses arranjos, as classes dominadas devem construir um novo e mais persuasivo senso comum, ou uma contra-hegemonia, e uma nova e mais poderosa aliança política, ou um bloco contra-hegemônico. FRASER, 2019 p.23

Nancy Fraser aprofunda a teoria Gramsciana sobre hegemonia com o conceito de distribuição e reconhecimento. No primeiro Fraser vai observar como a

riqueza é partilhada na sociedade a partir da sua teoria de distribuição e como a categoria de reconhecimento verifica como se manifesta o respeito e a estima.

O aspecto distributivo transmite uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente os rendimentos. Esse aspecto diz respeito à estrutura econômica da sociedade e, ainda que indiretamente, às suas divisões de classe. O aspecto do reconhecimento expressa um senso de como a sociedade deve repartir o respeito e a estima, as marcas morais de pertencimento enquanto membros da sociedade. Focado na ordem dos status na sociedade, esse aspecto se refere às hierarquias desses status. FRASER, 2019 p.23

Já no processo de exposição, são explanadas as mediações que compreendem a relação entre a aparência imediata, as determinações e a essência do objeto, ou seja, o seu movimento interno. Seu modo de verificação se dá através da apuração dos fatos e da história, isto é, na prática.

A partir do estudo de Marx (1983), Paulo Netto (2011) e Mandel (1980) será desenvolvida a concepção de objetividade e científicidade do objeto.

A pesquisa, enquanto atividade racional, requer compreender a dinâmica e as determinações essenciais, situando-as na totalidade da realidade, buscando apreender e reproduzir, no plano do pensamento, o movimento real do objeto em sua dinâmica própria.

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica- por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo IMPORTANTE e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p. 22).

Desta forma, seguindo as pistas da metodologia de pesquisa utilizada, o materialismo histórico dialético, de Marx e Engels, partimos da aparência e da descrição imediata do objeto e, por meio do recurso da abstração e das mediações, pretende-se alcançar as determinações essenciais mais profundas. Assim, é possível fazer o movimento de retorno, reconstruindo, teoricamente, a concretude do objeto, como concreto pensado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bancada evangélica, uma força conservadora que defende por meio da religiosidade que as mulheres devem ser submissas aos homens. O capitalismo e o neoliberalismo se entrelaçam e necessitam da opressão das mulheres para terem força de trabalho barata e serem dispensados de arcar com parte da atividade reprodutiva que é desenvolvida pelas mulheres de forma gratuita não contando nos cálculos do pagamento do salário, além de dividir a classe trabalhadora a enfraquecendo, dificultando sua organização.

Para conseguir se impor para a sociedade como todo as igrejas evangélicas por meio dos parlamentares evangélicos aprovam ou tentam aprovar leis que oprimem as mulheres e controlam seus corpos como a construção da escola sem partido, e a PL 478/2007 a lei do nascituro.

REFERÊNCIAS

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. 2^a edição. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1980.

MARX, Karl, **O capital**.V.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NETTO, Paulo José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019

**EIXO V:
GÊNERO, CULTURA E ARTE**

EIXO VI: GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAROLINA DE JESUS EM QUADRINHOS: REPRESENTAÇÕES
SOBRE A MULHER NEGRA NA GRAPHIC NOVEL CAROLINA

Paulo Igor Cândido Sousa de Oliveira
pauloigorcom7@gmail.com

RESUMO: A representatividade da mulher negra e seu protagonismo nas histórias em quadrinhos é historicamente pejorativa, simplória e racista. No intuito de compreender como a mulher negra é representada nos quadrinhos, é oportuno pesquisar a *graphic novel* Carolina (2016), produzida por Sirlene Barbosa e João Pinheiro. O objetivo geral consiste em compreender as representações sobre a mulher negra no quadrinho. Os objetivos específicos são: investigar a condição social da protagonista; descrever as relações raciais presentes na história; identificar as diferenças de gênero e sua interseccionalidade com raça e classe. A fundamentação teórica contém as contribuições de Hall (2013; 2016), Gonzáles (1979), dentre outros. A abordagem metodológica é de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. Nos resultados parciais, o quadrinho consiste numa adaptação do livro autobiográfico Quarto de Despejo. A condição social de vulnerabilidade da protagonista é construída na arte e no texto, pois ela e sua família eram moradores da favela da zona norte de São Paulo. Os autores apenas pontuam determinados momentos da vida da protagonista. Carolina é vítima de diversas formas de violência, desde insultos até agressões, realizados por personagens masculinos.

Palavras-chave: Carolina, Quadrinhos, Representação.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a representatividade da mulher negra e seu protagonismo nos setores midiáticos, no teatro, nos livros, nas fotografias, nas artes plásticas, nos filmes e nas HQs é escassa. Diversos estudos apontam que os/as negros/as são recorrentemente representados/as na história do Brasil de forma pejorativa, simplória, racista e discriminatória (CHINEN, 2019; MOURA, 1988).

Segundo Moura (1988) a literatura nacional romântica, na sua primeira fase, surge para negar a existência do/a negro/a, socialmente e esteticamente, exercendo e naturalizando padrões do homem branco. Chinen (2019) contribui com um estudo que reúnem diversas formas que as/os negras/os foram representadas nas histórias em quadrinhos²⁶.

²⁶ Utilizarei a abreviação HQs, concernente aos quadrinhos.

A editora Veneta²⁷ é focada em quadrinhos autorais, cultura pop, ativismo e ciências humanas. Dentre suas publicações, destaco a GN Carolina²⁸ (2016), com pesquisa e argumento de Sirlene Barbosa²⁹ e roteiros e desenhos de João Pinheiro³⁰, que aborda a história de uma das maiores escritoras do Brasil, Carolina de Jesus.

O objetivo geral consiste em compreender as representações sobre a mulher negra na referida HQ. Os objetivos específicos são: investigar a condição social da protagonista; descrever as relações raciais presentes na história; identificar as diferenças de gênero e sua interseccionalidade com raça. O arcabouço teórico contém as contribuições de Hall (2013; 2016), González (1979), dentre outros/as. A abordagem metodológica é de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. O intuito será pesquisar o tema escolhido e analisar o quadrinho com base na pesquisa bibliográfica já sinalizada.

Pesquisar sobre as representações sobre os/os negros/as nos quadrinhos brasileiros, num país de profundas desigualdades sociais agravadas ainda mais nesses últimos anos, é extremamente desafiador. O intuito será proporcionar um estudo sociológico que contribua para o entendimento do referido quadrinho, inserido e intrinsecamente interligado nas particularidades da sociedade brasileira, para que desse modo se contribua nas reflexões críticas das representações sociais da mulher negra no campo da Sociologia.

2 ESCREVÊNCIAS

João Pinheiro e Sirlene Barbosa contam, nesta HQ, a história de Carolina Maria de Jesus, autora dos livros Quarto de Despejo (1960), Casa de Alvenaria (1961), Pedaços da Fome (1963) e Diário de Bitita (2014). A HQ contém 128 páginas, colorido em preto e branco, subdividido em elementos pré-textuais, história da Carolina representadas pelos autores nos quadrinhos, biografia da Carolina e elementos pós textuais.

²⁷ Em 2015, ganhou o prêmio HQ Mix de editora do ano

²⁸ Venceu o prêmio especial do Festival de Quadrinhos de Angoulême, o mais importante do mundo do gênero.

²⁹ Doutoranda em Educação pela PUC-SP e professora de língua portuguesa. Carolina (2016) é o seu primeiro trabalho nos quadrinhos. Ver mais em <http://lattes.cnpq.br/8044781909993937>.

³⁰ Artista visual e autor de histórias em quadrinhos. Publicou os álbuns BURROUGHS (Veneta, 2015), lançado também na Turquia e na França, e Kerouac (Devir, 2011). Já colaborou para revistas como Hipnorama (Argentina), Inkshot (Estados Unidos), Serafina, Rolling Stone e Bill (Brasil).

Os autores narram o cotidiano de Carolina de Jesus. É apresentada a infância pobre da escritora em Minas Gerais, sua vida sofrida na favela do Canindé, a fama, as ilusões, as decepções e o “esquecimento”. A cronologia da vida de Carolina é bem demarcada pelos autores: o prólogo apresenta Carolina vivendo em Palheiros-São Paulo, no ano de 1977, sozinha na sua casa e reflexiva sobre sua vida; a Parte 1 intitulada por “Muito bem, Carolina”, inicia a história no marco temporal de 05 de julho de 1955. Mulher negra, mãe solteira de três filhos, os autores representam os desafios de Carolina em sobreviver como catadora de lixo na metrópole de São Paulo, assim como seu cotidiano onde morava.

A Parte 2 narra a chegada do jornalista Audálio Dantas na favela do Canindé, objetivando escrever uma reportagem para o jornal Folha da Noite, em 1958. No local, ele encontra Carolina gritando com alguns moradores e os ameaçando de “coloca-los” em seu livro. Assim, o jornalista conhece os escritos dela, inclusive os rascunhos do que viria a ser o Quarto de Despejo. A Parte 3 apresenta a fama da Carolina após a publicação de seu livro, assim como sua saída da favela com sua família. A repercussão midiática perdura por cinco anos e a história finaliza com as reflexões da protagonista sobre suas vivencias, desafios, superações e sua infância.

Os autores do quadrinho, enquanto sujeitos que representaram uma história de uma mulher negra e seus desafios, consonante com suas pesquisas, perspectivas e inferências subjacentes sobre a vida de Carolina, utilizaram a HQs como forma de representar não apenas as vivencias de uma das maiores pensadoras e escritoras da história do Brasil, mas também o contexto social que ela viveu.

Segundo Hall (2016), a representação social se constitui como o processo pelo qual os membros de uma cultura utilizam-se da linguagem para produzir sentido e conhecimento. É uma abordagem construtivista, baseado tanto na perspectiva semiótica/semiológica, voltada na forma como os signos produzem sentidos, como na perspectiva discursiva, concentrada no modo pelo qual o discurso e as práticas discursivas geram conhecimentos.

Tanto na arte quanto no texto, Carolina é representada como uma mulher forte, determinada, trabalhadora e sonhadora. Todavia, em diversos momentos da história é representada a sua insegurança diante a miséria, sua preocupação com os filhos, o cansaço causado pelo intenso trabalho para garantir alimentos, assim

como suas reflexões sobre suas vivências. Nesse sentido, Carolina é representada de forma distinta dos estereótipos racistas presentes em diversas obras literárias, cinematográficas e quadrinistas.

Concernente González (1979), as imagens das negras estão vinculadas, majoritariamente, aos estereótipos de servilismo profissional e sexual. Parafraseando a autora, “a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação ‘profissional’: doméstica e mulata. A profissão de ‘mulata’ é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de ‘mercado de trabalho’ [...] produto de exportação” (GONZÁLEZ, 1979, p. 13).

A mulher negra na sociedade brasileira carrega mais de 500 anos de exclusão, oriundo da supremacia racista branca. Isso é nítido nas múltiplas desigualdades sociais que Carolina atravessa no decorrer da história. É fundamental compreender a HQ por intermédio da Interseccionalidade entre gênero, raça e classe, pois ela é uma ferramenta de análise que possibilita a compreensão de como diferentes conjuntos de identidades tem impacto no acesso e uso de direitos e oportunidades sociais das mulheres negras, que vivenciam suas experiências numa sociedade racializada como a brasileira.

Os autores aprofundaram as diferenças de gênero na GN e sua interseccionalidade com raça, principalmente na Parte 1. Alguns exemplos são marcantes no decorrer da história: a briga entre Carolina e um homem branco que não permitia que a protagonista guardasse os tomates que estavam no chão; moradoras da favela do Canindé que são constantemente vítimas de violência doméstica, agredidas por seus cônjuges; homens brancos bêbados que fazem “cantadas” sexistas.

A condição social da protagonista é descrita de formas distintas, segundo cada momento da vida dela representada pelos autores. Nas duas primeiras partes da HQ é representado o contexto de vulnerabilidade social: Carolina e seus filhos residem num barraco na favela do Canindé, sem auxílio governamental, desempregada e para conseguir alimentar e criar a família, se desdobra trabalhando como catadora de papelão, metal, e como lavadeira. A insalubridade do local onde ela vive é nítida: “Narrar os dramas das crianças expostas a todo tipo de mazelas. Famintas e doentes pela proximidade com o rio Tietê. Sobrevivendo do

lixo” (BARBOSA; PINHEIRO, 2016, p. 25).

O último capítulo apresenta uma melhora da condição socioeconômica da protagonista, decorrente do sucesso de seu livro. Ela viaja por todo o Brasil e América Latina, participa de programas midiáticos (no rádio e televisão, por exemplo), conhece pessoas famosas como Clarice Lispector, compra uma casa em Osasco e depois de certo tempo, passa a residir num sítio em Palheiros.

É persistente durante toda a história o racismo estrutural na qual Carolina e seus filhos enfrentam cotidianamente. Personagens brancos e brancas, tanto aqueles que moram na favela de Canindé quanto os “intelectuais” e outros/as da classe média, exercem o racismo contra a Carolina. Evidencia-se que os autores da HQ representaram o racismo praticado ocorre de múltiplas formas, desde o olhar com repulsa, menosprezo em desviar o caminho para evitar a aproximação com a protagonista, até ofensas verbais.

Como mulher negra, pobre e favelada, o racismo estrutural e estruturante da sociedade brasileira é extremamente violento. Raça e gênero, quando combinados, são marcadores sociais que afetam mais as mulheres negras no sentido de sua exclusão afetiva-sociocultural do que outros grupos (PACHECO, 2013). Os quadrinistas apresentaram a solidão vivenciada por Carolina. Isso é perceptível na última parte do quadrinho, quando ela está sozinha em seu sítio, sem a fama que conseguiu outrora, relembrando sobre momentos de sua infância.

O Brasil é permeado por processos de exclusão social da mulher negra discriminada pelo gênero, pela raça e pela condição socioeconômica. Isso é perceptível no quadrinho, onde sua humanidade é ignorada constantemente em diversos momentos da história. Se as diferenças e exclusões sociais são construídas, é importante compreender como ocorre esta construção e como ela é atualizada, tendo como um dos eixos estruturantes o racismo. É perceptível na HQ que os autores representaram a naturalização da desigualdade socioeconômica vivenciada por Carolina, assim como a naturalização do racismo e sexism.

3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Sirlene Barbosa e João Pinheiro representaram Carolina de Jesus na HQ conforme o contexto social, histórico e cultural da história narrada, isto é, os autores se esforçam em adentrar no período em que estão abordando. Esse esforço requer um exercício imaginativo, epistemológico e investigativo, para elaborar textos e desenhos que sejam coesos com suas pretensões narrativas. É plausível afirmar

que os autores tiveram a pretensão de escrever a HQ como crítica ao racismo, estruturado na sociedade brasileira em toda a sua história.

As diferenças de gênero e sua interseccionalidade com raça e classe são presentes e pertinentes. É abordada aspectos de como ocorre as desigualdades raciais e de gênero no Brasil, ao contar as desigualdades sociais enfrentadas por Carolina, que perpassam não apenas nos locais que ela vivencia (na favela inicialmente e depois em espaços com melhores condições socioeconômicas), mas também nas relações com outros personagens. Nesse sentido, os autores representaram na HQ como ela vivenciou as referidas desigualdades, seus conflitos internos e suas formas de superá-las.

Utilizando personagens reais como Carolina de Jesus ou outros que são de autoria criativa dos autores, os autores representam a mulher negra como forma de crítica as desigualdades sociais, raciais, culturais e de gênero existentes em toda a história brasileira. Apesar da HQ não condizer exatamente com os fatos que ocorreram no passado, os autores representaram nas histórias questões relevantes, as vezes especulativas e outras com uma profunda abordagem da história nacional. É plausível afirmar que Sirlene Barbosa utilizaram os riquíssimos livros de Carolina para representar a força de uma mulher negra diante de tantas desigualdades sociais, que fazem sentido com os acontecimentos atuais e do passado no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. Práticas infocomunicacionais e mediações na cultura da convergência. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação do SESC**, São Paulo, n. 7, p. 228-242, 2018.
- ALMEIDA, M. A. Processos culturais & Convergências tecnosociais. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação do SESC**. São Paulo, n. 2, p. 142-158, 2016.
- BARBOSA, S.; PINHEIRO, J. **Carolina**. São Paulo: Veneta, 2016.
- CHINEN, N. **O negro nos quadrinhos do brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2019.
- GONZÁLEZ, L. **O papel da mulher negra na sociedade brasileira**: uma abordagem político-econômica. Symposium the Political Economy of the Black World: Los Angeles, 1979.
- HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

PACHECO, A. C. L. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: Edufba, 2013.

EIXO V: GÊNERO, CULTURA E ARTE

MEDIAÇÃO DA LEITURA E DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO A PARTIR DO INSTAGRAM CAIS DA LEITURA

Italo Teixeira Chaves
italochaves55@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Discussões sobre gênero são assuntos recorrentes na sociedade contemporânea, embora algumas problemáticas no que diz respeito à desigualdade e intolerância sejam seculares. Deste modo, existem questões que atravessam o cotidiano em diversos contextos e aspectos, envolvendo interseccionalidades complexas entre pontos sociais, culturais, econômicos e de acesso à informação.

Santos (2020) explica que os estudos de gênero ultrapassam uma concepção biológica, envolvendo também as interseccionalidades supracitadas, sendo gênero uma categoria de análise social que permite compreender esses aspectos biológicos que também são permeados por relações de poder. No âmbito dos estudos de gênero, surgem também os que se direcionam à sexualidade, onde faz-se necessário destacar que “a sexualidade humana é heterogênea, não é imutável, sendo formada por uma multiplicidade de possibilidades.” (SANTOS, 2020, p. 73).

As facetas de gênero e sexualidade são representados na atualidade em diversos contextos culturais e artísticos, seja por meio de filmes, peças teatrais, músicas ou livros. Além disso, é preciso destacar a emergência das mídias sociais, que oportunizam novas formas de disseminar a informação com as pessoas, de modo rápido, dinâmico, interativo e que permite troca de conhecimentos e experiências entre o público.

Diante deste contexto, o presente estudo objetiva analisar o perfil literário Cais da Leitura³¹, no instagram, procurando compreender de que maneira é realizada a mediação da leitura de livros voltados à literatura LGBTQIA+, observando o tipo de conteúdo produzido e as interações. Optou-se pela escolha deste perfil considerando sua pertinência ao tema, abrangência por contar com mais de 10 mil seguidores, além do produtor ser um integrante da comunidade LGBTQIA+.

³¹ Perfil disponível em: <https://www.instagram.com/caisdaleitura/>. Acesso em: 02. mar. 2022.

2 METODOLOGIA

Este estudo segue um percurso investigativo característico como descritivo, considerando que os resultados apresentados a seguir são analisados com base nas inferências e descrições a partir do que está disponível no perfil do instagram Cais da Leitura.

Além disso, utiliza-se da pesquisa bibliográfica para desenvolver arcabouço teórico que possibilite a compreensão do conceito de Mediação da Leitura no âmbito dos estudos desenvolvidos na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Considera-se sobretudo as contribuições de Jesus e Gomes (2019, 2021) que desdobram estudos no âmbito das dimensões da mediação da informação voltados para leitura e Dantas (2019) que narra sobre a formação de leitores. Logo, as análises realizadas perpassam por uma abordagem qualitativa das postagens, *stories*, *reels* e demais conteúdos interativos postados no instagram que tenham como foco a literatura LGBTQIA+.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dantas (2019) narra sobre quem são os mediadores de leitura: nossos familiares, professores, amigos, bibliotecários, dentre outros agentes possíveis que narram histórias e encantam desde à infância à fase adulta. Há culturas em que a história oral também é perpassada, por meio de mitos e lendas, em que, de certa maneira, refere-se a uma leitura de mundo.

Pode-se dizer que há no sujeito social a experiência de autor e de leitor, que o coloca em uma relação constante entre suas próprias experimentações e as sensações e experiências de outros sujeitos, se expressando por meio do domínio da linguagem e encontrando a expressão do outro através da leitura, sendo este um processo que só ocorre porque leitura e escrita é antes de tudo comunicação. (JESUS; GOMES, 2019, p. 2)

No contexto das mídias sociais, é possível complementar os apontamentos de Jesus e Gomes (2019) com mais uma categoria, que mistura-se aspectos do leitor e do autor: o produtor de conteúdo, que é leitor, e a partir das suas expressões, é também autor de postagens que narram, por meio de resenhas e outras maneiras dinâmicas um pouco do conteúdo dos livros. Esses produtores se apropriaram de mídias sociais como *facebook*, *youtube*, *twitter*, *instagram*, *tiktok*, dentre outras, para

mediar a leitura num contexto contemporâneo. Um exemplo disto é o perfil Cais da Leitura, idealizado pelo bibliotecário e leitor, Pedro Corrêa.

Figura 1 - Perfil Cais da Leitura no instagram

Fonte: Instagram (2021)

Jesus e Gomes (2021) reafirmam as cinco dimensões da mediação da informação: dialógica, estética, formativa, ética e política, e em estudo realizado ressaltam o cuidado com o outro e o respeito ao direito do outro como fundamentais para dimensão ética e política. Ademais, essa dimensão política ainda se relaciona com a tomada de consciência e do posicionamento do mediador em agir como protagonista, sendo este um exemplo de perfil literário que se diferencia ao direcionar-se à comunidade LGBTQIA+.

Nesse sentido, o perfil estudado tem um encaixe com estas duas dimensões por estar, talvez de forma (in)direta, cuidando e respeitando o direito do outro, promovendo postagens que oportunizam a disseminação da literatura LGBTQIA+, oportunizando que os leitores conheçam e se identifiquem com obras literárias desse âmbito.

As publicações do Cais da Leitura estão dispostas no feed principal do instagram, principalmente no formato de foto, como apresentado na figura 1, além de estarem também disponíveis em vídeos, sejam alguns curtos, com a ferramenta *reels* ou vídeos mais longos, com resenhas ou outros conteúdos envolvendo o mundo literário.

As postagens apresentadas são principalmente elaboradas como resenhas de livros, listas, indicações, *tags*, memes, frases, bem como algumas que discorrem sobre alguns tópicos da comunidade LGBTQIA+, tais como “movimento LGBTQIA+: tudo nasceu com Stonewall”³², “preciso fazer parte da comunidade LGTQIA+ para lutar pela causa?”³³, “a importância da literatura LGTQIA+”³⁴, “autores clássicos gays”³⁵, dentre outras postagens disponíveis no perfil.

Os *reels* já são conteúdos mais dinâmicos uma vez que o produtor de conteúdo está protagonizando cenas, falas e posicionamentos, além de não haver a

³² Postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/CN5vEX-j-SN/>. Acesso em 02. mar. 2022

³³ Postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/CN7f6CxDONg/>. Acesso em 02. mar. 2022

³⁴ Postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/COBhK7qjsTd/>. Acesso em 02. mar. 2022.

³⁵ Postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPGWmzHDom8/>. Acesso em 02. mar. 2022.

estaticidade que são características às fotos. Há, nesses casos, um toque de humor e conteúdo mais cômico, estando presente também algumas postagens sérias no tocante ao desrespeito e ofensas aos membros da comunidade LGBTQIA+, como é o caso dos vídeos: “eu não aceito o casamento gay”, “você apoia mesmo a comunidade LGBTQIA+ ou é só meme?” ou “ressignificando palavras (antes) ofensivas!”.

A mediação da leitura, em muitas vezes é percebida por um viés político da mediação da informação, pois é nesta dimensão que “o profissional assume a condição de protagonista social, atuando em respeito aos fundamentos do trabalho informacional, aos interesses sociais e aos princípios de humanização do mundo.” (JESUS; GOMES, 2019, p.7). Deste modo, o conteúdo produzido pelo instagram Cais da Leitura possibilita reflexões sobre a comunidade LGBTQIA+, sobre respeito às diferenças, estando nítido o protagonismo do criador de conteúdo em abordar o assunto de ora de maneira lúdica e informativa, ora com teor crítico e conscientizador para o seu público.

ação mediadora não está circunscrita a um momento ou fazer profissional, mas sim a um processo que envolve e entrelaça princípios, fazeres e contextos, com a finalidade de não apenas garantir o acesso a eles, mas também para que a partir desse acesso se inicie um **processo reflexivo**, um **processo de debate**, de trocas e **de exercício da crítica** em torno do conteúdo. (JESUS; GOMES, 2021, p. 5, grifo nosso)

A mediação da leitura passa a somatizar uma função que ultrapassa incentivo a leitura e a literatura, que vale ressaltar ser já uma tarefa complexa, e passa a atuar também no âmbito da conscientização das diferenças existentes entre os sujeitos, da compreensão do outro, da alteridade, da empatia e do respeito. Nesse aspecto, é preciso refletir sobre o papel que as mídias sociais, tais como o instagram passam a ter na contemporaneidade. Perfis como o Cais da Leitura demonstram a potencialidade da criação de canais nas mídias sociais para falar de gênero e outros tópicos, ressignificando uma mídia que passa a ser não só fonte de entretenimento, mas de educação, de cultura e de conscientização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e estudos sobre Gênero e suas vertentes têm aumentado exponencialmente nas últimas décadas. Algumas áreas do conhecimento têm se destacado nas publicações, como Psicologia, Filosofia e Ciências Sociais. Posto

isso, buscou-se com o presente estudo traçar contribuições iniciais a partir do conceito de mediação da leitura, embasado nas correntes teóricas da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A mediação da leitura se mostra como um conceito que promove a dialogicidade, conscientização e formação, caminhando entre os aspectos culturais, de produção de sentidos e significados pelos sujeitos. Nesse entremeio, a de se destacar também as novas obras literárias que trazem discussões sobre gênero para além dos aspectos acadêmicos, sendo uma fonte de informação, entretenimento e identificação para jovens e adultos.

O Instagram, nesse contexto, passa a ser uma mídia social que se torna fonte potencial para estudos, pesquisas, protagonismos e representatividade. O Cais da Leitura se mostra como um perfil promissor no debate aos temas da comunidade LGBTQIA+ e demonstra, de forma prática, por meio da mediação da leitura como o Instagram também é uma ferramenta política e fortalecedora dos discursos em prol do respeito, dos direitos e das realidades da comunidade LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Goimar. **A arte de criar leitores:** reflexões e dicas para uma mediação eficaz. São Paulo: Editora SENAC, 2019.

JESUS, Ingrid Paixão de; GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da leitura no viés das dimensões da mediação da informação. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/122545>. Acesso em: 03 mar. 2022.

JESUS, Ingrid Paixão de; GOMES, Henriette Ferreira.. Dimensões da mediação da informação e suas contribuições para a formação do mediador da leitura: aproximações teóricas e empíricas. **Encontros Bibli:** Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 26, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/161971>. Acesso em: 03 mar. 2022

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. **Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil.** 2020. 162 f. (Tese) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18202>. Acesso em: 03 mar. 2022.

EIXO V: GÊNERO, CULTURA E ARTE

NÃO OLHE PARA CIMA: UM CORPO FEMININO EM MOVIMENTO

Mari Lourdes Santos Lima
mari_lourdes1965@yahoo.com.br

1 APRESENTAÇÃO

A consciência de classe, de raça ou de gênero decorreu de uma conquista oportunizada por experiências históricas em realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado (HARAWAY, 2018). E no campo de embate do movimento feminista erguem-se discussões sobre gênero que têm provocado fissuras ao conceito de mulher.

Essas fissuras se contrapõem a narrativas míticas de unidade original relativa ao ser mulher no contexto ocidental e humanista. Nesse sentido, é importante perceber multiplicidades de identidades que configuram mulheres em suas próprias experiências de vida. Nessa multiplicidade elas movimentam cenas e seus corpos rompem paradigmas.

Nesse sentido, essa discussão se aporta no feminismo materialista (HIRATA, 2018), porque tem interesse em entender relações de poder, exploração, opressão e dominação de gênero. Em vista disso, a teoria feminista e movimento feminista são campos indissociáveis à medida que a teoria se constrói a partir de pautas elaboradas por um movimento que atua para o enfrentamento de relações sócias desiguais.

Neste estudo, a teoria permite a compreensão de movimentos de uma personagem vistos como transgressores, uma vez que a narrativa do filme é entendida através da ótica de desconstrução. A partir dela enxergam-se insurreições no corpo de uma cientista. Essa insurreição ocorre em uma dupla face: na narrativa filmica e na narrativa social. Em uma face está a cientista que se move para combater a exploração do capital frente ao fim do mundo. Em outra está a representação de uma pesquisadora movida por compromissos com a preservação da vida na Terra.

Nessas representações, observam-se duas criações: uma criatura da realidade social e também uma criatura da ficção (HARAWAY, 2018). Na realidade social está a mulher que vive situações de enfrentamento político quando desafia

com sua fala em momentos que lhe exigem silêncio. Na ficção está a representação de mulheres cientistas que fogem ao estereótipo da sisudez e da tranquilidade. A mulher no corpo de uma cientista se desespera frente à possibilidade de interesses econômicos suplantarem preocupações voltadas à preservação da vida no planeta diante de uma catástrofe iminente.

Nesse sentido, a atuação de uma cientista, no filme **Não olhe para cima** (MCKAY, 2021), abarca debates acerca de necessárias fragmentações no estudo sobre mulheres. Nessa existência plural, é preciso caminhar por uma via de fragmentação que faz com que enxerguemos mulheres em distintas comunidades e experiências.

Nessa pluralidade, o corpo da personagem é apresentado como transgressor ao alinhar preocupações científicas a preocupações humanitárias. A cientista que descobre o meteoro também se agencia para cuidar do planeta. Dela partem interrogações a sujeitos sociais interessados na exploração econômica da iminente extinção humana.

Uma vez que uma mulher inicia um grande movimento para evitar o cataclismo, o filme surge diante do expectador como uma grande odisseia. Na trama, dois astrônomos, Randall Mindy e Kate Dibiasky, se dispõem a enfrentar opositores frente a uma evidência científica: um grande cometa irá chocar-se com o planeta Terra. Após essa descoberta feita por Dibiasky, os astrônomos se movimentam intensamente. Esse frenético movimento sugere uma odisseia envolvendo um campo de luta entre defensores da sobrevivência humana contra operadores do poder político e econômico que estão interessados em abstrair lucro desse evento.

Como essa odisseia é percebida no movimento do corpo, nele também estão discursos a favor da vida. Assim esse corpo é linguagem que atua no mundo através do discurso (MELO; ROCHA, 2019). Por essa perspectiva, atuamos no mundo com nossos discursos. No discurso da cientista está um corpo que atua na esfera do trabalho produtivo em seu laboratório e do trabalho reprodutivo quando empreende ações para cuidar do planeta.

Com base na economia feminista (CARRASCO, 2018), o trabalho, em princípio, é uma atividade humanizante, posto que ele mobilize o ser para atuar no coletivo. Logo o trabalho é uma categoria ontológica que possibilita o conhecimento do sujeito e, assim, o conhecimento da subjugação e da alienação. Nessa

perspectiva, o trabalho como valor de uso e como valor de troca pode ser avaliado na gama de interesses que move dois perfis centralizados na personagem Dibiasky. Ela anuncia um fato científico e também combate ações de descrédito ao discurso científico.

Inicialmente à descoberta, Kate Dibiasky compõe, coletivamente, um corpo científico que se apropria de um achado de pesquisa para evitar a extinção humana. Inserida nesse grupo, ela age em prol da verdade científica visando ao bem-estar social. Ela, inicialmente, é uma astrônoma desconhecida, estudante de doutorado da Michigan State University, entretanto suas ações ganham relevo à medida que seu corpo mais se inquieta e mobiliza a trama.

Neste estudo, objetiva-se discutir transgressões no agir dessa personagem que atua movida por preocupações científicas atreladas a preocupações humanitárias. Além disso, pretende-se avaliar o encontro à mesa de duas mulheres que encerram seu último dia de existência colhendo frutos de seus movimentos: a cientista ao lado de pessoas aliadas ao seu combate travado e a esposa que se moveu para reunir a família.

No desenrolar do conflito na narrativa, a cientista é um corpo de mulher que reage contra líderes de setores econômico e político no seu país. Ela luta contra o trabalho desses líderes que mediam trocas entre agentes financeiros e políticos. Para discutir essa luta, saliento a importância de um corpo emancipado, analiso o corpo-linguagem em três cenas e por fim apresento minhas considerações finais.

Um Corpo Emancipado

Os corpos *emancipados* (GOMES, 2017, p. 97) se afirmam no espaço público, uma vez que não caem na exotização ou na folclorização. Para a antropóloga, no corpo negro estão processos, vivências e saberes produzidos coletivamente. E nesse corpo também estão as tensões entre regulação e emancipação, pois em atos regulatórios irrompem aprisionamentos, mas surgem respostas a essas violências em um corpo emancipado.

Nessa perspectiva, o corpo da cientista é pensado como um corpo emancipado. Ele é um corpo que luta contra poderes políticos e econômicos. Essa luta é uma importante analogia para pensar a linguagem de um corpo de cientistas em eventos atuais. Por exemplo, como esse corpo, desde o início da pandemia de Covid-19, no Brasil, passa a ser sistematicamente desacreditado por falas de governantes e por aliados políticos desses poderes.

Na ficção, o alto chefe da NASA, Dr. Teddy Oglethorpe, se junta aos dois astrônomos de Michigan State University. Eles passam a lutar pela preservação da vida humana. Esses três corpos, em movimento, são completamente desacreditados pela presidente Orlean e o filho, também secretário, Jason.

Tanto na contemporaneidade quanto no filme é importante refletir sobre o atual momento histórico, no Brasil, em que há a cisão entre ciência e política. No cenário brasileiro e no filme, cientistas representam um corpo humanitário sustentado pela razão, mas eles enfrentam outros corpos que têm dificuldade de entender sua mensagem: A defesa da centralidade da vida humana exige a subversão contra o sistema econômico e social em vigência.

O descaso da maior liderança política norte-americana diante do anúncio de um impacto do cometa com a Terra pode ser discutido sobre a ótica do aparelhamento do Estado ao se pensar nas vigas que sustentam tal edifício. Althusser (1980) considera a existência de dois aparelhos de controle. O repressivo exercido pelo governo, exército, polícia, tribunal, prisão. Já a mídia faz parte do aparelho ideológico do Estado.

Por essas duas esferas de aparelhagem os cientistas, sempre impulsionados por Kate Dibiasky, transitam. No filme, inicialmente, eles acreditam que governo e mídia se sustentavam por interesses distintos. Em função disso, a falta de apoio da administração pública para combater a colisão entre cometa e a Terra move esses cientistas para outro cenário. Em ambos os espaços, a pós-verdade torna-se uma estratégia de manipulação de poder. E nessa circunstância está o corpo científico, modelado pelo perfil de DibiasKy, como conhecimento-emancipação (SANTOS, 2019), lutando contra um estado de aprisionamento e violação para um estado de saber gerador de solidariedade e de liberação.

2 CORPO LINGUAGEM

Segundo Butler (1997, p.5), a linguagem produz corpos. Essa linguagem os sustenta ou os ameaça a existência. Nesse sentido, um corpo existe se for nomeado e reconhecido. Então o corpo só existe na dimensão da alteridade, pois ele precisa ser reconhecido pelos (as) outros (as). Logo esse corpo precisa ser reconhecível. Para autora, uma vez que a linguagem é ação, nós nos constituímos em ações corpóreo-discursivas. Então nós somos definidos por conta do que fazemos.

Nesse corpo reconhecível, consideram-se três ações corpóreo-discursivas da

cientista Dibiasky, centralizadas no cuidado: o olho da descoberta; o corpo-meme e dois corpos femininos na sala de jantar. A partir do filme, reflexões sobre tragédias de proporção global possibilitam considerações sobre modos de relacionar-se com o outro e com o planeta.

O corpo feminino que se move nessas cenas do filme é uma linguagem ação (AUSTIN, 1962 [1990]). Desse corpo partem questionamentos sobre o valor dado à vida em uma sociedade neoliberal. A partir de movimentações da personagem Kate Dibiasky, a cena é analisada como acontecimentos observados por três categorias: a vida em espera, a vida por um fio e vidas ressignificadas.

Na primeira categoria analisada, a vida em espera, o trabalho de observação conduzido pelo olhar da cientista que perscrutou a órbita celeste é comparado a um trabalho *care* (BORIS, 2014). Nesse olhar está a observação atenta à tarefa da cuidadora. Na dimensão social, esse labor é desenvolvido por mulheres no espaço doméstico e não é remunerado. Na análise proposta aqui, esse olhar é um discurso sobre cuidado e, em decorrência dele, é gerado o grande movimento de corpos no filme.

Se o trabalho de cuidado é realizado na esfera de um cuidado pessoal ao outro, envolvendo ações que visam assistir a necessidades físicas, intelectuais, afetivas; o olhar da cientista promove a cadeia de ações da história a ser contada. Nesta perspectiva, o corpo é entendido em sua expressão performática. A performatividade (BUTLER, 2006, p. 185) assinala a constituição do gênero como atos, gestos, representações ordinariamente constituídas. O ato feminino, no filme, é uma feitura. Ele é construído a partir de acionamentos ao próprio corpo que reage contra o desrespeito à vida humana.

Mesmo que os princípios que sustentem a concepção do trabalho *care* não se ajustem integralmente à atuação da pesquisadora Kate Dibiasky, corpo de Kate é afetado pela descoberta. Por isso esse corpo se torna refinadamente cuidadoso e observador no laboratório de pesquisa espacial. Desse espaço, brotam expectativas relativas ao uso político e econômico de sua descoberta.

Na segunda categoria apreciada, a vida por um fio, a cena em estudo encontra-se na saída frustrada da estudante e de seu orientador do gabinete presidencial. Essa cena impulsiona os corpos desses dois cientistas para o ambiente midiático. Lá seus gestos e falas estão em desacordo com narrativas criadas por dois jornalistas. Por isso, a vida está por um fio, o fato científico, mesmo sendo alvo

de deboche dos apresentadores do programa, gradativamente vai inquietando Kate. O resultado disso é sua abrupta saída do estúdio de televisão. Por conta disso, esse corpo em desespero é representado no espaço virtual como um corpo *meme*. Ele é reproduzido como uma sátira de sua Imagem, espalhada rapidamente através da internet.

Na terceira categoria, vidas ressignificadas, uma cientista e uma esposa mudam rotas de suas trajetórias e se recompõem para o momento final: a morte. June Mindy é a esposa que aceita recompor o casamento servindo um jantar em sua casa. Mindy é ajudada pelos convidados na feitura da refeição, mas a mesa e a casa são cedidas por ela para esse momento de partilha. Além disso, a recomposição do casamento parte dela após se reconciliar com o marido frustrado por um relacionamento extraconjugal e pelo insucesso de sua tentativa de salvar o planeta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À mesa, a astrônoma e a esposa confraternizam com familiares e amigos. Elas parecem se reconectar com o mundo prestes a ser arruinado junto a pessoas que não fizeram do meteoro um negócio ou junto a um marido que não abandonou a casa. Na última cena ganha muito destaque o fato da cientista está sentada. Ela parece ter concluído sua odisseia do movimento fissura ao combater na guerra do fim do mundo.

Na discussão do filme, cometa ou pandemia de Covid-19 revelam tempos de precariedade da vida humana. No filme essa precariedade vai sendo descortinada por inquietações de um corpo feminino. Esse corpo é símbolo de rupturas ao modo de produção capitalista contribuindo como um novo modo de pensar ciência e atuação política, assim como se desenvolve estudos de gênero na militância em movimento.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer. Palavras e ação.** Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1962 [1990].

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado:** nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. In: (Ed) CASE, Sue-Ellen. **Performing**

Feminisms, Feminist Critical Theory and Theatre. Baltimore: The John Hopkins Press: 1990.

BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative.** Nova Iorque: Routledge, 1997

CARRASCO, Cristina. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Revista dos pós-graduandos em ciencias Sociais - IFCH – UNICAMP**, n.52, ano 28, 2018.

EILEEN, Boris. Produção, Reprodução, Casa e Trabalho. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.26, n.1, p. 101- 121, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

NÃO olhe para cima. Direção: Adam McKay. Produção: Adam McKay.USA, 2021.

SANTOS, Boaventura Souza. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

EIXO V: GÊNERO, CULTURA E ARTE

FUNDAMENTOS GERAIS ACERCA DAS RELIGIÕES NA SOCIEDADE: OS
IMPACTOS E PRÁTICAS ESPACIAIS DO MOVIMENTO RELIGIOSO
UMBANDISTA NO SUDESTE PARAENSE

Evandro Luiz Andrade Moraes Junior
xjrandradex@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO

As pesquisas voltadas para religiões de matrizes africanas têm se intensificado nos últimos anos. Como forma de reparo histórico, os diversos estudos tendem a compreender melhor o seu processo de disseminação nas diversas partes do Brasil. Nesse sentido, o objetivo proposto neste artigo é entender o processo de prática espacial dos terreiros de Umbanda e suas estratégias no tempo, compreendendo assim as formas de resistência cultural da religião. Entender essas técnicas e estratégias, ajuda a entender a relação que os terreiros têm no espaço atual. Isso configura, uma problemática que envolve a pesquisa, na qual é “como se dá as práticas e estratégias espaciais do terreiro mina nagô ogum das matas no município de Marabá/pa?”. A problemática cerca vários questionamentos que serão discutidos ao longo de análises geográficas. Para fazermos tal análise científica, atribui-se um arcabouço teórico com os mais diversos autores que discutem assuntos relacionados a temática como: Durkheim (1996), Elíade (2010), Barbosa (2014), Santos (1997), Carlos (2007), entre outros. Houve também, a implementação de análises e estudos na área do terreiro Mina Nagô Ogum das Matas, como produção cartográficas, utilização de gráficos secundários e entrevista realizada no terreiro, para melhor compreensão geográfica. Em um primeiro momento, pretende-se aqui desenvolver os principais fundamentos teóricos acerca da construção religiosa dentro da sociedade e como ela se instaura através de seus significados sobre a perspectiva da constituição do sujeito. Posteriormente se discutirá os impactos da inserção da Umbanda no espaço e seus principais conflitos e estigmas implementados desde o seu surgimento, bem como, suas principais características de ritos e signos e como afeta diretamente as dinâmicas de suas práticas espaciais na atualidade.

2 JUSTIFICATIVA

Nessa perspectiva, os conhecimentos sobre assuntos atrelados a temática de religiões de matrizes africanas no Brasil, tentem a cada vez mais a ser estudados no campo científico, como forma de entender movimentos atuais. É de suma importância esta compreensão na contemporaneidade, para que além de mostrar a relevância de uma cultura claramente marginalizada, possa mostrar novos horizontes acerca da religião na sociedade.

3 OBJETIVO

3.1 Objetivo Geral

Compreender a análise espacial entre as formas que foram atribuídas as práticas e ações no espaço do terreiro do Terreiro Mina Nagô Ogum das Matas em Marabá/PA.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o processo de espacialização do terreiro de Umbanda Mina Nagô Ogum das Matas em Marabá/PA;
- b) Entender o processo de construção de ressignificação do lugar através da manifestação religiosa do praticante;
- c) Investigar as delimitações de espaços sagrados e profanos dentro de sua esfera particular.

4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos abordam análises que visam buscar métodos estabelecidos para a produção do espaço vivido do sujeito sobre uma perspectiva do materialismo histórico dialético. Nesse sentido, a estrutura da abordagem se dará por: revisão bibliográfica, trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas no terreiro de Umbanda Mina Nagô Ogum das Matas em Marabá/PA. sendo inicialmente entrevistados praticantes do terreiro das mais diversas hierarquias, além de serem feitas fotografias e coleta de dados secundários a partir de documentos registrado por instituições e produção cartográfica a partir de dados obtidos para a especialização dos fenômenos estudados. A intenção é dar voz aos sujeitos envolvidos com seu contexto social ao qual destacamos para a análise que irá se realizar, e este fato não é meramente por acaso.

A investigação dessas práticas dentro de sua materialização espacial pode aqui ser esboçada a partir da premissa de trazer para o centro analítico o olhar do sujeito em relação a suas vivências, consumos e acessos sociais e seus medos e prazeres enquanto praticante religioso. Desse modo, a metodologia proposta se baseia em uma abordagem de pesquisa voltada para métodos qualitativos. Godoy (1995), destaca a importância para as pesquisas qualitativas, caracterizando como uma estratégia viável para responder questões pertinentes às causas e formas de materialização de fenômenos em sua atualidade com base em determinado contexto que não decorre em uma generalização, mas sim em um aprofundamento do fenômeno de interesse. De acordo com esse entendimento,

O pesquisador deve também preocupar-se em mostrar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação, uma vez que a realidade é sempre complexa. Desta forma, para uma apreensão mais completa do fenômeno em estudo, é preciso enfatizar as várias dimensões em que ele se apresenta, assim como o contexto em que se situa. A divergência e os conflitos, tão característicos da situação social, devem estar presentes no estudo (GODOY, 1995, p. 25-26).

Desse modo,

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. (BONI; QUARESMA, 2005, p.75)

Partindo disto, a entrevista semiestruturada possibilita diversas aberturas para os caminhos da pesquisa. Traz de certa forma uma liberdade maior, tanto para o entrevistador quanto para o entrevistado. Neste sentido, a entrevista será feita em três sessões de modo virtual e também presencial com duração de aproximadamente 60 minutos utilizando um gravador. Desse modo, implica diretamente em estudos de análise qualitativas, aonde terá uma compreensão da realidade múltipla e complexa na relação do praticante com o cotidiano, uma vez que o trabalho se pauta em questões existenciais do sujeito em seus mais diferentes espaços. Como destacado acima, o projeto terá etapas pré-determinadas que inclui: o mapeamento do terreiro de Umbanda, fotografias como instrumento do processo de espacialização do lugar e a entrevistas como ferramenta de análise histórica individual do sujeito. Na primeira etapa da pesquisa será identificado a localização

do terreiro, seguido e um procedimento cartográfico do lugar. Será utilizado o software QGIS, para produção cartográfica de localização. Aponta-se também a necessidade de um levantamento e organização de dados coletados de diferentes servidores que disponibilizam arquivos e informações públicas cartográficas sobre a área de estudo. Dessa maneira, o levantamento será feito por contato associações públicas da cidade, além de atuações integradas à religião Candomblecista. Se necessário, será organizado e redigidos ofícios no qual mostrará o teor da pesquisa para qualquer requerimento de informações necessárias.

Seguindo a etapas de pesquisa a fotografia será é um registro primordial voltado para o espaço. O mapeamento fotográfico do terreiro contribuirá na análise sobre a paisagem além de compreender a espacialização interna do lugar. A fotografia nos permite identificar e analisar sobre uma ótica de imagens do cotidiano do praticante, revelando aspectos de imagens sobre a realidade estudada, além da construção de uma ferramenta que auxilia a compressão e dimensão espacial além da materialização de práticas espaciais. Pedroso (2017), explora essa possibilidade metodológica a partir da fotografia como um dos recursos principais de análise.

Assim sendo, a fotografia torna-se um elemento comunicacional passível de inúmeras interpretações, mas que, certamente, conforma uma mensagem etnográfica que, em conjunto com outros procedimentos metodológicos, como a entrevista, deixa de ser um dado secundário ou ilustrativo do texto e passa a denotar uma textualização da realidade verificada (PEDROSO, p. 363, 2017).

Ainda sobre esse recurso metodológico elementar para uma maior compressão sobre o tema. Pedroso se embasa nas concepções de Boris Kossoy, que identifica dois aspectos passíveis a serem diagnosticados na análise de imagens fotográficas, sendo implícita ou explicita. Desse modo, a partir da utilização dos registros fotográficos a serem produzidos ao longo do trabalho de investigação de campo, os aspectos específicos do espaço do terreiro de Umbanda capturados e imobilizado pelas imagens fotográficas poderá ser compreendida através de elementos visuais, dentro daquilo que é esperado na realidade do praticante. Trazendo formas e conteúdo de vivências evocadas no espaço na qual revela sua aparência e sua história. Por fim e não menos importante o principal instrumento operacional para esta pesquisa, a entrevista. É uma ferramenta notável para os diferentes perfis de sujeitos sendo que alguns se prevalecem mais com o envolvimento de produção do espaço, que apresentando seu modo de vivência na

cidade. Os diferentes olhares e significados no espaço do sujeito são atribuições valiosas vindo de falas, observações e descrições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações até aqui estabelecidas deste trabalho, buscaram mostra as transformações geográficas em uma perspectiva religiosa. Historicamente, desde o surgimento da Umbanda houve constantes perseguições com sua prática no espaço. Nesse sentido, buscou-se compreender aspectos de estratégias espaciais como forma de resistência cultural negra no tempo. Essas configurações espaciais trouxeram impactos gerados na contemporaneidade desde suas composições espaciais até o processo de espacialização entre seus praticantes no terreiro. Neste processo de construção social e de formação social do indivíduo na Umbanda, mostrou que os laços de afetividade entre os praticantes caracterizam seu espaço habitado. Nessas conexões, o terreiro tem sua particularidade através de ações concebidas entre seus seguidores que são passadas através do tempo. Desta maneira, a Umbanda é expansiva nas mais diversas áreas e locais, sendo ambientes pré-determinados sagrados ou não. Um exemplo atual a ser destacado é o Terreiro de Umbanda Mina Nagô Ogum das Matas que foi analisado seus aspectos de produção no espaço. Entender todo o processo de construção histórica da religião, acarretou em compreender como se deu os mais diversos processos do objeto estudado. Portanto, identificar e analisar esses processos geográficos dentro de uma vertente de prática de manifestação religiosa, nos ajuda a olhar a Umbanda por um prisma diferente do senso comum. Reverberando novos repertórios, dando um sentido mais amplo e analítico sobre a cultura negra.

REFERÊNCIAS

ELÍADE, Mircea. **Traité d'histoire des religions**. Paris: Payot. Paris, 1949.

DURKHEIN, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4^a ed. São Paulo: Nobel, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

BARBOSA JÚNIOR, Ademir. **O livro essencial de Umbanda.** São Paulo: Universo dos Livros, 2014.

BONI, Valdete; QUARESMA, Valeria. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

GODOY, Schimidt Arilda. Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, 1995.

EIXO V: GÊNERO, CULTURA E ARTE
AGRICULTORAS DE SI E DO MUNDO

Geisa Lima dos Santos
geartelima@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido foi uma produção realizada na disciplina de Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas, dentro do eixo: Trabalho, Proteção social, divisão sexual do trabalho e cuidado, na qual as docentes solicitaram a apresentação do tópico Feminismo e a Política do Comum em uma Era de Acumulação Primitiva (2010) do livro *O ponto zero da revolução* de FEDERICI (2019). Ela traz em seu texto o debate sobre a ideia de comuns que afetam sobre tudo as mulheres, já que a cooperação, a utilização dos mesmos espaços e recursos é uma forma de resistir e sobreviver às imposições do sistema sexistas e capitalista.

Nossa perspectiva é a dos comuns do planeta: seres humanos com corpo, necessidades, desejos, cuja tradição mais essencial é a da cooperação para construir e manter a vida, e que, contudo, tiveram que fazer isso sob condições de sofrimento e separação uns dos outros, da natureza e da riqueza comum que criamos por gerações. (FEDERICI, 2019, p.303 *apud emergency exit collective*, 2008).

A perspectiva dos comuns é a de criar formas dignas, menos destrutivas de viver, pensando que todas as ações no mundo afetam as/os sujeitas/os, sobretudo dentro desse modelo que enxerga a vida como algo descartável na linha da necropolítica, na política que seleciona quem morre e quem vive.

Em outras palavras, precisamos superar o estado constante de negação e irresponsabilidade no que se refere às consequências de nossas ações, resultantes das formas destrutivas nas quais a divisão social do trabalho é organizada no capitalismo; além disso, a produção de nossa vida torna-se inevitavelmente a produção da morte de outras pessoas. (FEDERICI, 2019, p.317)

O feminismo vem então, na contramão destes padrões, muitas vezes buscando o trabalho em rede, comunitário, onde o individualismo e o egoísmo são atacados, pois são características de um modelo eurocêntrico e destrutivo.

A superação dessa ignorância é o ponto de partida, em uma perspectiva feminista, para começar nossa reconstrução dos comuns. [...] E assim que devemos entender o *slogan* “não há comuns sem comunidade”; mas não uma “comunidade” entendida como uma realidade cercada, um grupo de pessoas que se junta por

interesses exclusivos que as separam de outros, [...]. (FEDERICI, 2019, p.317)

Portanto é nesse sentido que inscrevo o trabalho as *Agricultoras de si e do mundo*, elegendo como eixo o V) Gênero, cultura, arte, por debater a categoria gênero por meio da ação artística, da arte enquanto ação política.

O trabalho é relevante tendo em vista toda a construção social pautada em estruturas hierárquicas, machistas, homofóbicas, patriarcais, sexistas, racistas, eurocêntricas, dentre tantas outras que perpassam os corpos das/os sujeitas/os sobretudo os corpos das mulheres, fincada no debate da interseccionalidade, de onde construímos então a luta pautada no combate a todas as formas de opressão, pois entendemos que todas estas categorias operam em conjunto, reforçando umas as outras.

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; [...] Na verdade, tais sistemas, freqüentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. (Crenshaw, 2002, p.177)

Foram delineados como objetivos:

- Difundir e ampliar os debates dos feminismos por meio da ação artística, entendendo-a como ação eminentemente política.
- Utilizar a produção acadêmica, de autoras como Silva Federici, como ferramenta poética,
- Transformar um discurso complexo, acadêmico em algo mais acessível a outras (os) sujeitas (os) através da vídeo-poesia.

Nesse espaço aberto para o diálogo, produzi uma vídeo-poesia, tomando o caminho da arte, como meio de comunicar ideias, como metodologia, para a exposição do assunto e proposição de reflexões nos participantes da disciplina. O discurso que se imprime “[...] defende a liberdade, a igualdade e combate a assimetria, a dominação e a exploração nas relações de gênero, que atingem significativamente as mulheres em sua diversidade.” (ROCHA, 2016, p. 314) A vídeo-poesia tem duração de 6:48 minutos e apresenta a imagem de uma mulher (eu sou a mulher em questão), realizando sua performance de protesto, com atos de amarrar a si própria, riscar o corpo e tentar se desprender e

[...] a Performance proporciona aos artistas que a utilizam como meio expressivo, não mais uma relação artista/obra, ou melhor, sujeito/objeto, mas uma ação promíscua onde o próprio artista é a obra e que as fronteiras entre o sujeito e o objeto são dialógicas, concorrentes e complementares. (MORIN, 1990 *apud* BARBOSA, 2010, p. 1202)



Framer da vídeo-poesia Agricultoras de si e do mundo, 2021.



Framer da vídeo-poesia Agricultoras de si e do mundo, 2021.

Poesia utilizada no vídeo

Somos os comuns do planeta
seres humanos com corpo e desejos,
Sustentar a cooperação para construir e manter a vida,
Lutar e sofrer.

Atingidos no peito, fomos separados, apartados uns dos outros,
da natureza e da riqueza comum que criamos por gerações.

A (re) produção, produção social
Tocar as mulheres é tocar a base, o útero
Elas são os comuns?

Em lugares outros, novas formas de cooperação social
Um projeto político potente que aponte todos os comuns e os coloquem em conexão

Os comuns da terra, do ar, digitais, da arte

O roubo praticado pelos gigantes não ficará impune
Por que comuns?

o conceito que navega na esquerda radical
retirado do fundo de um baú visto com esgotado, toma a cena
o sujeito sente o perigo, sente que é caçado
Querem lhe tomar o mar, a terra, o ar, o seu coração

a moeda dominante é a lógica de reter
resgatados de outros tempos para esse mundo
os cercamentos comunais aticam relações ainda vivas
mesmo que os queiram mortos
eles e elas estão de pé fazendo frente a privatização

Lançar um olhar

Traçar linhas de fuga para a política dos comuns
luta “feminista” contra a discriminação sexual
trabalho reprodutivo é o alicerce da sociedade, fadada
precisamos implodir os modelos de organização social

A acumulação capitalista

igual a livre apropriação da terra, dos recursos, da gente, Camouflada, sai exaurindo
tudo que encontra pela frente
esculpido na consciência coletiva

mulheres destinadas a ser os comuns dos homens,
elas são fonte natural de riqueza e serviços,
livremente apropriada desapropriada de si
mulher e natureza são invadidas a todo tempo
ela tem seu corpo, seu trabalho explorado

os empregadores querem a reprodução da força de trabalho. o discurso dos comuns
não pode ser capturado, retido

os comuns contra a economia, o capital
o capitalismo não é o guardião do planeta
é a praga que devora o que é vivo
construir jardins na terra devastada
construir a vida dentro e fora
abrir caminho para a “rurbanizacao”
reflorestar

(re) existir, existir

Dividir com outros, escapar

Se desfazer da chave colocada nas nossas mãos

Ser a esquerda, e oferecer a base para um novo modo de produção Produzir
comuns com potência

criar formas de resistir ao trabalho assalariado e a subordinação São vistas como
sujeitos primários do trabalho reprodutivo dependentes dos recursos comuns
elas lutam com bravura em sua defesa
o sangue derramado de várias mulheres
as bruxas e suas narrativas em vermelho

a acumulação primitiva de hoje ainda expõe os corpos abertos a mulher é força que
impede a completa comercialização da natureza. Elas são as agricultoras de
subsistência do mundo.

Plantam a mudança

proteger umas as outras da pobreza, da violência de Estado e dos homens. essa
luta molda uma identidade coletiva,
um contrapoder em casa e na comunidade

No meio de tudo a primeira lição “tornar comum”

primeira linha de resistência contra uma vida de escravidão, em casa, nos exércitos,
bordeis, nas fabricas

Salvar as mulheres, salvar os comuns,
Vamos pedir a separação
Montar uma máquina de guerra

destruir a hegemonia
Semear a conscientização, o intercâmbio cultural
Defender a autonomia,
Cozer a boca do sistema
Frear a sua alimentação, acumulação de capital
Recusar uma reprodução que destrua outros comuns do mundo
Fazer uma transformação profunda
em todos os espaços da nossa vida
recombinar o que foi separado pela divisão social do trabalho
formas destrutivas estão emaranhadas no mundo do trabalho
a produção de nossa vida não pode ser a produção da morte de outras pessoas.
Superar a ignorância,
criar formas coletivas de viver
Pois, “não há comuns sem comunidade”;
a família e a casa, motores da fixação da força de trabalho
A casa atomizada e serializada, a reprodução privatizada
as mulheres trabalhadoras e prisioneiras da casa,
Elas vão construir os novos comuns,
buscar os processos coletivos, famílias estendidas comunidades espaços permanentes
retomar a casa como um centro de vida coletiva,
compartilhamento e a circulação de posses comunitárias
romper com o isolamento da vida na casa,
aumentar nosso poder
colocar fim a separação entre o pessoal e o político,
o ativismo político e a reprodução da vida cotidiana.
não e naturalizar o trabalho doméstico
como uma vocação feminina;
recusar-se a apagar as experiências coletivas,
o conhecimento e as lutas que as mulheres acumularam
de resistência ao capitalismo.
Reconectar-se com essa história
desfazer a arquitetura de gênero do mundo
reconstruir nossas casas e nossas vidas como comuns.

2 METODOLOGIA

A vídeo-poema está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dpMHVITIqE>, foi feita a partir de recortes do vídeo-performance *Poesia do Silêncio*, onde coloco o meu corpo na ação, enquanto espaço reflexivo, sou a artista e a performer, bem como a criadora da poesia e editora do vídeo. Para a montagem das *Agricultoras de si e do mundo* utilizei como plataforma o Canva. A poesia foi construída a partir da leitura do texto Feminismo e a Política do Comum em uma Era de Acumulação Primitiva (2010) do livro *O ponto zero da revolução* de FEDERICI (2019). Os elementos que são utilizados (batom, cordas faca, etc) na performance desencadeiam também uma gama de interpretações sobre os temas

abordados. É importante ressaltar que a pesquisa teve um caráter qualitativo, no sentido do uso criativo e aberto do texto, para a construção poética da obra, com objetivos de cunho exploratório e tendo como procedimentos, primeiro o estudo bibliográfico e posteriormente a criação do material áudio visual.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados da provocação causada pela obra, podem ser mencionados a sua participação na mostra virtual do Congresso UFBA 75 Anos, em 2021 e na **XI Mostra de Performance: Negríndios: Corpo e Distopia (Evento Virtual)** de 2021, portanto a sua circulação é ação política na proliferação das pautas feministas. Entende-se que o corpo, aqui torna-se central, se constituindo como texto, ele se abre para leitura, apresentando sentidos impregnados de sentimentos e potência. Na discussão coloco ainda quanto dado do trabalho, a reação da turma e professoras para quem o vídeo foi exibido inicialmente.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A obra causou uma sensibilização e emoção muito grande no grupo que assistiu à apresentação do texto e participava do debate, portanto, para além de um trabalho de cunho teórico ele vem com sua capacidade artística de afetar as/os sujeitas/os profundamente ao alinhar imagem, poesia e resistência.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Eduardo Romero Lopes. **O corpo representado na arte contemporânea:** o simbolismo do corpo como meio de expressão artística. Disponível em:
http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpa/eduardo_romero_lopes_barbosa.pdf. Acesso em: 20 jan. 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. (2002. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. **Estudos Feministas**, vol. 10, n.1, p. 171-188. 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução; trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Elefante Editora, 2019. p. 300-354

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **FEMINISMO, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS:** desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Revista Políticas**

Públicas. São Luís, Número Especial, p. 313-322, 2016. Disponível em:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5982/3616>.
Acesso em: 20 jan. 2023.

EIXO V: GÊNERO, CULTURA E ARTE

REFLEXÕES SOBRE AUTORIAS FEMINISTAS E REGIMES DE
REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO EM NARRATIVAS VISUAIS
AUTOBIOGRÁFICAS

Patrícia Montenegro Matos Albuquerque
patriciaaa@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO

Histórias em Quadrinhos costumam atrair a atenção de públicos heterogêneos, com diferentes perfis sociais. Sua emergência data do final do século XIX e desde a metade do século seguinte observa-se uma crescente produção de quadrinhos que se especializam e se modificam contingencialmente: em suas estruturas, técnicas, tipos e termos, e pela diversa gama de assuntos abordados por autorias distintas. O meio é considerado uma mídia relativamente acessível que possibilita a circulação de narrativas concebidas nas beiras do discurso hegemônico e universalizante. Parte destas composições verbo-visuais tem origem nos anos 1960, na contramão dos estilos e temas conhecidos até então naquele período. É quando surge uma produção *underground* de quadrinhos (*comix*) propiciada em parte pelos movimentos sociais que emergiram naquele contexto de luta pelos direitos civis das populações minorizadas, com discursos anti-guerras, anti-capitalista, antirrascistas e anti-sexistas. Hatfield (2005) nomeia essas produções como “*alternative comics*” (quadrinhos alternativos) e as caracteriza como uma nova forma de criar e produzir quadrinhos fora de uma lógica massificante³⁶, comumente atribuída aos quadrinhos de super heróis/heroínas norte-americanos. Com essa modalidade de produção de HQs contraculturais, abriu-se espaço para assuntos que ainda não haviam sido trabalhados, considerados à época radicais e obscenos, bem como deram origem à exploração do meio como um lugar potente para expressões artísticas e autorrepresentações de si. Ainda de acordo com Hatfield (idem), as narrativas visuais autobiográficas têm levantado, desde então, questões sobre os limites entre verdade e ficção, realismo e fantasia e as relações entre autoria e público. O autor argumenta que os quadrinhos autobiográficos mobilizam autorreflexões irredutíveis a uma classificação como obras narcísicas, pois se

³⁶ Nesse sentido, nota-se um certo retorno às técnicas simplificadas de impressão com montagens artesanais, a exemplos dos *fanzines* e do movimento *Do It Yourself* (PAIM, 2019).

tornaram um meio profícuo para a elaboração de críticas radicais à cultura.

Chute (2010), ao estudar as narrativas de vida em HQs contemporâneas de autoria de mulheres, destaca uma matéria veiculada pelo jornal *New York Times Magazine*, em 2004, no qual anuncia a “nova onda” dos quadrinhos, que passaram a ganhar respeitabilidade à medida que passaram a ser lidos como *graphic novels* e comparados aos romances literários. Ao final, o jornalista enfatiza que as novelas gráficas eram “fruto do mundo dos homens”. Embora a autora reconheça que tal universo esteve historicamente, assim como muitos outros, restrito às atividades masculinas, comprehende que reiterar tais afirmações, ao invés de contribuir com a equidade no/para o meio, parece em alguma medida reforçar hierarquias. Ao invés do termo *graphic novel*, que considera higienizado, opta por “narrativas gráficas” e considera que elas, em sua versão feminista, experimental e acessível, irão cumprir um papel fundamental ao fornecer caminhos para a conscientização política de nossas teorias e práticas³⁷.

As mulheres têm relações diretas com a indústria de HQs há pelo menos mais de cem anos, como pontuam as autoras Paim (2019) e Messias (2018). Muito embora haja, em suas trajetórias não-lineares, diversas problemáticas acerca do acesso, visibilidade e inserção nesse meio³⁸. Alguns desses percalços, sobretudo nos caminhos de mulheres quadrinistas, ficam evidentes quando se observa o número ainda reduzido de publicações de HQs de autorias femininas pelas editoras mais conhecidas e a falta de reconhecimento, observada pela ausência de indicações dessas obras às premiações mais relevantes na área. Sobre este aspecto, Messias (2018) informa que uma das principais premiações brasileiras, o Troféu HQMIX, conhecido como o “oscar dos quadrinhos” chegou a indicar, em 2015, 82% de obras de autorias masculinas e apenas 13% de autorias femininas. Já na França, no ano de 2016, nenhuma mulher foi indicada na categoria mais importante do *Festival Internacional de La Bande Dessiné d’Angoulême*, o que gerou um movimento de repúdio a nível internacional com a campanha para produção de tiras-manifesto sob a hashtag #WomenDoBD³⁹.

³⁷ Sobre o crescente número de narrativas gráficas autobiográficas, ver Dalmaso (2018)

³⁸ Messias (2018) menciona o movimento muito comum de mulheres quadrinistas que não recebiam créditos pelos seus trabalhos ou que eram levadas a publicar sob pseudônimos para adquirir notoriedade.

³⁹ A tradução para o português poderia ser “mulheres fazem quadrinhos”, porém, é importante evidenciar uma questão terminológica aqui, posto que na França o termo utilizado para história em quadrinhos é *bande-dessinées*, a grosso modo a tradução livre seria “banda desenhada”. Pretendo dar mais atenção a essa questão terminológica no decorrer da pesquisa.

Com isso, a proposta desta apresentação de trabalho é colocar em debate reflexões ainda iniciais acerca de práticas discursivas feministas e regimes de representação e autorrepresentação política de gênero (LAURETIS, 1987) em narrativas visuais autobiográficas (quadrinhos). Espera-se mobilizar uma das inquietações centrais: qual a importância e os limites das práticas representacionais de gênero na contemporaneidade, sobretudo quando se qualifica e analisa a posição social e simbólica ocupada por diferentes autorias, especificamente aquelas situadas às margens dos lugares de produção epistêmica legitimada? Para tanto, iremos trabalhar com um material empírico composto por obras de autoria de mulheres (cis) e pessoas trans⁴⁰, que utilizam da linguagem verbo-visual dos quadrinhos como uma forma de expressão de suas subjetividades, nas relações críticas que estabelecem com a cultura e a sociedade nas quais estão inseridas. Nesta apresentação, dado o curto espaço, tomaremos como exemplo um único material empírico, na tentativa - ainda que preliminar - de apontar caminhos teóricos e metodológicos que serão melhor aprofundados no decorrer da pesquisa que está em andamento⁴¹

2 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

É notório o crescimento de pesquisas acadêmicas no Brasil que tem como fonte ou *corpus* de pesquisa as Histórias em Quadrinhos. Há pelo menos mais de cinquenta anos, teóricos oriundos de diferentes instituições, em áreas múltiplas de atuação (comunicação, história, ciências sociais, linguística, letras, semiótica, educação etc.) têm demonstrado não só interesse pelo tema, como também sua relevância enquanto área de estudos interdisciplinares. A partir dos anos 2000, nota-se um salto expressivo de produções concentradas, em sua maior parte, na região sudeste e nordeste do país. Quando comparamos o número de teses e dissertações publicadas entre as décadas de 1970 e 2010, há um aumento de mais de 300%, como demonstraram Callari e Gentil (2016).

No entanto, a pesquisa não chegou a mostrar quais recortes temáticos de maior predominância nesses estudos. Ao pesquisar em periódicos especializados e

⁴⁰ Utilizo o asterisco ao lado do termo trans na tentativa de explicitar as diversas subjetividades que compõem as vivências trans, como por exemplo: transexualidade, transgênero, travestilidades, transvestigêneros, entre outros

⁴¹ A pesquisa está sendo desenvolvida pela autora em seu doutorado no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação da professora doutora Karla Bessa.

em plataformas de busca acadêmica, a partir de palavras-chave como “histórias em quadrinhos”, “autobiografia” e/ou “autobiográfica”, o número de trabalhos encontrados reduz consideravelmente. Se adicionamos termos como “mulheres” e/ou “dissidências sexo-gênero” encontraremos um número ainda menor, embora não se possa desconsiderar a importância destas pesquisas encontradas⁴². Mesmo que os dados apresentem um crescimento de interesse pela temática, expandindo os enfoques para o campo, ainda há uma nítida busca por demonstrar sua importância, rompendo com estigmas históricos⁴³.

Outro aspecto importante de ser pontuado é que há um crescente interesse por parte de pesquisadores localizados em diferentes regiões globais (DE TORA e CRESSMAN, 2021; EL RAFAIE, 2012; KOHLERT, 2019; KUNKA, 2018) que têm dado atenção ao modo como tais narrativas gráficas, quando priorizam expressar graficamente emoções, corporificam subjetividades relacionais. São trabalhos mais recentes dentro dos estudos sobre quadrinhos e que estão associados à noção de *embodiment*, oriunda na década de 1980, a partir dos esforços da teoria-prática feminista em trazer o corpo para o centro do debate. Tal perspectiva nos interessa no sentido de observar além das dimensões singulares de diferentes autorias, focando nos modos como leitores são imersos corporalmente nas narrativas, a partir dos diversos elementos gráficos utilizados que os convidam a experienciar e interpretar as histórias de vida em uma proximidade subjetiva (DE TORA e CRESSMAN, 2021, p. 14-15). Trabalhos com este enfoque no Brasil ainda são minoria, embora haja exemplos em que se destinam a analisar questões relacionadas à representação da saúde, das deficiências e do registro de traumas e violências, a exemplo do trabalho de Dalmaso (2015).

3 OBJETIVOS

O objetivo geral desta apresentação é colocar em debate reflexões ainda iniciais acerca de práticas discursivas feministas e regimes de representação e autorrepresentação política de gênero (LAURETIS, 1987) em narrativas visuais autobiográficas (quadrinhos) produzidas por mulher cis e pessoas trans*.

⁴² Um dos objetivos da pesquisa a ser desenvolvido durante a pesquisa é também esmiuçar com maior aprofundamento os dados numéricos de forma quali-quantitativa.

⁴³ Alguns estudiosos do universo das histórias em quadrinhos nos mostram que elas já foram alvo de preconceito, julgamento, proibição e, no extremo oposto, de encantamento e de admiração por parte de colecionadores e consumidores assíduos no mundo inteiro (CIRNE, 2008; MCCLOUD, 1994).

3.1 Objetivos específicos

Desenvolver reflexões teóricas que possibilitem o entrecruzamento analítico e investigativo de temas como: regimes de representação e autorrepresentação, relações de gênero e autoria biográfica

Apresentar e discutir um dos exemplos do material empírico selecionado que fará parte da pesquisa

4 METODOLOGIA

Com perspectiva sócio-histórica e abordagem qualitativa, a pesquisa em andamento está baseada em uma investigação bibliográfica e documental. Ao longo do seu desenvolvimento, espera-se atuar em três frentes: 1) investigação acerca das Histórias em Quadrinhos, enquanto ofício, produto cultural e área de pesquisa - e de que forma o meio produziu visibilidades e invisibilidades sociais ao longo da sua existência, produção e circulação, chegando aos formatos mais recentes, como as *graphic novels* e *webcomics*; 2) compreensão do contexto histórico e geopolítico no qual estão inseridas as obras e suas autorias, no sentido de evidenciar as condições para suas emergências e circulação; 3) análise dos recursos narrativos, bem como do conteúdo das obras selecionadas, no sentido de evidenciar o que encorajam e o que ocultam nas tensões e ambivalências entre a adesão às convocações biopolíticas e neoliberais para o testemunho de si *versus* elaboração de práticas de contraconduta.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS OU FINAIS:

Quando investigamos concepções sobre representação de gênero em Lauretis (1987), arte e o lugar ocupado por mulheres na história ocidental, com Nochlin (2016), e o questionamento do gênero na escrita, por meio de Richards (2002), chegamos a algumas considerações parciais a seguir. Parece que pensar em uma escrita (ou narrativa gráfica) autobiográfica de mulheres sugere ocupar um território ambivalente de questionamentos e poucas promessas de certeza ou eficácia. Estão mais próximas a bancos de areias movediças que teimam em migrar e ocupar novos ambientes. A metáfora aqui colocada também cabe para fazer alusão à própria condição instável do “ser mulher” e do “ser homem”, apontada por Butler, uma vez que o projeto de constituição destes sujeitos não se faz pré-

existente, nem se dá por concluído. São como um *continuum* de forças discursivas culturais e políticas que, ao assumir determinada posição, tanto passam a receber um conjunto de significações, quanto se desprendem de outras. A autora menciona que é a norma que nos escolhe, “mas que nós ocupamos, invertemos e ressignificamos na medida em que ela fracassa em nos determinar por completo” (BUTLER, 2019, p. 217).

Reconhecer que as representações sociais por vezes servem à aparatos de poder, afiliados às diversas classes e instituições, como pontua Owens (1992, p. 91) e que sua manifestação não é, de forma alguma, uma ação em neutralidade, talvez não signifique dizer que se deve abandoná-las por completo. Ainda que não haja um sujeito prévio ou algo que o determine em sua totalidade, esse espaço impreciso revela uma possibilidade de agência e reformulação subjetiva de seus termos, na corda-bamba entre subjetivação e assujeitamento (BUTLER, 2019, p. 213-214). Talvez o desafio posto seja pensar em modos de realizar movimentos migratórios e cambaleantes, assim como propõe Richards (2002, p. 134), na procura por “brechas e desarmes da representação”, onde “se imagina um pacto a tecer entre subjetividade minoritária [...] e políticas do signo”.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

CALLARI, Victor; GENTIL, Karoline. As pesquisas sobre quadrinhos nas universidades brasileiras: uma análise estatística do panorama geral e entre os historiadores. In: **história, histórias**. Brasília, v. 4, n. 7, 2016.

CHUTE, Hillary. **Graphic women: life narrative and contemporary comics**. New York: Columbia University Press, 2010.

DALMASO, Renata. **Disability and metaphor in the graphic memoir**. 2015. Tese (Doutorado em Inglês) Pós-graduação em Inglês – Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2015.

DALMASO, Renata. Quadrinhos autobiográficos corpo(rificados)": considerações sobre o gênero autobiografia em quadrinhos e representações de deficiência. In: **Revista Cerrados**, v. 27, n. 46, p.15-27, 2018.

DE TORA, Lisa e CRESSMAN, Jodi. **Graphic Embodiments perspectives on health and embodiment in graphic narratives**. Leuven University Press: Belgium, 2021.

EL REFAIE, Elisabeth. **Autobiographical Comics**: Life Writing in Pictures. United States: University Press of Mississippi, 2012.

HATFIELD, Charles. **Alternative comics**: an emerging literature. United States: The University Press of Mississippi, 2005.

KØHLERT, Frederik. **Serial Selves Identity and Representation in Autobiographical Comics**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2019.

KUNKA, Andrew. **Autobiographical Comics**. New York: Bloomsbury Academic, 2017.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender**: essays on technology, film and fiction. USA: Indiana University Press, 1987.

MESSIAS, Carolina Ito. **Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet no Brasil**. 2018. xxxf. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas?** São Paulo: Edições Aurora, 2016.

OWENS, Craig. **Beyond recognition**: representation, power and culture. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1992. PAIM, Mariana. Magra de ruim: gênero, sexualidade e a ficcionalização de si. In: **Veredas**: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, n. 31, p. 86–98, jan./jun. 2019.

RICHARDS, Nelly. **Intervenções críticas**: arte, cultura, gênero e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

EIXO V: GÊNERO, CULTURA E ARTE

INSURGÊNCIAS MICROPOLÍTICAS ECOSSOMÁTICAS E DE GÊNERO NO
PENSAMENTO EM ARTES

Lyz Vedra Freire de Oliveira
producaolyzvedra@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO

Este projeto é uma proposição de desdobramento de uma pesquisa vivenciada por mim entre os anos de 2015 e 2021, durante meu percurso de formação no curso de bacharelado em Dança da UFC. Tal pesquisa, se desenvolveu numa articulação entre os campos da arte da performance, da dança, da ecossomática e dos estudos de gênero, raça e sexualidade, por meio do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ela prepara o terreno para que esse projeto chegue até aqui com uma proposta de continuidade, adensamento e articulação com uma linha de pesquisa atravessada por arte e pensamento.

Partindo de um ponto de vista experiencial e implicado, proponho uma investigação profunda sobre uma perspectiva insurgente à dimensão necropolítica que atravessa as corporeidades travesti e planta. Diante disso, intencionei produzir uma interlocução entre obras artísticas que germinem a criação de mundos aversos a realidade colonial necropolítica e que produzam ações disruptivas e, a partir disso, criar uma obra-resposta, nesses termos, que se relate com uma escrita de processo. Diante disso, lanço mão do questionamento: como produzir uma ética-estética-política afirmativa da vida junto aos seres vegetais na busca por uma subversão da violência necropolítica (ASSUMPÇÃO; GREINER, 2020) que atravessa a corporeidade travesti e a corporeidade planta?

Diante disso, pretende-se desenvolver esta pesquisa por meio de uma abordagem somática que interrelaciona escrita, crítica, estética e prática, de maneira a produzir um pensamento que se relate com a criação artística da obra-resposta. Dessa forma, busca-se encontrar um pensamento encarnado na prática através do corpo, utilizando a violência como laboratório de linguagem enquanto mote de criação e articulação do discurso poético.

2 JUSTIFICATIVA

A modernidade capitalista vem constituindo sua ontologia, ficções de poder

(MOMBAÇA, 2016) e discursos, atrelados a uma experiência violenta de apagamento e extermínio, não somente da fisicalidade dos corpos desobedientes, mas também das cosmovisões e corporeidades imbricadas à natureza, ligadas à uma rede ecossistêmica de vida diversa e múltipla. Esse projeto se funda, nos pilares onto-epistemológicos (FERREIRA da SILVA, 2019) que constituem um único projeto de mundo patriarcal, cissupremacista, sexista, heteronormativo, racista e, portanto, colonialista.

Tal projeto, opera a partir das suas instituições, mas também micropoliticamente através dos discursos encarnados em um regime de movimento dos corpos enraizado numa perspectiva neoliberal de controle. Atraleado a isso, a hegemonia da razão, da superioridade do pensamento racional sobre o corpo e do sujeito sobre a natureza, reforçam uma experiência apática em relação aos ambientes ecológicos ancestrais e suas manifestações, produzindo um mundo humano apartado dos outros organismos e elementos que coexistem na biosfera.

Diante disso, práticas, projetos e pesquisas no campo das artes, que desenvolvam perspectivas contra-hegemônicas, criam relações existenciais que resgatam ancestralidades ecoreferenciadas e subvertem a realidade violenta que incide sobre a sub-humanidade (KRENAK, 2019), produzindo vivências atravessadas por uma ética, estética e política anticolonial, que corroboram para a dissolução, a partir da dimensão do sensível, desse projeto de mundo que elimina as possibilidades de vida de muitos e privilegia determinada parcela de pessoas, corpos, danças, práticas, poéticas, pensamentos e existências.

Neste sentido, são as corporeidades dissidentes que produzem rupturas nos discursos vigentes encarnados no corpo, irrompendo fendas e rachaduras na cartografia dominante. E é por meio da articulação entre práticas e pensamento, próprios ao fazer investigativo das artes, que entendo serem possíveis a emersão de forças insurgentes, produzindo combatividades imbricadas numa experiência desobediente.

Dessa forma, esta pesquisa se justifica pelo desejo de se somar em um movimento em prol de outras realidades, sejam elas macropolíticas ou “moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo” (GUATTARI, 2001, p. 9). Fazer parte de uma corrente contra-hegemônica através da atuação artística, defendendo a potência do cuidado com a vida e propagando enunciações da dissidência, historicamente silenciadas. Engendrando a arte como um ramo na reconfiguração

do mundo, estabelecendo uma descolonização do imaginário, das percepções sensíveis, das relações entre corpos humanos e corpos planta e, dessa forma, resgatar caminhos para um mundo que priorize as bases que sustentam a potência de vida.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Contribuir para a propagação dos estudos do corpo, da performance e da dança na produção acadêmica, a partir de uma perspectiva do pensamento transvestigênere que interrelaciona os campos da arte, da política e dos estudos de gênero, raça e sexualidade;
- Engendrar a arte travesti enquanto produtora de pensamento transvestigênere em artes, inserida no panorama da produção artística contemporânea.

3.2 Objetivos específicos

- Produzir uma obra-resposta que faça uma interlocução com outras obras que tenham como mote de criação a produção de mundos aversos ao regime colonial-capitalista;
- Criar laboratórios performativos de investigação corporal e de movimento abertos a comunidade trans;
- Escrita de textos críticos e relatos de experiência que ajudem a articular o pensamento que atravessa a pesquisa;
- Cartografar em caderno de bordo, enquanto ação de acompanhamento e produção de materiais para o processo criativo de uma obra artística.

4 METODOLOGIA

A metodologia é desenvolvida por meio de um viés sensório-perceptivo do corpo em relação mútua de afetação com as plantas, travestis e o ambiente. Através do levantamento bibliográfico e videográfico e análise filosófica do corpo, junto à escrita de textos críticos ao longo do percurso de pesquisa. Por meio de uma escuta ampliada, que consiste em perceber-se dentro de um processo de integração energético, físico e emocional junto aos seres vegetais.

Nessa jornada, é utilizada a Prática como Pesquisa (PcP) (HASEMAN, 2015)

e a metodologia de pesquisa somático-performativa (FERNANDES, 2014), na qual o artista-pesquisador encontra-se integrado com todos os elementos que compõem a pesquisa, produzindo um sentido conectivo entre as materialidades investigadas.

Dessa forma, é por meio de investigações prático-teóricas, como, leituras, imersões, escritas, que pretende-se desenvolver um processo de pesquisa que germe poeticamente, através de interlocuções com obras de performance, dança e outras, na produção de uma obra artística, seja ela através dos suportes textual, audiovisual, visual ou sonoro, etc. Articulando um pensamento junto às perguntas iniciais e os materiais de processo emergidos durante o todo percurso de experimentação somático-performativo no decorrer da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Esta pesquisa encontra-se em processo de desenvolvimento e produziu até aqui, portanto, alguns programas poético-performativos atravessados por reflexões a partir da Escrita de Processo (CARDOSO, 2012), que apontam para um rompimento com as estruturas que fundamentam as bases da percepção sensível, hegemonicamente colonial.

Essas proposições estão sendo desenvolvidas com o intuito de mediar proposições experienciadas em temporalidades espaciais próprias ao campo vibrátil da materialidade da natureza. Nesse contexto, inspira-se também na poética negra feminista e propõe-se encontrar caminhos para destituir, por meio da percepção sensível do corpo, os três pilares onto-epistemológicos do mundo ordenado (FERREIRA da SILVA, 2019) e suas categorias, tais como a Separabilidade – dualismos entre sujeito e objeto, causa e efeito –, Determinabilidade – autoderminabilidade – e Sequencialidade – Tempo linear e progressivo – (FERREIRA da SILVA, 2019).

A partir destas perspectivas, tais programas e proposições carregam consigo um questionamento articular: como agenciar a perfuração da malha do tecido que constitui a subjetividade colonialcapitalística do mundo ordenado, através das interlocuções possíveis, a partir dos modos de fazer-pensar em artes, gerando uma descolonização das percepções sensíveis e do imaginário criador?

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Thereza Cristina Rocha. **Por uma escrita de processo.** Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, P. A. B.; GREINER, C. Dobrar a morte, despossuir a violência: corpo, performance, necropolítica. **Conceição/Conception**, Campinas, v. 9, p.1-19, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conce/article/view/8661341>.
Acesso em: 20 ago. 2021.

FERNANDES, Ciane. **Pesquisa Somático-Performativa**: Sintonia, Sensibilidade, Integração, 2014.

FERREIRA da SILVA, Denise. **A Dívida Impagável**, 2019.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**, 1991.

HASEMAN, Brad. **Manifesto pela Pesquisa Performativa**. In: Resumos do 5º Seminário de Pesquisas em Andamento. São Paulo: PPGAC/USP. 2015.

KASTRUP, V. **O Funcionamento da Atenção no Trabalho do Cartógrafo**, 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma Redistribuição Desobediente de Gênero e anticolonial da violência**, 2016.

**EIXO VI:
GÊNERO, SEXUALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS**

EIXO VI: GÊNERO, SEXUALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (PNAS/2004) E A
EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A
POPULAÇÃO TRANS EM FORTALEZA

Mayara Barreto de Castro
maycastrooo1997@gmail.com

Cláudia Maria Inácio Costa
claudiacosta@yahoo.com.br

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir dos estudos e reflexões feitos em minha pesquisa monográfica no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), intitulada “O rompimento do vínculo familiar e sua relação com a vulnerabilidade social das pessoas que moram na Casa Transformar”, onde dei foco na população trans, trabalhando com as categorias: família, proteção social e teoria queer.

A discussão apresentada parte, portanto, da análise de alguns dos pontos fortes e recorrentes nos discursos de três travestis moradoras da Casa Transformar, um abrigo que acolhe Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis e Transgêneros e Queer (LGBTQ+) em situação de vulnerabilidade econômico-social e exclusão familiar, localizado no Bairro do Siqueira, periferia de Fortaleza, Ceará.

A Casa Transformar é uma Organização Não Governamental (ONG) sem fins lucrativos e sem o apoio público e de empresas privadas. Seu objetivo é de ir para além do abrigar pessoas, pois quem coordena este abrigo, tem como meta: acolher, profissionalizar, empoderar e conscientizar politicamente as pessoas que lá residem.

Até o dia da entrevista (21 de junho de 2021), residiam 6 pessoas, sendo todas elas maiores de 18 anos. A capacidade máxima de pessoas que a Casa Transformar acolhe é 10, mas, segundo a fundadora, já acomodaram 14 pessoas em um só dia.

A maior dificuldade da Casa Transformar é a financeira, pois o projeto se mantém apenas através de doações e que por conta da pandemia do Covid-19 diminuíram, ou seja, tal fato é apenas um de muitos que desvirtua a realidade da escassez de investimento governamental em abrigos oferecidos à comunidade

LGBTQ+, indicando uma grande carência de canais públicos para ofertar proteção a essas pessoas quando elas se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em Fortaleza, até a presente pesquisa, a Outra Casa Coletiva (a qual tomei conhecimento poucos dias antes de defender minha monografia) e a Casa Transformar são os únicos abrigos para LGBTQ+ em divulgação, sendo o Centro (Municipal) de Referência LGBT Janaína Dutra e o primeiro e mais novo Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues inaugurado em dezembro de 2021, dois dos raros dispositivos institucionalizados que oferece serviços de apoio e defesa a pessoas em situação de violência e/ou violação, omissão de direitos motivados pela questão da orientação sexual e/ou identidade de gênero em Fortaleza. Por outras regiões do Brasil o cenário não é diferente. A Casa 1, localizada no centro de São Paulo, foi inaugurada em 2016 e hoje é referência como centro de cultura e acolhimento a pessoas LGBTQ+ em nosso país. Porém, seu reconhecimento não impediu seu quase encerramento no ano de 2019 por problemas financeiros, devido à escassez de parcerias e de doações, como também, pela instabilidade dos recursos governamentais.

1.1 Justificativa

Para autoras como a Djamila Ribeiro (2017), temos que ocupar o nosso lugar de fala, porém, quando falamos de lugar de fala, estamos falando de lugar social, de localização de poder dentro da estrutura e não obrigatoriamente a partir das nossas próprias vivências. Djamila (2017, p. 48) aponta “que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade”.

Eu, uma mulher cisgênera⁴⁴, não tive/tenho as mesmas experiencias que minhas interlocutoras, pois vivencio o gênero de um outro ângulo. Mas, me posicionei no lugar de fala de uma pesquisadora, para refletir criticamente o lugar que as travestis e pessoas trans ocupam em diferentes esferas na nossa sociedade. Não como uma forma de representá-las, mas sim para enxergar, aprender, entender e respeitar o lugar dessas pessoas, como também, promover visibilidade em pautas que foram menosprezadas durante muito tempo.

⁴⁴ Cisgênera é a pessoal que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído na hora de seu nascimento.

O Brasil continua se mantendo no ranking dos países que mais se registram situações de violência e violações de direitos humanos, sociais e políticos contra pessoas trans no mundo. Confirmando que o padrão de comportamento da nossa sociedade ainda é visivelmente intolerante e carregado de preconceitos, fruto da dominação de um sistema social patriarcal, com estereótipos fortes em relação ao homem e a mulher, onde diariamente pessoas que possuem uma orientação sexual e/ou identidade de gênero diferente da heterossexualidade e do binarismo, são encaradas como desviantes do que se acreditam ser correto e, por isso, são constantemente discriminadas e questionadas.

O termo “trans” faz referência aqui à todas as pessoas que se identificam como travestis, mulheres e homens transexuais, pessoas não binárias e as demais diversidades de gênero. Uma pessoa trans é aquela que não se identifica com o gênero que foi designado a ela na hora do nascimento, já uma pessoa cisgênera (ou “cis”) é aquela que se reconhece no gênero que lhe foi determinado ao nascer. A população trans, frequentemente, nasce, cresce e vive em ambientes hostis, convivendo com seus agravos e sequelas.

Diante de tal cenário, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) tem como objetivo se vincular à luta dessa comunidade, visto que a PNAS se organiza no plano constitucional brasileiro como um direito social e uma política de proteção social, significando garantia a todas as pessoas que dela necessitam, com ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios para a redução e prevenção de riscos e vulnerabilidades.

Porém, não encontramos na PNAS quaisquer menções específicas para esse público. “Essa população só adentra na política por meio das categorias vulnerabilidade e risco social, ambas indicadoras de fragilidade na delimitação dos/as seus usuários/as” (QUADRADO; FERREIRA, 2019, p. 271). Algo que inibe a execução de ações focada na comunidade trans.

Ou seja, o questionamento se a estrutura da PNAS é realmente suficiente para garantir a proteção estatal a essa população passa a existir, pois apesar de serem públicos de maneira geral, é importante que haja um reconhecimento explícito na PNAS, visto que esse grupo, durante sua trajetória de vida, enfrenta situações diversas, que demandam de um acolhimento específico.

O nome, que para muitas pessoas pode não ser um problema, para as

pessoas trans pode corresponder a uma enorme barreira. Visto que o nome que essas pessoas escolhem para corresponder ao seu gênero, faz parte do processo de transição social junto a diversas outras modificações, que estão correlacionadas a uma melhor qualidade de vida.

Nas entrevistas, as interlocutoras citaram suas péssimas experiências no acesso aos equipamentos de saúde pública, onde por diversas vezes, chegaram nesses locais e foram tratadas no masculino, ou foram recebidas com “cara feia” e até mesmo negadas de ficarem em uma enfermaria feminina.

Elas também expuseram que uma de suas maiores dificuldades é a de se inserirem no mercado de trabalho formal. Ambas não possuem nenhum vínculo empregatício e constantemente procuram emprego, mas quando se identificam como travestis, as empresas se recusam a oferecer a vaga.

Outra condição indicada pelas entrevistadas quando conversamos foi a questão da violência. Uma delas narrou alguns dos inúmeros episódios de assédio e ameaças que suportou e ainda suporta após se afirmar travesti.

As participantes também demonstraram que algumas de suas experiências de violência e exclusão aconteceram dentro de casa, a partir do momento em que começaram exteriorizar uma ruptura do padrão de masculinidade dominante. Onde nenhuma de suas famílias expressaram aprovação, respeito e/ou acolhimento, ocasionando até mesmo a uma delas viver em situação de rua antes de chegar no abrigo.

Esse cenário, coloca elas e tantas outras pessoas trans em uma situação de fragilidade. Porém, a Casa Transformar, sem nenhuma ajuda governamental, passa a aparecer em todas as falas, como lugar de apoio e proteção. Falaram da rede de comunicação, amparo e suporte que lá encontraram, além das relações de amizade e de aprendizagem com outras pessoas trans que estão em situação iguais às suas ou parecidas.

Mas, ainda que a Casa Transformar seja uma organização que trabalhe para viabilizar a inserção e a defesa dos direitos dessa comunidade, ela não deve substituir a responsabilidade do Estado em desenvolver políticas públicas de proteção social.

É impossível não notar que na mesma rua em que fica localizado o abrigo, existe um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é uma

unidade básica e pública que deve executar serviços de proteção social em parceria com as redes socioassistenciais locais em áreas de maior fragilidade social (BRASIL, 2004). No entanto, conversando com a coordenadora do abrigo, ela relatou que a relação da Casa Transformar com o CRAS mais próximo era bem complicada, pois quando o abrigo estava em seus primeiros meses de funcionamento, ela tentou constantemente se aproximar da unidade para conseguir algum tipo de melhoria para a casa e suas moradoras, mas segundo ela, todas as vezes em que foi no local, acabou sendo recebida com indiferença, algo que rompe totalmente com a perspectiva de atuação do CRAS pregado no SUAS, que se refere a ele como um serviço público de proteção social básico, que deve estar territorializado no sentido de uma constante parceria e conhecimento acerca das ações comunitárias e governamentais de lutas sociais e acessos a direitos fundamentais. Do mesmo modo acontece com a população do bairro em que fica localizado a Casa Transformar, pois segundo elas, quando não agem de maneira transfóbica e preconceituosa com as pessoas que moram no abrigo, lidam de forma totalmente omissa à causa.

2 OBJETIVOS

No limite desse trabalho, o objetivo central foi identificar como se configura o acesso das pessoas trans à proteção social em Fortaleza, bem como, verificar quais fragilidades estão presentes na trajetória de vida desse grupo.

3 METODOLOGIA

Como metodologia, optei pela abordagem de caráter qualitativa, utilizando como ferramentas de coleta de dados: a entrevista semiestruturada individual com 3 moradoras do abrigo, sendo todas elas travestis, o levantamento bibliográfico e documental já existente sobre a temática.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Levando em conta os assuntos exteriorizados pelas três interlocutoras e minhas observações durante o desenvolvimento da pesquisa, é possível considerar que o principal suporte de proteção social encontrado pelas entrevistadas foi a Casa Transformar, visto que o abrigo é protagonista no papel em que o Estado, a família e a comunidade local, três das principais redes de proteção social, deveriam atuar.

Uma vez que, tais redes não são apenas ausentes no que se refere à proteção das nossas entrevistadas, são também, causadoras de numerosas violações e violências contra elas. Com isso, fica cada vez mais claro perceber que nossa sociedade ainda não está preparada para reconhecer e normalizar os direitos das pessoas que não se enquadram nos padrões culturais, sociais e identitários, dificultando ainda mais o crescimento e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à comunidade trans.

Portanto, faz-se necessário que a PNAS seja modificada em termos teóricos e práticos conforme as demandas que vêm surgindo. Igualmente, os profissionais que trabalham nesse sistema, devem, regularmente, se atualizarem para que todas as pessoas tenham um atendimento apropriado. Espaços de estudos e debates também precisam ser desenvolvidos para que sejam produzidas estratégias específicas voltadas a esse público.

Outro ponto que também pode ser pensado a partir da presente pesquisa, é o investimento do Estado na oferta de abrigos que acolhem LGBTQ+, seja ele institucional ou não. Notamos também, a pouca ou nula interação governamental com esse segmento na cidade de Fortaleza, constatando que essas instituições, carregam consigo uma grande necessidade de auxílio público. Hoje, a Casa Transformar, por exemplo, sobrevive apenas de doações e ainda assim consegue realizar um trabalho incrível, mas com um investimento adequado, a Casa Transformar e/ou qualquer outro abrigo existente, pode ir muito além do que já é entregue.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004.

CASTRO, Mayara Barreto De. **O rompimento do vínculo familiar e sua relação com a vulnerabilidade social das pessoas que moram na casa transformar**. 2022. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2022) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Os (des)caminhos da política pública de assistência social no atendimento à população LGBT. **Humanidades & Inovação**, v. 6, p. 272-285, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento:
Justificando, 2017. 112p.

EIXO VI: GÊNERO, SEXUALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

EMBATES E RESISTÊNCIAS DA PAUTA LGBTQIA+ NAS ENTIDADES SINDICAIS – O CASO DA APP/SINDICATO⁴⁵

Luciano Pereira dos Santos

lucianopereiralucino@gmail.com

1 BRASIL, MOSTRA A SUA CARA - INTRODUÇÃO

A primeira década dos anos 2000 pode ser considerada para a sociedade brasileira um período de grandes avanços na luta de combate às opressões e conquista de direitos de grupos sociais historicamente marginalizados, dentre os quais está a população LGBT+. Se na primeira década houve fomento do debate e elaboração de programas e projetos para a promoção de políticas públicas no âmbito do Poder Executivo Federal objetivando a garantia de direitos para essas minorias sociais, não se pode afirmar o mesmo em relação a segunda década (2011-2020) e tão pouco do primeiro ano da terceira. No que concerne especificamente aos direitos de pessoas LGBT+, o período que compreende os anos de 2011 e 2015, embora tenha se conquistado os direitos à união estável e ao casamento civil pelo Poder Judiciário, os avanços dos direitos LGBT+ no Poder Executivo foram coibidos pelo Poder Legislativo, ocupado por maioria de parlamentares conservadores e fundamentalistas religiosos. A partir de 2016, com o golpe político-midiático que destituiu a presidente Dilma Rousseff da Presidência da República, a população LGBT+ no Brasil tem sofrido o cerceamento de conquistas e garantias e, ainda, a retirada de direitos. Marcaram a segunda década o desmantelamento paulatino do Programa Brasil Sem Homofobia e o desmonte e cancelamento de ações e projetos como, por exemplo, o Escola Sem Homofobia, o veto a distribuição do material didático anti-homofobia nas escolas, a retirada das discussões de gênero e diversidade sexual no Plano Nacional de Educação (PNE), a exclusão das temáticas de gênero, sexualidades, identidades de gênero e orientação sexual da Base nacional Comum Curricular (BNCC), o que significa dizer que esses conteúdos foram deixados de fora dos currículos escolares do ensino básico. Temos evidenciado a manifestação da moralidade conservadora e homofóbica arraigada na sociedade brasileira, apoiada no discurso de proteção à

⁴⁵ Este trabalho é um recorte rediscutido de tema abordada em minha Tese de Doutorado em Educação intitulada “Políticas LGBT+ em Sindicatos de Trabalhadoras/es em Educação”, orientada pela Prof. Dr.^a Márcia Ondina Vieira Ferreira e defendida no PPGE/UFPel, 2020

“família tradicional” – composta por homem, mulher e esposa - , à infância e juventude. Ainda o e a lei de criminalização da LGBTfobia já tenha ‘quase três anos, o Brasil continua sendo o país que mais mata LGBT em todo o mundo pelo 13º ano consecutivo. O que se vive no Brasil de hoje é o recrudescimento da LGBTfobia institucional e social (Santos, 2020).

2 ONDE ESTÃO AS GAYS NO SINDICATO? – JUSTIFICATIVA

Nesse cenário de opressões cada vez mais acirradas se faz urgente colocar em discussão não somente as violências, repressões, injustiças e confrontamentos a que estão sujeitas as pessoas LGBT+ nos diferentes contextos da vida em sociedade, dentre eles o mundo do trabalho, mas, também, a sua representação política enquanto sujeitos que compõem a classe trabalhadora. Portanto, é imprescindível averiguar como a pauta de defesa de direitos LGBT+ permeia as políticas sindicais e como esses sujeitos transitam nas entidades, que lugares ocupam e quais os embates e confrontamentos se dão nas estruturas organizacionais dos sindicatos. A razão primeira da existência das entidades sindicais é a luta por uma redistribuição econômica justa, ou seja, por melhores salários e condições de trabalho. No entanto, as bases sindicais são compostas por diferentes sujeitos que se reconhecem como classe trabalhadora, logo, os sindicatos são constituídos por sujeitos de diferentes sexos, gêneros, raças/etnias, identidades e condições/orientações sexuais e, de múltiplas formas de ser e existir no mundo. Desse modo, para além da injustiça da exploração da força de trabalho, esses sujeitos, na medida que não correspondem ao modelo ideal historicamente legitimado na sociedade, isto é, ao padrão eurocêntrico de homem, cisgênero, branco, heterossexual, cristão e financeiramente estável, sofrem as variadas formas de opressões sociais decorrentes da rejeição de seus marcadores sociais. Evidentemente, um dos atravessamentos denegados é a identidade LGBT+.

3 UM NOVO TEMPO HÁ DE VENCER PRA QUE A GENTE POSSA FLORESCER – OBJETIVO E MÉTODO

Esse trabalho tem por objetivo evidenciar de forma sucinta a luta e resistência para implementação da pauta LGBT+ nas políticas sindicais da APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP/PR. Os dados foram produzidos a partir de documentos oficiais da organização sindical e

entrevistas semiestruturadas realizadas com dirigentes da APP-Sindicato em novembro de 2017 e analisadas na perspectiva da teoria do reconhecimento sedimentada nos modelos teóricos de Tayllor (1993), Fraser (2001) 3 Honneth (2003).

4 ELES NÃO VÃO VENCER, BABY, NADA HÁ DE SER EM VÃO – CONSIDERAÇÕES

Embora a APP tenha a sua origem em 1947 é somente em 1993 que, timidamente, as discussões sobre diversidade sexual emergem na entidade provocadas pelo então Prof. Toni Reis⁴⁶, enfrentando forte resistência dos próprios membros da diretoria do sindicato. As bandeiras de classe, raça e gênero ocuparam as pautas sindicais muito antes que se pudesse mencionar os direitos LGBT+ naquele ambiente. Conforme relatos de entrevistas, diretores conservadores que resistiam à essa pauta tinham como estratégia a desvalorização moral da identidade homossexual desse professor e pontuavam que “*sindicato não é lugar para viado*”, “*viado não entra em sindicato*”. A inferiorização e exclusão da identidade LGBT+ não se dava apenas de modo indireto, era diretamente proferida, como relata uma entrevistada sobre falas que eram remetidas ao professor em épocas de composição de chapas para o pleito da diretoria sindical, tais como “*Toni, seria tão importante você estar na nossa chapa de direção do sindicato, mas não dá para ter viado na chapa*”. Ainda que o debate tenha avançado e ganhado força a partir dos anos 2000 e hoje a pauta LGBT+ esteja consolidada enquanto política sindical na APP-Sindicato, mais de duas décadas depois, no pleito eleitoral de 2014 a mesma estratégia fora utilizada na campanha para a direção estadual. A identidade homossexual de um dos candidatos foi alvo do candidato opositor para a deslegitimização da sua candidatura perante a base. Esse episódio foi marcante no sindicato, pois todas as pessoas entrevistadas, sem exceção, relataram o fato em suas narrativas, com detalhes dos discursos homofóbicos do concorrente opressor. Em 2007 a APP incorpora o debate em seu programa de formação docente propiciando que o professorado trouxesse a questão da LGBTfobia sofrida na escola para debater no sindicato, em 2009 a entidade cria a sua própria escola de formação sindical, em 2012 a sigla LGBT é incorporada ao nome da Secretaria de

⁴⁶ Toni Reis era professor da rede estadual e ativista pelos direitos LGBT. Hoje Toni Reis é uma expressão nacional no ativismo em defesa dos direitos LGBT+, sendo diretor executivo do Grupo Dignidade e membro fundador da ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais –, onde já ocupou o cargo de presidente por três vezes.

Gênero e Igualdade Racial e é formado o Coletivo Estadual de Combate à Homofobia, em 2014 com o advento da discriminação homofóbica na disputa pela direção estadual, o combate a homofobia entra oficialmente para a plataforma de campanha eleitoral, em 2016 pauta ganha uma secretaria executiva junto a secretaria da mulher trabalhadora, em 2017 combatia ostensivamente o Projeto Escola Sem Partido, oferecia suporte jurídico a docentes que tratavam do tema nas escolas e participava ativamente do movimento para a manutenção dos temas gênero e diversidade sexual no Plano Nacional de Educação. Nem mesmo a pauta já consolidada como política sindical parece capaz de extinguir a LGBTfobia no âmbito da instituição, ora velada, ora explícita ela foi relatada nas narrativas das/dos informantes. Conforme esses relatos, piadas e ridicularizações atribuídas à LGBT+ podiam ser ouvidas nos corredores e rodas de bate-papo na instituição, principalmente ao diretor executivo da pasta LGBT+, assumidamente gay, mas também, de forma mais discreta ao próprio presidente da entidade. Mediante a essas colocações, o que fica posto é que a denegação das identidades LGBT+ é uma questão crônica que tem se sobreposto ao tempo e aos sujeitos, mesmo nos movimentos e organizações sociais de defesa de direitos, como é o caso das entidades sindicais. A concepção e legitimação da heterossexualidade como sexualidade dominante e única forma possível e aceitável de experienciar os desejos e afetos ainda prevalece no movimento sindical e em toda a sociedade. Aqui, a diferença é produzida no processo de inferiorização e marginalização das homossexualidade para a valoração e legitimação da heterossexualidade como dominante. Importa destacar que a injustiça social, nesse contexto, decorre do não reconhecimento das identidades LGBT+ como autênticas e dignas de direitos em igualdade, como se as homossexualidades incapacitassem os sujeitos extirpando suas faculdades mentais, físicas, profissionais de forma a incapacitá-los para a participação na luta sindical ou atribuindo-lhes lugares específicos na estrutura organizacional, desde que não seja na posição de dirigente, desde que se mantenha a posição de subalternidade. Os casos apresentados, mesmo com as consideráveis diferenças de espaço-tempo que os separam, destacam a similitude na injustiça experimentada pelo aviltamento social da identidade homossexual que constituem os modos de ser e existir desses sujeitos no mundo. Cabe considerar ainda nessa reflexão a natureza de organização sindical. A APP/SINDICATO é uma organização sindical de trabalhadoras/es em Educação, o que demonstra que em ambientes educacionais, organizações de luta por igualdades e justiça por direitos,

mesmo considerando que sim, as políticas LGBT+ estão consolidadas nesta organização sindical, porém, não obstante a sedimentação da pauta da luta LGBT+, há também a manutenção crônica do preconceito e discriminação LGBTfóbica e, consequentemente, da desvalorização, marginalização e hostilização dessas identidades. Se, no campo de luta por reparação das injustiças socioeconômicas no âmbito da educação, para melhor dizer, se no campo do sindicalismo em educação onde se espera ou acredita-se que tenha uma compreensão humanizadora dos sujeitos indiferentemente de suas identidades é possível evidenciar tais violências, o que se pode conjecturar em relação a outros campos do mundo do trabalho consideradas socialmente como signos de masculinidade heterossexual como a construção civil, a metalurgia, transporte de cargas e tantos mais que, embora as mulheres ocupem espaços profissionais, são lidos como *locus* de uma heterossexualidade para além de masculina, também machista? É imprescindível sublinhar que as políticas identitárias na APP/SINDICATO, sejam elas feministas, igualdade racial ou LGBT+ obtêm maior proeminência quando os seus sujeitos ocupam cargos de decisão e poder. Assim, foi possível constatar que os períodos de maiores avanços do debate da pauta LGBT+ na organização sindical ocorreram nas gestões de dirigentes negro, mulheres e LGBT, contudo, em seus 75 anos de existência, a entidade está em sua 25^a diretoria, sendo que a atual é a terceira gestão feminina, houveram duas gestões de sujeito de identidade LGBT+ e apenas um presidente negro. As 19 outras presidências, desde a fundação da APP em 1947 foram ocupadas por homens brancos heterossexuais. Por fim, para encerrar o arrazoado e abrir a debate, pode-se conjecturar que a condução das pautas identitárias nos sindicatos está condicionada ao reconhecimento igualitário e à valorização da diferença por seus sujeitos. Nessa compreensão, a estagnação, retrocesso ou avanço da pauta LGBT+ nas bases sindicais do sindicalismo em educação está condicionado a aceitação e respeito dos sujeitos sindicalizados aos modos de ser e existir das identidades LGBT+ de forma que, individual e coletivamente, no contexto do movimento sindical, reconheçam os sujeitos dessas identidades como autênticos e dignos, portanto, sujeitos detentores da igualdade de direitos.

Referências

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília,

2001. p. 245-282.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003. 291p.

SANTOS, Luciano Pereira dos. **Políticas LGBT+ em Sindicatos de Trabalhadoras/es em Educação.** 2020. 240f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y “la política del reconocimiento:** ensayo de Charles Taylor. Traducción Mónica Utrilla de Neira. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 159p.

EIXO VI: GÊNERO, SEXUALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

REDE AQUARELA PRESENTE?: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA
ENTRE 2014 E 2022

Andrezza Araújo Queiroz
andrezzaq263@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO

A violência sexual é uma questão social muito antiga, que afeta a vida de inúmeras mulheres, meninas e meninos, estendendo as suas famílias. A ação dessa violação é marcada por relações de poder imposta na sociedade contemporânea. O marcador mais presente nos casos denunciados é o gênero, embora crianças do sexo masculino sejam também vítimas recorrentes dessa barbarie, o gênero mulher (cis ou trans) é violado em números revoltantes.

O patriarcado coloca os homens no topo das relações de poder. As mulheres são postas em um espaço de servidão, passividade e cuidado. Essa ideia foi vendida, principalmente, com a ascensão do capitalismo, quando os trabalhadores precisavam sair para as fábricas e gerar lucros. Às suas companheiras foi dado o lugar desvalorizado de cuidar e servir as necessidades da casa e da família, para que essas preocupações não atrapalhasse a busca do lucro pelo homem. (FEDERICI, 2019).

Concomitantemente a isso, a sexualidade feminina foi desencorajada, o desejo reprimido e colocado a serviço da reprodução para geração da mão de obra abundante e para suprir necessidades sexuais do sujeito masculino. (FEDERICI, 2019). Colocando o corpo feminino em estado de utilidade, sem desejos e quereres próprios, "passível" de ser violado pelo outro dominante.

Contudo, a questão de gênero é somente um dos aspectos que perpassam o problema social da violência sexual. Outro marcador desse crime é o adultocentrismo. A ideia das crianças como seres em desenvolvimento, sem conhecimento ou opinião para o presente, com a função de aprenderem para se tornarem futuros cidadãos e comandarem a sociedade. Os adultos se colocam em posição de poder, impõe suas ideias, crenças e comportamentos em relação às crianças (QUEIROZ, MOURA e MATOS, 2021), inclusive suas violações. Segundo

dados do relatório “Disque Direitos Humanos” de 2019, 62% dos agressores têm entre 25 e 40 anos, e 46% das vítimas aparecem com 12 a 17 anos (BRASIL, 2020).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma demanda mais delicada e complicada para os agentes públicos e para os militantes. O enfrentamento a essa violação tem como base os escritos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), onde ao público citado no documento é garantido prioridade absoluta, ou seja, as ações planejadas e realizadas pelo Estado devem chegar primeiramente para todas as crianças e adolescentes, sem diferenciação ou discriminação.

Assim, políticas públicas de assistência às crianças e adolescentes vítimas desse crime deveriam ser eficientes e capilarizadas pelo País. O programa Rede Aquarela da prefeitura de Fortaleza, capital do Ceará, é ligado à Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI). Tem como principal atividade acolher o público menor de 18 anos que tenha sofrido qualquer tipo de violência sexual (abuso, exploração e/ou tráfico) e seus familiares.

O programa funciona com orçamento previsto no Plano PluriAnual (PPA) da prefeitura de Fortaleza. O último documento orçamentário apresentado, que abrange os anos de 2022 a 2025, traz uma realidade preocupante para a existência da ação de atendimento às vítimas, principalmente se levado em conta a baixíssima execução do valor orçado que acontece desde 2014. (CEDECA, 2022).

A comissão de Controle e Monitoramento do Orçamento Público do Fórum Permanente das Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA Ceará) junto com a equipe do CEDECA Ceará realizou momentos de discussão e pesquisa sobre o PPA 2022-2025 e a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022. Este texto apresenta uma pequena análise sobre os investimentos e perspectivas na Rede Aquarela.

2 JUSTIFICATIVA

O programa Rede Aquarela criado em 2005 se organiza em eixos para garantir o enfrentamento à violação, acolhimento e assistência às crianças e adolescentes vítimas e seus familiares. Dividido em Disseminação, Atendimento na Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescentes (DCECA), Atendimento psicossocial e Atendimento em Vara Especializada. Acompanha o

público desde a denúncia até o julgamento, com presença de profissionais da assistência social, psicólogos, jurídicos e técnicos. (QUEIROZ; MOURA; MATOS, 2021).

O eixo de Disseminação trabalha no âmbito da prevenção com capilarização do conhecimento sobre a violência sexual, como: as maneiras de identificar a presença da violação em crianças e adolescentes; os canais para denuncia; as redes de proteção que podem chegar nas vitimas. Campanhas, oficinas e palestras são ferramentas utilizadas nessa etapa do programa.

O Atendimento na DCECA é realizado por uma equipe presente que acolhe a denúncia e a vítima de forma humanizada, sem julgamentos ou constrangimentos. O eixo psicossocial acompanha a criança ou adolescente e seus familiares com escutas individualizadas e intervenção psicológica. A vara especializada acontece na 12^a vara criminal de Fortaleza, tem o cuidado para que o menor seja escutado sem o contato com o agressor acusado. Os profissionais garantem um ambiente seguro mediado por videoconferência com o tribunal de julgamento.

Com isso, percebe-se que o programa é uma política pública sólida e planejada, que deveria ser efetiva no combate (prevenção e enfrentamento) do problema social levantado. Uma ação já consolidada e (re)conhecida na cidade, executora da Política Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil, tida como política de Estado, que atravessou gestões da prefeitura, mas segue ameaçada a cada orçamento publicado.

Segundo os dados presentes nos documentos orçamentários de Fortaleza, disponibilizados no Portal da Transparência do município, a ação de “atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência Sexual – Rede Aquarela” só tem valor executado a partir de 2018, quatro anos antes (2014 a 2018) os valores eram orçados, mas não colocados em prática. De acordo com as informações trazidas no relatório “Análise da lei orçamentária anual (LOA) 2022 Fortaleza - CE”, em 2020, somente 27,6% dos números previstos para a ação foram executados, equivalente a R\$ 77,2 mil e 11,1% do valor para 2021, ou seja, R\$ 81,6 mil gastos. (CEDECA, 2022).

Estas porcentagens permitem uma melhor visualização da defasagem de investimento real nas ações diretas com as vítimas. Os valores destinados aos programas que compõem a área da Assistência Social apresentam historicamente

números aquém da necessidade para a realização das políticas sociais e em comparação com outras áreas, como segurança. Costumam ter baixo valor na previsão e nenhuma execução ao longo do ano de referência da LOA.

No período de pandemia, estima-se aumento do número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, já que a maioria dos agressores denunciados são membros da família (QUEIROZ, MOURA e MATOS, 2021). O isolamento social confinou a potencial vítima com seu violador no mesmo espaço físico, com poucos recursos para denunciar e se proteger. Concomitante a isso, a medida do Estado que deveria garantir proteção e acolhimento, tem sua execução orçamentária reduzida.

Outra gravidade observada é a ausência do programa no PPA 2022-2025 e na LOA 2022. Resumindo a presença da temática de violência sexual contra crianças e adolescentes a uma ação de capacitação/formação dos profissionais da FUNCI e da Rede. O atendimento direto ao público não aparece como ação específica do orçamento. A Comissão de Controle e Monitoramento do Orçamento Público e o CEDECA cobraram explicações aos autores do, então ainda, Projeto de Lei Orçamentário Anual, a resposta do poder público é de que já existiria uma equipe paga por outra rubrica para realizar os atendimentos e não seria necessário um segundo orçamento para a Rede Aquarela.

Essa conduta dos responsáveis pela autoria do documento orçamentário levanta preocupação por dois motivos principais: primeiro, a ausência do programa no orçamento pode significar o início de uma fragmentação da política em outras ações, apontando desgaste e enfraquecimento; segundo, as ações trazidas de modo abrangentes e juntas com outras atividades terminam por confundir os dados da execução, dificultando monitoramento realizado pela sociedade civil.

Programas como o da Rede Aquarela são fundamentais para lidar com problemáticas que afetam direta e brutalmente o cotidiano de inúmeras pessoas. As vítimas são sem dúvida as mais atingidas. Mulheres, meninas e meninos sofrem violações diárias, não somente a violência sexual, mas sendo colocadas constantemente em posições subalternas por seu gênero e idade. Vale ressaltar que marcadores de raça e classe são também contribuintes para os crimes baseados nas relações de poder como é o caso do tráfico, exploração e abuso sexual. Contudo, não foram o foco nessa discussão, mas importante reconhecer as suas

influências.

Diante disso, torna-se de extrema necessidade que a sociedade civil tome conhecimento, monitore e incida sobre as decisões orçamentárias do Governo.

3 OBJETIVOS

O presente texto se propõe apresentar de forma breve o programa Rede Aquarela, que tem por objetivo o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes. Além de expor a sua execução orçamentária entre 2014 e 2021 e a previsão no PPA 2022-2025 e LOA 2022 da capital do Ceará, a partir da análise feita pela equipe da comissão de Controle e Monitoramento do Orçamento Público do Fórum DCA Ceará em parceria com o CEDECA Ceará.

4 METODOLOGIA

A análise apresentada neste texto partiu de momentos de discussão entre os membros da Comissão de Controle e Monitoramento do Orçamento Público do Fórum DCA Ceará e o CEDECA Ceará. Durante os últimos quatro meses do ano de 2021, reuniões para coleta, pesquisa e reflexão sobre os dados retirados dos documentos orçamentários de Fortaleza, PPA 2022-2025 e LOA 2022 aconteceram com frequência quinzenal. O Portal da Transparência foi utilizado para aquisição dos valores de previsão e execução da Rede Aquarela entre os anos de 2014 e 2021, permitindo um levantamento histórico do não investimento nesta política.

As participantes da análise foram divididas em áreas orçamentárias para colher os dados com maior precisão e, em momento posterior, trazer para o grupo compreensão sobre as consequências diretas dos valores previstos em cada ação. O programa Rede Aquarela não foi o único analisado, mas levantou preocupação pelo que foi relatado acima.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhar as decisões orçamentárias dos programas e ações é de real necessidade para melhorias coletivas. O enfrentamento dos problemas sociais, como o caso da violência sexual contra crianças e adolescentes, é feito por meio das políticas públicas. Por isso, devemos conhecer, valorizar e cobrar suas

execuções.

Com relação a Rede Aquarela, a equipe realizadora da análise recorreu com emendas, apoiadas por parlamentares parceiros, na Câmara Municipal de Fortaleza. Em resultado, conseguiu a inclusão da ação “Realização de atendimento multidisciplinar a crianças e adolescentes em situação de violência sexual e suas famílias – Rede Aquarela”, com um orçamento de R\$ 250 mil, na LOA 2022 (CEDECA, 2022).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ouvidoria nacional de direitos humanos (org.). Disque direitos humanos: **relatório 2019**. Brasília: Ascom/Mmfdh, 2020. 155 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/junho/balanco-anual-disque-100-atendeu-2-7-milhoes-de-ligacoes-em-2019/copy_of_Relatorio_Disque_100_final.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CEDECA CEARÁ. Análise do Projeto de Lei Orçamentária (LOA) 2022 de Fortaleza-CE. **Relatório**. 2022. Disponível em: <<https://cedecaceara.org.br//wp-content/uploads/2022/02/Analise-LOA-2022-Final.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da idade média aos dias atuais. Tradução: Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

QUEIROZ, Andrezza Araújo; MOURA, Carla Kemille Moreira; MATOS, Gabriel Ferreira. Violência sexual contra crianças e adolescentes e orçamento público: uma análise orçamentária do programa rede aquarela em fortaleza/ce entre 2014 e 2020. In.: FÓRUM DCA. **Olhares sobre o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.